

Articulações entre

GESTÃO E DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

Elisa F. S. Alcantara
Organizadora

 Editora

Elisa F. S. Alcantara
Organizadora

Articulações entre
GESTÃO E DOCÊNCIA
DO ENSINO SUPERIOR

ditora

© 2021 FERP

Todos os direitos desta edição reservados à Editora FERP

Disponível também em: <http://www.ugb.edu.br>

FICHA TÉCNICA

**CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE
(UGB)**

Organização

Elisa Ferreira Silva de Alcantara

Reitor

Dr. Francisco José Barcellos Sampaio

Projeto Gráfico e Capa

Daniel

Pró-Reitora Acadêmica

Elisa Ferreira Silva de Alcantara

Revisão

Comissão técnica

Gabriela Leite Ferreira

**Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e
Extensão**

Dr. Francisco José Barcellos Sampaio

Pró-Reitor Administrativo

Dr. Paulo Rogério Di Biase

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A791 Articulações entre a Gestão e a Docência do Ensino Superior /
Organizadora: Elisa F. S. Alcantara. -- Volta Redonda, RJ:
FERP, 2024.
95 p.: il.

ISBN: 978-65-89356-06-6

1. Universidades e Faculdades --Organização e
Administração. 2. Docência do Ensino Superior. 3. Gestão
Escolar. I. Título.

CDD 378.107

**Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Gabriela Leite Ferreira -- CRB 7/RJ – 5521**

AGRADECIMENTO

Ao Centro Universitário e ao nosso Reitor Dr. Francisco Sampaio, por ser um apoiador e Incentivador de projetos com foco na valorização da docência;

Aos professores que lecionaram no curso, por compartilharem saberes e a própria experiência crença de que o crescimento coletivo é o que diferencia nossa instituição;

Aos professores cursistas, que se permitem colocar na condição de alunos e eternos estudantes, para ensinar e melhorar;

Aos nossos alunos com quem e para quem buscamos o melhor e o crescimento mútuo.

APRESENTAÇÃO

Será que nossos professores estarão dispostos a vir ao UGB aos sábados exclusivamente para estudar? Terão eles humildade para sair da posição docente e neste momento serem alunos, avaliados, cobrados e tudo o mais que envolve ser um estudante?

Estas questões nos afligiram quando em 2017 lançamos o Projeto Estude Professor e de forma inovadora criamos uma Pós-graduação em Gestão e Docência do Ensino Superior. Se tínhamos dúvidas se havia adesão, elas disseram e média que os professores e funcionários se inscreveram e buscaram o curso com alegria e entusiasmo.

As aulas sempre aconteceram regadas de um prazer de estar no grupo e poder compartilhar, conhecer, trocar... A ideia deu tão certo que este é o terceiro livro escrito como conclusão da terceira turma do curso de Pós-Graduação em Gestão e Docência do Ensino Superior oferecido pelo UGB aos seus colaboradores. Professores especialistas, mestres e doutores aceitaram o convite e participaram do curso. Além da partilha de saberes, o grande legado deste projeto tem sido o fortalecimento dos vínculos afetivos entre os professores e a instituição.

Os concluintes escreveram seus artigos com pesquisas, relatos de casos, entrevistas e muito estudo. E assim, nasceu esta obra que é a materialização das nossas aulas, de nossos debates, de nossos estudos e projetos, embora não seja possível aprisionar no mundo das palavras e das ideias tudo o que vivemos. O que sabemos é que valeu muito a pena pois cada um de nós pode afirmar assim como Clarice Lispector: “Sou as minhas atitudes, os meus sentimentos, as minhas ideias...O que realmente faz valer a pena estar vivo, não há filmadora ou máquina fotográfica que registre...Surpresas, gargalhadas, lágrimas, enfim, o que eu sinto, quem eu sou, você só vai perceber quando olhar nos meus olhos, ou melhor, além deles...”

Assim, que esta obra seja uma lente para cada leitor olhar além de nossos olhos e perceber o vivido, o sonhado e acima de tudo, o nosso desejo de ser a cada dia um professor melhor!

Elisa Ferreira Silva de Alcantara Organizadora e
Pró -Reitora de Assuntos Acadêmicos do UGB/FERP

PREFÁCIO

Este é o terceiro livro que resulta dos estudos, debates e trocas de experiências da turma de Pós-Graduação em Gestão e Docência de Ensino Superior do Centro Universitário Geraldo Di Biase, em sua terceira turma, oferecido aos professores e funcionários da instituição.

Ele apresenta textos diferenciados, construídos a partir das múltiplas ideias que permearam as reflexões e os saberes que articulam à docência e a gestão no ensino superior.

O espaço educativo, tão rico e complexo, tem demandado cada vez mais conhecimentos e práticas pedagógicas que transformem os sujeitos da aprendizagem em protagonistas, e isso requer intervenções significativas e contextualizadas. Assim, ao optar por fazer a Pós-Graduação, o grupo demonstrou sua inquietação e seu desejo de diálogo diante de temas relevantes para sua ação. Foi um percurso intenso, com desafios, superações e produção.

O livro combina reflexões acadêmicas com as práticas cotidianas, potencializa a relação ensinar-aprender e permite, a nós docentes, perceber que estamos sempre em construção.

Conceição Aparecida F. Lima Panizzi
Diretora do Instituto de Saúde e Educação do UGB/ERP

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	06
A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA EQUIDADE DENTRO DO ENSINO SUPERIOR Leonardo Prado, Wéderson Cardoso Corrêa e Elisa Ferreira Silva de Alcantara	
CAPÍTULO 2	13
A DUALIDADE DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA Bárbara Barbosa Fernandes, Lucas Gamaliel Fernandes Machado e Marilane Ferreira Confort	
CAPÍTULO 3	21
A ESTABILIDADE DA FILOSOFIA PARA O ENSINO SUPERIOR EM MEIO À LIQUIDEZ DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA Flávio Luiz da Silva, Sheila dos Mares Guia e Marilane Ferreira Confort	
CAPÍTULO 4	31
A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR E NO MERCADO DE TRABALHO Jéssica Faustino de Freitas, Natália Oliveira da Silva e Conceição Aparecida Fernandes Lima	
CAPÍTULO 5	36
CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS PSICOLÓGICAS NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E SUA REPERCURSSÃO NA OTIMIZAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM Maria Clara Moreira de Lima, Thiago Rosa Assis de Oliveira e Elizabeth Nair Duarte Salgado Soares	
CAPÍTULO 6	43
“DIGA-ME COM QUEM TU ANDAS E EU DIREI QUEM TU ÉS!” UMA ANÁLISE DE MAERCADO DE TRANALHO DE PROFISSIONAIS GRADUADOS ATRAVÉS DO SISTEMA DE ENSINO A DISTÂNCIA Alexandre Wagner Longhin, Marcos Guimarães de Souza Cunha e Antônio Carlos da Silva	
CAPÍTULO 7	48
ENSINO-APRENDIZAGEM DE SURDOS: Uma análise a partir de um relato de experiência docente Marcelo Ferreira Pinto, Nilce Helena da Silva Melo e Marilane Ferreira Confort	
CAPÍTULO 8	57
ESTUDO DE CASO DO PROJETO DE EXTENSÃO “BIOMEDICINA SEM FRONTEIRAS: DE PORTAS ABERTAS PARA VOCÊ!”: conquistas, desafios e potencialidades Lidiane de Fátima de Oliveira Souza e Elisa Ferreira Silva de Alcantara	
CAPÍTULO 9	70
INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: Perspectivas Econômicas e Sociais Monica Menezes, Vanessa Nunes e Elisa Ferreira Silva de Alcantara	
CAPÍTULO 10	79
INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO SUPERIOR: Teoria e prática Cristiane Gonçalves Moura, Maria Ilma de Andrade Silva e Elisa Ferreira Silva de Alcantara	
CAPÍTULO 11	81
OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO DOCENTE UNIVERSITÁRIO Ângela Marta de Souza, Hosana Lima Siqueira de Souza e Conceição Aparecida Fernandes Lima	

A Aplicabilidade do Princípio da Equidade dentro do Ensino Superior

Leonardo de Deus Prado¹

Wéderson Cardoso Corrêa²

Elisa Ferreira Silva de Alcantara³

A presente pesquisa analisa a legislação internacional e nacional acerca do princípio da equidade no ensino superior e para tanto, será importante uma abordagem sistemática do ensino-aprendizagem que envolve os atores desde o estabelecimento educacional aos familiares. Para isso, no primeiro capítulo, será analisada a ideia de equidade, buscando esclarecer sua origem e estabelecendo um conceito adequado e correto. Já no segundo capítulo, é importante o estudo acerca da educação como direito fundamental da legislação internacional, bem como a legislação nacional, destacando qual o melhor termo a ser utilizado: equidade educacional ou equidade na educação. Ainda no segundo capítulo será abordado a ideia o princípio da equidade no ensino superior. No terceiro capítulo, tem-se uma abordagem prática através das políticas públicas e do estudo de caso dos graduandos do curso de administração de empresas do Centro Universitário Geraldo Di Biase do Campus de Volta Redonda. Nas considerações finais será abordado quais os benefícios das políticas públicas com o princípio da equidade voltada as instituições de ensino superior.

1. EQUIDADE: CONCEITO E ORIGEM

Etimologicamente, a expressão equidade deriva de *aequitas*, *aequitatis*, que por sua vez deriva de *aequus*, que significa justo, sendo corretamente empregada para denotar igualdade e justiça. (FRIEDE, p. 661)

Considerado um termo mais adequado para a relação jurídica ou estudo do direito, a equidade pode ser entendida e buscada à luz da filosofia e por essa relevância, importante destaque para as lições de Aristóteles nos dizeres de Miguel Reale:

A equidade para Aristóteles é a justiça do caso concreto, enquanto adaptada, 'ajustada' à particularidade de cada fato ocorrente. Enquanto a justiça em si é medida abstrata, suscetível de aplicação a todas as hipóteses a que se refere, a equidade já é justiça no seu dinâmico ajustamento ao caso. Foi por esse motivo que Aristóteles a comparava à 'régua de Lesbos'. Esta expressão é de grande precisão. A régua de Lesbos era a régua especial de que se serviam os operários para medir certos blocos de granito, por ser feita de metal flexível que lhe permitia ajustar-se às irregularidades do objeto. A justiça é uma proporção genérica e abstrata, ao passo que a equidade é específica e concreta, como a 'régua de Lesbos' flexível, que não mede apenas aquilo que é normal, mas, também, as variações e curvaturas inevitáveis de experiência humana. (Aristóteles apud Reale, 2002, p. 123)

Percebe-se com nitidez que não é possível mais, aliás, nunca foi usar regras, métodos, mecanismos ou instrumentos gerais para qualquer pessoa, sendo que as pessoas possuem características específicas que as diferenciam umas das outras.

Nesse sentido, Paulo Nader indica que Aristóteles traçou, com precisão, o conceito de equidade, considerando-a uma correção da lei quando ela é deficiente em razão da sua universalidade. (NADER, 2017).

Nota-se então que a ideia de equidade se volta para assegurar a todos, um tratamento peculiar, quando o destinatário da norma possui uma característica peculiar que o torna único, não podendo, então ser alvo de uma norma geral ou universal.

Como ponto fundamental do estudo, estão as peculiaridades dos atores presentes na relação ensino-aprendizagem, onde constata-se que a atividade educacional passa por uma responsabilidade e sensibilidade do professor e da instituição educacional em assegurar que os alunos com algum grau de especificidade tenham um tratamento que os permita a desenvolverem toda sua competência e habilidade na rotina educacional.

A esse respeito, a equidade, segundo Paulo Dourado de Gusmão, pode ser classificada em três espécies:

- a) Equidade secundum legem, consistente na justa concretização do preceito legal, espécie adotada de grande valor na aplicação do Direito; b) equidade contra legem, aquela que conflita com o Direito Positivo, o qual deve prevalecer sobre a equidade, por assim

¹Mestre em Direitos Sociais, Difusos e Coletivos (UNISAL/SP).

²Especialista em Direito Penal e Processo Penal (Universidade Cândido Mendes).

³Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ).

exigir um de seus fins, qual seja, a segurança jurídica; c) equidade praeter legem, cuja aplicação ocorre diante da existência da denominada lacuna, isto é, quando o magistrado, não encontrando nos princípios gerais de Direito o princípio aplicável ao caso novo, socorre-se da espécie de equidade em questão, correspondente ao ideal histórico de justiça, ainda que não presente no Direito Positivo. (Gusmão apud Friede, p. 662)

Ao se configurar a lacuna jurídica, o Magistrado tem que se valer da equidade para resolver o caso concreto, e essa tarefa é exaustiva, pois ele terá que suprir as lacunas com os princípios ligados ao Direito Natural ou conhecido como Jusnaturalismo⁴.

Nesse ínterim, importante destacar que o jusnaturalismo é o berço ou origem do Direito Positivado, ou seja, a norma jurídica escrita surge de um ideal relacionado aos valores humanos ou ligados aos Direitos Humanos, fixado e previsto na Constituição Federal de 1988, conhecida como norma jurídica de sustentação do Direito Positivo Brasileiro.

Segundo Iduna Weinert de Abreu:

Hoje a ideia de equidade está sob todo o sistema legal grego, não apenas como método de interpretação destinado a suprir as lacunas do ordenamento jurídico, mas, ainda, como elemento de mitigação da rigidez da lei estrita, tornando-a mais humana, flexível e moral. A equidade contribui, nesse sentido, para a especialização de uma regra geral de forma teleológica, baseada nos valores éticos e morais contidos no direito positivo, definindo, por outro lado, a função do intérprete ao aplicar as regras do direito.

É perceptível uma preocupação na aplicação da equidade ao caso concreto, e trazendo o assunto para presente pesquisa, verifica-se que não é suficiente o mero tratamento igualitário entre os alunos, é necessário desempenhar mecanismos, instrumentos, políticas públicas, principalmente com a ajuda da iniciativa privada, de formas equitativas de aprendizado que fomentem e assegurem aos alunos que possuem certa especificidade as mesmas oportunidades que os alunos que não possuem.

Portanto, atualmente, não há mais espaço para aplicação da regra universal/geral a todos os alunos, em verdade a instituição educacional deve observar seu público e desenvolver técnicas, mecanismos e instrumentos que assegurem as mesmas condições de aprendizagem a todos, sejam alunos especiais ou não.

2. A EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL

A educação é um direito básico do ser humano, como bem definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem, previsto no preâmbulo e no artigo 26 como se vê a seguir:

[...]

Agora portanto a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo 26

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. [...]

O Brasil como é signatário da Organização das Nações Unidas, seguiu a regra internacional e positivou o direito a educação na Constituição Federal de 1988 previsto no Capítulo II, dos direitos sociais, como se vê a seguir: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”

⁴ É uma doutrina segundo a qual existe – e pode ser conhecido – um “direito natural” (*ius naturale*), ou seja, um sistema de normas de conduta intersubjetivas diverso do sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado (direito positivo).

Como previsto no texto constitucional, a educação sendo um direito básico de todos, é importante fixar os critérios para assegurar a aplicação por completo da expressão, segundo a Lei de diretrizes e bases da educação nacional⁵, há dois instrumentos importantes para a presente pesquisa, conforme se vê a seguir: “Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Desde os primeiros anos de vida, a pessoa tem direito a uma educação que visa fomentar seu desenvolvimento para o trabalho, vivência e convivência em sociedade, bem como para manifestações culturais, destacando que as pessoas de um modo geral possuem esse direito.

Nesse ínterim, a mesma lei assegura que a educação é dever da família e do Estado, o que significa que o processo ensino-aprendizagem envolve os estabelecimentos educacionais e as famílias, com intuito de assegurar um sistema completo que combina instrução técnica e psicossocial-cultural, como se vê no “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Em verdade, a legislação vai além, fixando e estabelecendo princípios que norteiam a educação, com destaque para o princípio da igualdade e do respeito à tolerância, como previsto no art. 3º da mesma Lei:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IX - Garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)
- X - Valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

Portanto, a legislação nacional ao acompanhar a internacional, visou assegurar que a educação deixasse de ser um direito abstrato com palavras sem sentido ou ineficazes e despontasse como algo concreto para aplicabilidade na vida real das pessoas, sejam jovens ou adultos.

2.1 EQUIDADE EDUCACIONAL OU EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

Ponto de suma importância para a presente pesquisa, o que é a equidade na educação? Segundo André Alcantara em entrevista para Agência de Notícias da Indústria:

A equidade educacional nos faz refletir se as diferentes características e os contextos de grupos e indivíduos estão sendo respeitados, nas suas especificidades, em nossos espaços de aprendizagens e como estamos disponibilizando recursos e estratégias que assegurem o direito ao acesso de forma igualitária.

Dessa forma, numa análise mais rasa, os estabelecimentos educacionais são os primeiros responsáveis para desenvolverem os instrumentos para aprendizagem de todos os alunos, com ou sem especificidades.

2.2 O PRINCÍPIO DA EQUIDADE NO ENSINO SUPERIOR

O termo equidade é considerado abrangente e merece uma reflexão sobre o seu entendimento, quando direcionado para determinada área de estudo, como a de âmbito acadêmico.

⁵ LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

A educação faz parte da vida do ser humano e procura atender, mesmo diante das dificuldades da sociedade, a constante e sistemática busca pelo conhecimento e pela informação. Promover educação com equidade é contemplar não somente a competência técnica e científica dos saberes, mas também proporcionar a acessibilidade de minorias discriminadas na sociedade, a inclusão de deficientes em espaços institucionais, a universalização do ensino para todos, além da pluralidade de crenças, culturas e ideias, é promover uma educação comprometida com o desenvolvimento humano e socialmente responsável com as transformações necessárias para uma sociedade livre e autônoma.

Podemos dizer também que na educação, equidade é reconhecer a pluralidade dos estudantes, que cada um tem formas distintas de aprendizado. Nesse sentido, seria necessário partir de uma proposta de ensino que, embora comum a todos, ainda possibilite a adequação ao desenvolvimento individual, com respeito aos limites e ao tempo de cada aluno. Ademais, temos instrumentos que são utilizados para promover a equidade no ensino superior, é o reconhecimento de que a aprendizagem profissional é essencial, é garantir um planejamento eficaz para atingir o objetivo pretendido e envolver todos na atividade pretendida sem distinções.

Promover a equidade na educação não significa apenas representar as vozes das minorias, mas também manter as portas abertas para que qualquer pessoa defenda e relate suas próprias experiências. É direcionar as questões sociais para oferecer soluções que irá superar os obstáculos.

3 ENSINO SUPERIOR E EQUIDADE: UMA ABORDAGEM PRÁTICA

Sabemos que o direito a educação é um direito Constitucional, independente da classe social, cor, etnia e outros, todos devem ter acesso à educação, mas em certas situações as pessoas se deparam com obstáculos, como por exemplo mensalidades expressivas, falta de adaptações para pessoas com deficiência física ou até mesmo por falta de conhecimento, por isso as universidades vêm adotando medidas com políticas públicas para que a equidade entre a sociedade seja respeitada.

O acesso à educação, principalmente no ensino superior, deve ser direito irrenunciável, por isso é adotado o princípio da equidade como instrumento para garantir de modo eficaz este direito supracitado.

As universidades atuais estão colocando em prática junto ao poder público diversas medidas de políticas públicas para que a sociedade tenha a oportunidade exarada pela Constituição Federal.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EQUIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Num primeiro momento, é muito importante destacar o que significa política pública, que pode ser entendida como uma série de regras e etapas que tem por objetivo resolver um problema público.

As políticas públicas podem ter quatro espécies, conforme Todos pela Educação em 2020⁶, como abaixo se vê:

1. Políticas públicas distributivas: sua principal função é distribuir certos serviços, bens ou quantias a apenas uma parcela da população. Um exemplo seria o direcionamento de dinheiro público para áreas que sofrem com enchentes; na Educação, seriam as cotas. 2. Políticas públicas redistributivas: sua principal função é redistribuir bens, serviços ou recursos para uma parcela da população, retirando o dinheiro do orçamento de todos. Um exemplo disso seria o sistema previdenciário; na Educação seria a política de financiamento educacional, onde há um fundo em que todos os municípios e estados colocam dinheiro, mas que depois é repartido conforme as matrículas e não de acordo com a contribuição de cada um. 3. Políticas públicas regulatórias: Essas medidas estabelecem regras para padrões de comportamento. São bastante conhecidas, pois tomam a forma de leis. Um exemplo muito comum são as regulações do trânsito; na Educação, podemos citar a lei que organiza a área, como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). 4. Políticas públicas constitutivas: O nome difícil quer dizer que elas estabelecem as “regras do jogo”. Isto é, são elas que dizem como, por quem e quando as políticas públicas podem ser criadas. O conceito pode parecer obscuro, mas quer saber uma que atinge a vida de todos nós? A distribuição de responsabilidade entre municípios, estados e Governo Federal. Na Educação, por exemplo, municípios são responsáveis pela Educação Infantil e Ensino Fundamental 1; estados pela Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio; e o Governo Federal pela Educação Superior.

Uma das políticas públicas mais importantes voltada para o ensino superior é o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), previsto na Lei 10.260/2001, alterado recentemente pela Lei 14.375/2022, administrado pela Caixa Econômica Federal, como se lê abaixo:

⁶ TODOS PELA EDUCAÇÃO. O que é uma política pública e como ela afeta sua vida? disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-e-uma-politica-publica-e-como-ela-afeta-sua-vida/> Acesso em 28 dez 2023.

O Novo FIES foi instituído pela Lei nº 13.530 de 07 de dezembro de 2017, para concessão de financiamento à estudantes de cursos superiores, não gratuitos, e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, custeados pelo Fundo de Financiamento Estudantil. A CAIXA atua no Novo FIES como agente único, responsável pelos papéis de Agente Operador, Agente Financeiro e Gestor de Fundos Garantidores. O Novo FIES possibilita juros zero a quem mais precisa e uma escala de financiamento que varia conforme a renda familiar do candidato. O programa foi dividido em três diferentes modalidades. A modalidade I, direcionada aos que possuem renda de até 03 salários-mínimos, será operada com exclusividade pela CAIXA.

Assim, os alunos hipossuficientes podem cursar uma graduação mesmo sem condições econômicas para quitação das mensalidades, com ajuda e incentivo do Governo através do Ministério da Educação.

Outra política pública de grande relevância é o PROUNI (Programa Universidade para Todos), que segundo o Ministério da Educação:

É um programa do Ministério da Educação, criado pelo governo federal em 2004, que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

Diferente do FIES, no PROUNI há critérios para participação, conforme descrito no portal único de acesso ao ensino superior do Ministério da Educação, como a seguir exposto:

[...]

Além disso, o candidato deve atender a pelo menos uma das condições abaixo:

Tenha cursado:

o ensino médio integralmente em escola da rede pública.

o ensino médio integralmente em escola da rede particular, na condição de bolsista integral da própria escola.

O ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede particular, na condição de bolsista integral da própria escola privada.

o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede particular, na condição de bolsista parcial da própria escola ou sem a condição de bolsista.

o ensino médio integralmente em instituição da rede particular, na condição de bolsista parcial da respectiva instituição ou sem a condição de bolsista.

Ser pessoa com deficiência.

Ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrante de quadro de pessoal permanente de instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura e pedagogia. Nesses casos, não há requisitos de renda.

Assim, o PROUNI é um instrumento que permite aos hipossuficientes chances de entrarem na graduação, mesmo em estabelecimentos educacionais privados para conseguirem empregos e finalmente mudarem suas vidas.

Outra política pública são os reservas de cotas em universidades públicas destinados a determinados segmentos sociais, existe uma lei que reserva no mínimo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas, que são preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à presença desses grupos na população total da unidade da Federação onde fica a instituição.

Essas vagas reservadas, metade deve ser destinada a estudantes de famílias com renda mensal igual ou menor que 1,5 salário-mínimo per capita.

Em cada faixa de renda dos cotistas – acima ou abaixo de 1,5 salário-mínimo per capita –, deverão ser separadas vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência, proporcionalmente ao censo do IBGE.

3.2 ESTUDO DE CASO DOS GRADUANDOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO UGB

O UGB do Campus de Volta Redonda ganhou grande notoriedade perante a sociedade pelo belíssimo trabalho de inclusão social utilizando o princípio da equidade com os estudantes do curso de Administração, o curso está com a segunda turma de PCD (pessoa com deficiência) tendo uma turma no quinto período e a outra no segundo período. A turma conta com deficientes físicos, motora, visual de forma parcial e até mesmo auditiva. Os professores que lecionam no curso de administração contam com o apoio de tradutores de libras para realizarem as aulas e tarefas, com certeza uma experiência ímpar para a carreira dos docentes.

As Turmas de PCD são tratadas conforme o princípio da equidade, pois diversos estudantes, principalmente os não ouvintes tem dificuldades de entender certas palavras, pois eles são muitos literais e desconhecem certos significados de palavras, jargões ou expressões nativas,

por isso o docente ao realizar suas aulas adota uma metodologia abrangente, que conseguirá levar o conhecimento de maneira eficaz aos estudantes. Um dos métodos os docentes conseguem alcançar a eficácia é usar figuras e imagens associada a palavra ou conteúdo que será transmitido. Muitos Professores adotam o recurso do Data Show para transmitir os slides já com as figuras ou imagens que será ferramentas para o entendimento dos alunos.

O conteúdo programático dos alunos PCDs segue a mesma ementa dos outros alunos, mas com algumas adaptações, isso demonstra que o princípio da equidade está sendo colocado em prática nessa universidade, abrangendo esses alunos que não tiveram oportunidade de ingressar em um ensino superior por causa de sua deficiência. A deficiência não pode ser um obstáculo para o acesso à educação por isso tem as políticas públicas voltadas ao ensino superior para garantir a oportunidade igualitária perante a sociedade.

As oportunidades de cursar um ensino superior não podem ser apenas de uma parte da sociedade, devem abranger todos, dispensando qualquer tipo de discriminação, esse programa realizado pelo UGB em parceria com a Prefeitura é um exemplo de superação de obstáculos, de moralidade e de cidadania, exemplo que devem ser seguidos e multiplicados para outros cursos e instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo verificamos as particularidades da equidade e sua origem, sabemos que a educação é primordial para a sociedade, além de ser um direito Constitucional. Neste diapasão para alcançar e garantir tal direito fundamental a ferramenta eficaz é a equidade como fonte central para igualar os direitos da sociedade.

Várias foram às políticas públicas demonstrada ao longo do trabalho, servindo o mesmo como ferramenta engajadora para solucionar os obstáculos perante as necessidades aleatórias de uma pessoa, seja ela de caráter social ou não.

É dever do poder público incluir toda a sociedade em direito fundamentais, por isso que são criados vários programas incentivadores para inclusões, mas a sociedade deve estar aberta a inovações para que o poder público inclua esses programas, logo, passa a ser também dever da sociedade utilizar tais programas para fazer as inclusões necessárias.

Noutro giro, pontos relevantes foram abordados neste artigo com a finalidade de buscar o aprimoramento das conquistas perante o ensino superior utilizando as ferramentas de inclusões junto com o princípio da equidade.

Por fim, para continuar garantindo as políticas públicas com o princípio da equidade no ensino superior, devemos ser agentes multiplicadores, com a finalidade de transmitir essas ideias, como por exemplo o trabalho realizado pelo UGB com o curso da Administração, para outras universidades, levando a mensagem que deu certo sim e que tais políticas públicas são de uma grande representatividade de valores sociais e humanos que são irrenunciáveis, e que a multiplicação dessas ideias servirá como a fonte estrutural para solidificar um direito que já é garantido por lei.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABREU. Iduna Weinert de. **Da equidade estudo de direito positivo comparado**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181086/000362745.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em 21 nov 2023.

Agência de notícias da indústria. **Pequeno Manual de equidade na educação**. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/pequeno-manual-de-equidade-naeducacao/#:~:text=%E2%80%9CA%20equidade%20educacional%20nos%20faz,acesso%20de%20forma%20igualit%C3%A1ria%E2%80%9D%2C%20pontua>> Acesso em 24 nov 2023

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO** DE 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 28 dez 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 20 dez 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dúvidas sobre o PROUNI**. Disponível em: <https://accessunico.mec.gov.br/prouni/duvidas> Acesso em 28 dez 2023.

Declaração Universal dos Direitos Humanos Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 20 dez 2023.

FIES. **O caminho mais rápido para chegar à universidade.** Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/fies/Paginas/default.aspx>
Acesso em 28 dez 2023

FRIEDE, Reis. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books-esmpu/direitos-fundamentais-em-processo-2013-estudos-em-comemoracao-aos-20-anos-da-escola-superior-do-ministerio-publico-da-uniao/37_a-equidade.pdf> p. 661 a 670. - Acesso em 21 nov 2023.

GONZAGA, Álvaro de Azevedo. Disponível em: [https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/63/edicao-1/direito-natural-jusnaturalismo#:~:text=O%20Jusnaturalismo%2C%20por%20sua%20vez,pelo%20Estado%20\(direito%20positivo\)](https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/63/edicao-1/direito-natural-jusnaturalismo#:~:text=O%20Jusnaturalismo%2C%20por%20sua%20vez,pelo%20Estado%20(direito%20positivo)). – Acesso em 21 nov 2023.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito.** 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito.** 39. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017

POLITIZE. **O que é equidade?** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/o-que-e-equidade/>> Acesso em 21 nov 2023.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito.** 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

TRINDADE, Marcella. **Pequeno manual de equidade na educação.** Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/pequeno-manual-de-equidadeaeducacao/#:~:text=%E2%80%9CA%20equidade%20educacional%20nos%20faz,acesso%20de%20forma%20igualit%C3%A1ria%E2%80%9D%2C%20pontua>> Acesso em 21 nov 2023

TOOS PELA EDUCAÇÃO. **O que é uma política pública e como ela afeta a sua vida?** 02/05/2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-e-uma-politica-publica-e-como-ela-afeta-sua-vida/> Acesso em 28 dez 2023.

A DUALIDADE DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA

Barbara Barbosa Fernandes¹
Lucas Gamaliel Fernandes Machado²
Marilane Ferreira Confort³

O ensino a distância ocupa a pauta dos importantes temas da seara pedagógica. Com igual relevância, encontra-se a instigante e controvertida discussão acerca do real acesso à educação por intermédio do EaD (Ensino a Distância).

As divergências acerca das vantagens e desvantagens do método renovaram-se e se intensificaram, tendo em vista que a Pandemia da Covid-19 acelerou e acentuou o mecanismo de aprendizagem alternativo por intermédio de tecnologia, sendo certo que a legislação ora vigente, autorizou a expansão dos cursos superiores, o que acarretou o aumento, igualmente, dos cursos em tal modalidade no país.

Na presente pesquisa, além da análise histórica do EaD no Brasil, aduzindo sobre o seu surgimento e crescimento no decorrer dos anos, focando-se no Ensino Superior, avalia-se a evolução da base legislativa, no que refere ao texto constitucional e infraconstitucional, constando-se que existem inúmeros regramentos que disciplinam o método, destacando-se a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

No decorrer do trabalho, apontam-se dados estatísticos que demonstram não somente o crescimento do método no Brasil, como a sua exponencial difusão em detrimento dos cursos presenciais.

A pesquisa através da exploração bibliográfica e documental serve de sustentação para análise da democratização do ensino superior no Brasil, sob à égide do número de alunos matriculados e a eficácia da metodologia. No que se refere às fontes documentais, para elucidação, trata-se do conjunto de normatização exposto no artigo.

Para o alcance do cerne da questão, procurou-se esclarecer se o EaD é, de fato, capaz promover o acesso à educação para um número maior de pessoas, gerando um acesso isonômico e eficiente, de modo que se a resposta for positiva, é possível o vislumbrarmos como um mecanismo democratização do ensino.

Considerações acerca da eficiência do método foram expostas neste trabalho, não com o intuito de desacreditar o EaD, já que é possível constatar inúmeras vantagens do método, igualmente abordadas na pesquisa, mas sim para traçar-se um comparativo ao ensino superior presencial, valorizando-se este último no que se refere a junção da teoria e prática na aprendizagem e profissionalização.

A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR À DISTÂNCIA NO BRASIL

A educação superior no Brasil iniciou-se atrasada, não diante da comparação injusta frente a Europa e seus colonizadores portugueses, mas em relação às colônias espanholas vizinhas, que, segundo Neves e Martins (2016), a formação continuada de ensinos básicos evoluindo-se para o ensino superior só aconteceu diante da mudança da corte portuguesa ao Brasil.

Essa mudança causada pelas guerras napoleônicas forçou de prontidão um novo ajuste para a colônia portuguesa, que passou a ter atenção de seus colonizadores para a construção de um terreno digno de sua realeza, ora presente. Assim, a educação colonial, pautada na instrução da língua portuguesa e da doutrina da fé cristã se viram insuficientes.

Desta forma, a construção de escolas superiores e universidades para formação de juristas, médicos e engenheiros tomavam passos iniciais, malgrado que ao final do Império, em 1889, apenas seis escolas superiores haviam sido criadas. No entanto, essa supressão na educação superior só foi minorada diante da coparticipação do setor privado para a profissionalização da mão de obra, por intermédio da criação de colégios e escolas profissionalizantes que perduraram entre o final do Império até meados da década de 1930.

¹ Mestre em Direito do Trabalho (PUC/SP).

² Especialista em Direito Empresarial (FGV-RJ).

³ Especialista em Neuropsicopedagogia e Educação Especial (CENSUPEG).

Segundo Neves e Martins (2016), essa modalidade de estudo, fundamentado na profissionalização do indivíduo, não abarcava metodologias ou estudos para finalidades de pesquisa ou extensão, sendo este papel extremamente desvencilhado da academia e pouco prático naqueles idos.

A educação não formal era tão requisitada que, para potencializar a modalidade de educação, os canais de rádios e de televisão já eram utilizados como facilitadores deste processo educacional, implementadas diretamente por escolas e institutos profissionalizantes, além da associação por correios e remessas de impressos para a disseminação do conhecimento (HERMIDA; BONFIM, 2006).

Assim, programas de educação à distância, destacavam-se:

[...] na década de 30 a 40: a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro Roquette-Pinto (1930); a Rádio Escola Municipal Rio de Janeiro (1934); o Instituto Rádio Técnico Monitor, em São Paulo, instituição privada que oferecia cursos profissionalizantes (1939); a Universidade do Ar, da Rádio Nacional voltada para o professor leigo/ Instituto Universal Brasileiro (1941); Na década de 50 destacaram-se: em 1954, a Universidade do Ar - criada para treinar comerciantes e empregados em técnicas comerciais no Serviço Social do Comércio (SESC) e no Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC); o Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA) passa a produzir programas transmitidos por diversas emissoras (1957); a Arquidiocese de Natal no Rio grande do Norte lançou um sistema de radiodifusão, cujo sucesso inspirou a criação do Movimento Nacional de Educação Básica (MEB), em 1958 [...] (HERMIDA; BONFIM, 2006, p. 173)

Todavia, a fim de conectar as pesquisas realizadas prioritariamente pelos órgãos de pesquisa à educação profissionalizante, foram criadas, entre 1930 e 1950, universidades, mas, ao total, não passavam de 100 mil estudantes. Diante da realidade global, em meio ao período do regime militar, o país se viu obrigado a investir no ensino superior, eis que:

O surto de industrialização posterior à Segunda Guerra e seu aprofundamento nos anos de 1960, consolidou-se a percepção, nos quadros dirigentes, que o Brasil necessitava de quadros profissionais com formação universitária para enfrentar o processo de desenvolvimento econômico. (NEVES; MARTINS, 2016, p. 97)

A educação em nível superior continuou superando barreiras e abordando novas metodologias e crescendo em conformidade aos anseios culturais, sociais, econômicos e políticos. A criação de ministérios, conselhos e organismos federais para a implementação e supervisão dos cursos superiores perpassou a exigência dos meios sociais, embora a forte mão da iniciativa privada consubstanciasse maior participação (NEVES, 2002).

Essa influência advinda de movimentos estudantis no regime militar, possibilitou que a Reforma Universitária de 1968 estruturasse um modelo moderno de pesquisa e extensão, criando pós-graduações *strictu sensu*, diplomando em mestre e doutor os seus concluintes.

Após tais medidas, a iniciativa privada pressionou o poder público, na figura do Ministério da Educação e demais conselhos, que à pressão por mais vagas contrariando a orientação da reforma universitária, deram à iniciativa privada a participação com seus múltiplos cursos e estabelecimentos isolados e integrados (NEVES; MARTINS, 2016).

Diante da promulgação de uma nova Constituição, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consolidou direitos e obrigações em face do Estado em relação à educação, seja básica ou superior. Nesta medida, a implementação de políticas educacionais e a identificação da educação como algo basilar do indivíduo, todas as mudanças posteriores, refletidas diretamente na Lei Nacional de Diretrizes e Bases, de 1996, postularam para uma educação inclusiva e inauguraram a democratização do ensino, ademais superior.

No que tange ao ensino superior à distância – EaD, o qual possibilita suposta concretização do aprendizado intermediado por ferramentas tecnológicas, sem a presença física do discente, tal modelo encontrou-se em ascensão a partir da década de 1980, impulsionado pelo cenário de globalização e, conseqüentemente, por intermédio das tecnologias de comunicação e informação, todavia, é importante ressaltar, que “as primeiras experiências significativas em EaD no Brasil datam de 1920, no entanto apenas na década de 80 e 90 é que seu crescimento aumentou efetivamente” (CARVALHO, 2013).

Nesse sentido, o ensino à distância auferiu expressão em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual contemplou com seus mecanismos educacionais, com o fim de proporcionar a educação por meio de aulas não presenciais.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022), entre 2011 e 2021 o número de alunos nesta modalidade cresceu 474%. Em 2011, apenas 18,4% do total dos estudantes de ensino superior fazia cursos EaD e, dez anos após o valor subiu para 62,8%, mostrando que os benefícios e a qualidade desse formato de ensino são inquestionáveis.

Ademais, não há dúvidas que a pandemia da COVID-19 acelerou ainda mais o crescimento do ensino superior à distância no contexto mundial e não seria diverso no Brasil. Segundo a Agência Brasil (2022), o isolamento social, necessário para a garantia da saúde pública, ensejou o crescimento da modalidade de ensino, já que, inclusive as instituições tradicionais, se viram compelidas a adotar, para dar continuidade aos serviços educacionais.

Desta forma, é possível verificar que o EaD cresce exponencialmente e, certamente, há reflexos sociais, legislativos e, sobretudo, reflexos nas políticas educacionais, os quais, sem pretender esgotar a temática, serão analisados nesta pesquisa.

BASES LEGAIS DO ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Assim como ocorre no Ensino Superior presencial, pautado em legislações e diretrizes essenciais capazes de garantir qualidade e eficiência, o ensino superior à distância apresenta um fundamento legislativo, o qual estabelece, entre outros, diretrizes e critérios de funcionamento, além de políticas pedagógicas e processos de credenciamento institucional.

No Brasil, o Decreto nº 9.057 de 2017 da Presidência da República, que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), enuncia no artigo 1º que:

Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017, não paginado).

Denota-se que o modelo de EaD possui um objetivo: promover o acesso à educação para um número maior de pessoas, por meio de tecnologia, prezando pelo acesso isonômico e eficiente. Seria uma forma de facilitar e flexibilizar o acesso ao conhecimento, favorecendo a contextualização e a diversificação das interações (DESCHÊNES, 1998).

Além do decreto ora mencionado, insta ressaltar a Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, igualmente como um fundamento legal relevante, o qual trouxe alterações expressivas quanto à permissibilidade de realização de determinados cursos EaD. Nesse aspecto, tal regramento autorizou o credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES), mesmo que não haja o credenciamento para curso presencial, de forma que, tais instituições, atualmente, podem oferecer cursos estritamente à distância, tanto na graduação, quanto na pós-graduação.

Sucessivamente, a finalidade da referida autorização é ampliar o número de matriculados. Segundo o Ministério da Educação o objetivo é “Ampliar a oferta de ensino superior no país para atingir a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que exige elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida em 33% da população de 18 e 24 anos.” (MEC, 2020)

Assim, é possível perceber a vasta flexibilização da modalidade, o que, certamente, gerou o aumento da oferta de cursos EaD. Os dados demonstram que o número de ingressos em cursos de graduação a distância (EaD) tem aumentado substancialmente nos últimos anos, tendo ultrapassado a marca histórica de 3 milhões de ingressantes em 2022. (MEC/INEP, 2022)

O Decreto nº 9.057 de 2017 estabelece em seu §1º, do art. 5º, que “os polos de educação a distância manterão infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada aos projetos pedagógicos dos cursos ou de desenvolvimento da instituição de ensino.” (BRASIL, 2017). Dessa forma, a lei estabelece exigências quanto as bases físicas e tecnológicas, fixando um patamar mínimo de qualidade, o qual, se seguido, é capaz de ensejar o acesso à educação.

Outrossim, no que tange a legislação constitucional, no artigo 14 da Carta Magna de 1988, foi determinado que o legislador infraconstitucional elaborasse uma norma de diretrizes e bases da educação nacional e assim foi feito.

A Lei nº 9.394 de 1996, nos artigos 80 e 81 trouxe, ineditamente, a base legal do ensino a distância no Brasil, isto é, a partir da edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vislumbrou-se a possibilidade de praticar-se, além do ensino presencial, um ensino a distância supostamente acessível a toda a sociedade, com o intuito de materializar o regramento previsto no art. 205 do texto constitucional: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988)

Dessa forma, é importante destacar que, o ensino a distância, se capaz de incentivar o direito fundamental de acesso à educação a todos indistintamente, além de promover o princípio da dignidade da pessoa humana, da isonomia, bem como a cidadania, assegura o direito fundamental de informação previsto no art. 5º, inciso IV, da Constituição Federal.

Recentemente, a Portaria nº 1.838, de 14 de setembro de 2023, regulamentou consulta pública sobre a proposta e oferecimento de cursos de graduação na modalidade de EaD, o qual resultou no Relatório do Grupo de Trabalho, de caráter técnico para a análise dos cursos de Direito, Enfermagem, Odontologia e Psicologia.

O relatório apresentado buscou referências junto ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, Conselho Federal de Odontologia, Associação Brasileira de Ensino Odontológico, Conselho Federal de Psicologia, Conselho Federal de Enfermagem, dentre outros órgãos reguladores e orientadores dos cursos acima mencionados.

Por fim, restou concluído que a oferta destes cursos na modalidade EaD foi majoritariamente reprovada pelos conselhos profissionais respectivos, ademais quando da possibilidade de extensão de 20% para 40% (pela Portaria nº 2.117/2019). No relatório, todos os subgrupos de estudo destacaram fortes oposições ao ensino de graduação na modalidade EaD, malgrado as entidades que representaram o curso de Odontologia tenham sido as únicas unânimes em referência a esta oposição.

Ocorre que, as principais motivações referentes a possibilitar o curso de ensino superior EaD foram as ideias de democratização do ensino superior, inobstante que, indiretamente essa função social fosse justificada na relevância de cada curso, de suas particularidades, que, ao final, precisam ser respeitadas, além das garantias de que a qualidade ofertada seja a mesma dos cursos presenciais.

Entretanto, os impactos sociais e educacionais precisam ser debatidos, uma vez que, conforme prediz a Constituição Federal ser a educação essencial para o desenvolvimento social, econômico e científico, a busca por este resultado deve ser diante dos padrões ideais, quais sejam, os fidedignos ensinamentos para a transformação social.

OS IMPACTOS DO ENSINO À DISTÂNCIA E A FALSA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Não é possível negar que a democratização do ensino é uma importante tangente para o acesso da educação aos hipossuficientes econômicos e àqueles que residem em locais distantes dos grandes centros ou de difícil acesso. Nesse aspecto, qualquer meio que seja capaz de conferir o acesso ao ensino, é de se ressaltar a relevância.

A função social da educação pode ser materializada na modalidade EaD, haja vista a facilidade de acesso à informação, ademais atrelada às novas tecnologias e novas metodologias de ensino. Todavia, tal ensino precisa ser revestido de eficiência e eficácia, sendo certo que não basta a mera oferta de matrícula a preços irrisórios.

A modalidade EaD é inquestionavelmente relevante, todavia, há que se destacar a necessidade de adequação dos meios e dos fins, haja vista que existem obstáculos que dificultam a acessibilidade e, até mesmo, a qualidade do ensino. Dessa forma, não basta conferir a conexão do aluno por um meio telemático a uma plataforma de ensino, para estarmos diante de um verdadeiro acesso à educação e, como consequência, existir democratização.

É cediço que conceito do EaD dispensa a presença e comunicação pessoal do professor e o aluno, o que pode ser sustentado por atividades síncronas¹ ou assíncronas² e que, por si só têm suas vantagens, afinal a educação perpassa o tempo e o espaço, sendo prescindível até mesmo a presença da internet, afinal, livros, redações, pesquisas científicas são métodos utilizados desde antes da promoção da internet para uso civil (GARCIA; JUNIOR, 2014).

Nisto, mais uma vez, é possível identificar a democratização do ensino. Ao debater a modalidade EaD no Ensino Superior, esta democratização passa a ser questionada a partir da sua eficácia, isto é, pergunta-se se tal mecanismo de ensino é de fato capaz de proporcionar a educação profissionalizante, sobretudo no que se refere a indispensabilidade da prática.

Para tanto, a democratização tem de ser atingida em seu modo objetivo, com ações para a transformação social e o desenvolvimento, não sendo uma questão puramente de acesso a matrícula. De nada adianta democratizar o ensino, quando, em verdade as políticas adotadas fazem dessa democratização um fato que, em concreto, torna os egressos profissionais despreparados.

O ensino superior é um processo importante para a construção do saber, não somente técnico, mas para a preparação do universitário para a realidade de uma vida adulta com, afinal:

As instituições acadêmicas veem-se assim, confrontadas com tarefas adicionais às tarefas educativas: o auxílio na adaptação do aluno ao seu novo papel de estudante universitário e, na adaptação às tarefas que lhes são inerentes, das quais se destacam a integração na universidade, a realização do trabalho acadêmico, a avaliação e a saída da universidade com a consequente preparação para a entrada no mundo do trabalho. (MOREIRA, p. 2, 2007)

¹ Atividade desenvolvida entre os alunos e o professor cujas comunicações sejam ao mesmo tempo, como aulas ao vivo, videoconferências ou web conferências.

² Atividade desenvolvida entre os alunos e o professor cujas comunicações sejam em tempos diferentes, baseando-se por e-mail, fóruns de discussão ou redes sociais.

Este panorama ainda deve ser analisado em conformidade à cultura das atuais e novas gerações. Há uma atitude de oferecer aos egressos do ensino médio a obrigatoriedade de ingressar em uma universidade para se obter a formação em nível superior, como sinônimo de realização profissional e financeira e:

O aumento do número de jovens que frequentam o Ensino Superior, criou espaço para que um novo estágio de desenvolvimento surgisse, entre o fim da adolescência e o início da idade adulta. A expressão *jovem adulto* descreve esse período, que se situa no intervalo etário dos 18 aos 25 anos e que, é caracterizado por transformações de ordem familiar, vocacional, profissional, cognitiva, sexual, ideológica e étnica. (MOREIRA, p. 1, 2007)

É desafiadora a realidade enfrentada atualmente pelos professores e instituições de ensino superior, precipuamente na falta de maturidade de seu público majoritário, que, outrossim, confirmado pelo último censo realizada pelo Ministério da Educação em 2010 é, em média, de 26 anos para presencial e 33 anos para EaD.

Outrossim, há que se destacar que a atual geração, tão apegada a tecnologia, apresenta dificuldade no que tange a leitura e a produção textual, em razão do vício declarado pelos *smartphones* e seus respectivos corretores. A leitura e a produção textual são meios essenciais para a formação acadêmica, cujo objetivo é profissionalizar e incentivar a pesquisa.

Há uma pesquisa que revela que houve uma queda de cerca de 4,6 milhões de leitores, entre 2015 e 2019. A Retratos da Leitura no Brasil é realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL), Itaú Cultural e IBOPE Inteligência, e considera leitora toda pessoa que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos 3 meses antes de sua realização. (CENPEC, 2020).

A leitura é uma ferramenta poderosa para o pensamento crítico-reflexivo, além de configurar a melhor escrita e desenvolvimento textual do leitor. Tal fato é de conhecimento notório, a ponto de o Instituto Pró-Livro publicar, em 2014, uma pesquisa que referenciou:

[...] 80% dos jovens na faixa de 11 a 17 anos (24,3 milhões) leem para cumprir tarefas escolares. A grande maioria, 13 milhões, afirma que ler é um tédio e que o fazem por obrigação, enquanto 6,5 milhões não leram nenhum livro em um período de três meses. Mas como explicar o fenômeno na bienal? Apesar desses números, segundo a pesquisa, 4,8 milhões de adolescentes leem literatura porque gostam. Certamente, é esse público que foi muito bem representado na bienal e que consumiu 800 mil exemplares da autora no Brasil. (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2014).

A mesma entidade, Instituto Pró-Livro, atuante na promoção da leitura como ferramenta social, revisou sua pesquisa de 2014 no ano de 2022, publicando em seu website o Relatório Jovens na Iberoamérica 2021, em conclusão de que, no Brasil, 67% dos jovens brasileiros de 15 a 29 anos afirmam gostar de ler, mas leem apenas dois livros em média por ano, tratando-se inclusive da representação de um patamar inferior quando comparado com Espanha, Chile, Argentina, Colômbia e República Dominicana (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2022).

Insta dizer que a falta de leitura de textos, livros e produções acadêmicas foram representadas nestas pesquisas, não obstante a pesquisa tenha indicado a prática da leitura acadêmica por obrigação ou para cumprimento de tarefas escolares e acadêmicas. Ainda que a leitura seja tida como importante, estes jovens a ignoram, esquecendo-se da realidade pós-universidade – o mercado de trabalho.

A dificuldade enfrentada pelos jovens em relação à leitura se dá pela facilitação na produção de conteúdos e informações que sejam mais fáceis de compreender. Conteúdos curtos ou até mesmo videoaulas produzidas na internet fazem atualmente o papel de substituir a leitura acadêmica.

Segundo o *Higher Education Policy Institute* (Hepi), instituto britânico criado para promoção de políticas de melhoria dos sistemas educacionais, em 2017 demonstrou-se que a falta de leitura também é fator que indica a imaturidade dos jovens adultos quando do seu ingresso à universidade, assim como outros comportamentos que, ao final indicam estes ingressos não terem discernimento da responsabilidade de uma vida acadêmica universitária.

Saliente-se que não se pode olvidar que, em sede de ensino superior na modalidade presencial, ainda que todos esses problemas lhe sejam extensíveis, resta difícil mensurar o impacto desses maus comportamentos. A máxima alardeada de que “o mercado seleciona os bons profissionais” deve ser repensada pelo prisma da democratização do ensino superior.

Ao compararmos os egressos do ensino fundamental com egressos do ensino superior, é visível que os ingressantes à vida universitária desconhecem este terreno, deparando-se com exigências cujo jamais esperariam ou tiveram experiências, com atividades extraclasses, produções e pesquisas, seminários, entre outros. Diversa é a visão do egresso do ensino superior, que, diante desta nova etapa, compreendeu do que se trata a educação superior e a sua exigência para a construção de um saber crítico, amplo e de profissionalização, além das responsabilidades de uma vida adulta.

Não à toa que, com o advento da pandemia:

O número de jovens que já pensou em desistir de estudar durante a pandemia cresceu de 28%, em 2020, para 43% em 2021. De fato, 6% deixaram os estudos neste ano. Entre os motivos, a dificuldade financeira alcança 21%, e a dificuldade de se organizar com o ensino remoto, 14%. Em um ano, o percentual de jovens que estão sem estudar cresceu de 26% para 36%. Observa-se que cerca de 56% dos estudantes que não estão estudando trancaram a matrícula depois de março de 2020. (ARAÚJO, 2021, não paginado).

Outrossim, o *boom* dos cursos de pós-graduação ofertados a níveis e preços irrisórios também ocorreu. De acordo com o Instituto da Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação (SEMESP), os cursos de pós-graduação EaD cresceram 288% durante a pandemia, em razão da inexistência de distância, dos valores de mensalidade e questões sanitárias (REDAÇÃO ENSINO SUPERIOR, 2021).

O preço dos cursos à distância é demasiadamente inferior aos cursos presenciais, destacando-se que o preço médio de faculdade a distância no Brasil é de duzentos e sessenta reais segundo a Educa Insights (EaD, 2022). O que se critica não é o preço do curso, afinal, o preço é referência clara na acessibilidade de pessoas desafortunadas a educação. Contudo, questiona-se se o preço reflete necessariamente a valorização do curso de graduação no seu objetivo primário – a transformação do indivíduo e social. O acesso à educação deve ser facilitado, mas deve ser trabalhado de modo a ser efetivo.

Logo, o público-alvo das pós-graduações EaD é diferente e ostenta maior liberdade quanto a sua profissionalização, busca da tecnicidade e pesquisa. Tal possibilidade fundamenta a democratização do ensino, permitindo acesso à informação e à educação desconsiderando os elementos espaço-tempo.

No entanto, ainda que essa democratização do Ensino Superior seja contemplada, na perspectiva da graduação se torna oposta – difícil, inconclusiva e, talvez, falaciosa. Isso porque o direito para todos quanto à acesso à educação deve ser concretizada, inclusive, em seu aspecto subjetivo. Não basta a oferta de graduações em EaD se o seu público, de imediato, não está preparado para as realidades postas para a sua profissionalização e seu preparo ao mercado e pesquisa.

A democratização do ensino superior visou os elementos sociais – o desenvolvimento social, econômico, político e ambiental. Os ambientes familiares, educacionais, digitais e físicos são impactados pelo profissional. A democratização do ensino não deve ser pautada pela oferta de cursos EaD sem observar os resultados dessa política. A projeção deve ser em benefício do aluno e do seu contexto social.

Ao permitir que graduações sejam EaD, é preciso que a educação vá além de um certificado ou diploma emoldurado, mas no que objetivou a Constituição Cidadã ao dissertar em seu artigo 205 que: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988)

Por consequência disto, a redação constitucional garante o pleno desenvolvimento do estudante, de modo que a educação é libertadora, sem fronteiras, não identitária e, sobretudo, transformadora. Permitir que a democratização do ensino superior seja vista como um princípio imaculado e objetivado em qualquer situação pode ser prejudicial, haja vista que, se não há o atendimento dessas tangentes antes descritas, haverá somente uma ilusão de que o estudante tenha evoluído.

Constata-se que a responsabilidade não é somente da instituição de ensino e da Administração Pública, mas, em parcela, do próprio aluno. Ocorre que, em verdade, pelas vantagens e desvantagens, o ensino de graduação presencial ainda permanece em posição acentuada, em detrimento do EaD, no que tange ao atendimento as reais necessidades de um discente, sobretudo no que se refere a junção da teoria e da prática no processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sempre foi um desafio no Brasil, um país subdesenvolvido, que depende de recursos públicos muitas vezes escassos, para conferir o mínimo as nossas crianças e jovens. Nesse aspecto, apesar das dificuldades, é sabido que a educação é um direito público subjetivo, obrigatório e relevante não somente para o contexto profissional, mas principalmente sob égide do social.

O Ensino Superior, direcionado à educação profissionalizante, surgido no Brasil no século XIX, durante muito tempo era voltado aos grupos elitizados, sem qualquer chance de acesso aos hipossuficientes, mas que com o passar do tempo, passou a ser garantido a um número maior de pessoas, sendo certo que ainda há alta restrição, apesar das políticas de inclusão.

O ensino EaD, sem negar a sua relevância, é capaz de ensejar o aumento de matriculados na educação superior, mas efetivamente sabemos que não basta a matrícula, e sim a eficácia da aprendizagem. Assim, questiona-se se o ensino à distância é um mecanismo de concretização do ensino ou mais um caminho que não irá produzir a finalidade essencial: a educação profissionalizante, acadêmica e social.

A maioria dos cursos superiores, para serem eficazes, depende do alinhamento da prática com a teoria e, o EaD exclusivo, não é capaz de formar o estudante também em consonância com o dinamismo não teórico. Há que se ressaltar, que o telensino ainda estimula o isolamento social, sendo certo que o convívio no ambiente acadêmico é tão importante quanto a aprendizagem.

O objetivo desta pesquisa foi demonstrar a relevância de se proporcionar a democratização do ensino, seja presencial ou a distância, destacando a importância de se levar em consideração a eficácia da metodologia, de modo que a democratização não é sinônimo de efetivação de matrículas.

O EaD tem inúmeros benefícios e quando eficiente, por meio de metodologias de ensino supervisionadas, é uma forma de gerar acessibilidade. Ademais, denota-se que a educação é um dever estatal e o social, inclusive, negar a acessibilidade, importa em responsabilização da entidade competente, de forma que, é necessário democratizá-la, primordialmente pelo ensino presencialmente e, subsidiariamente, via EaD.

Portanto, é possível perceber a evolução do Ensino Superior no Brasil, no que tange aos números e as novas modalidades de ensino, sendo certo que a garantia do direito à educação não é sinônimo de garantia a matrícula pura e simples.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ana Lídia. **Pandemia acentua déficit educacional e exige ações do poder público**. Agência Senado. Disponível em: <[BONFIM, Cláudia Ramos de Souza; HERMIDA, Jorge Fernando. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, nº especial, p. 166-181, ago. 2006. Disponível em: <\[https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf\]\(https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf\)> Acesso em: 12 nov. 2023.](https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-aco-es-do-poderpublico#:~:text=Neste%20contexto%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,o%20ensino%20remoto%2C%2014%25.> Acesso em: 18 nov. 2023.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC apresenta relatório final do GT EAD**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/mec-apresenta-relatorio-final-do-gt-ead>> Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório GT EaD: psicologia, enfermagem, odontologia e direito – versão revisada – 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/educacao-superior/relatorio_gt_ead_psicologia_enfermagem_odontologia_direito.pdf> Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Consulta pública - Proposta de alteração da Portaria Normativa nº 11/2017 - do Ministério da Educação, em dispositivos relativos à oferta de cursos de graduação na modalidade de educação a distância**. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/educacao-a-distancia>> Acesso em: 16 nov. 2023.

CARVALHO, Adélia Honório de. **A evolução histórica da educação a distância no Brasil: avanços e retrocessos**. Monografia (Especialização em Educação) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, Paraná, 2013. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20997/3/MD_EDUMTE_II_2012_01.pdf> Acesso em 15 nov. 2023.

GIROUX, Henry. **Ensino superior, para quê?** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/mv5qmFPfYjnhTLpCHhbTsf/?lang=pt>> Acesso em: 18 nov. 2023.

HIGHER EDUCATIO POLICY INSTITUTE. *Reality Checks: a report on university applicant's attitudes and perceptions. Part of Unite Student's Insights Series 2017*. Disponível em: <Reality-Check-Report-Online1-2.pdf> Acesso em: 18 nov. 2023

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior – 2021**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2021.pdf> Acesso: 11 nov. 2023.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **O jovem não gosta de ler ou não foi seduzido para a leitura?** Disponível em: <<https://www.prolivro.org.br/2014/09/10/o-jovem-nao-gosta-de-ler-ou-nao-foi-seduzido-para-a-leitura/>> Acesso em: 18 nov. 2023.

KIM ABE, Stephanie. **Retratos da leitura no Brasil:** por que estamos perdendo leitores. Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/tematicas/retratos-da-leitura-no-brasil-por-que-estamos-perdendo-leitores>> Acesso em: 20 nov. 2023.

MOREIRA, Ana. **O Ensino Superior.** Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/textos/A0362.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2023.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente. DWYER, T. *et al* (Org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação:** uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. p.95-124. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38515/1/Livro_JovensUniversitariosMundo.pdf> Acesso em: 11 nov. 2023.

REDAÇÃO ENSINO SUPERIOR. Pós-graduação EaD cresceu 288% durante pandemia, revela pesquisa. **Revista Ensino Superior.** Disponível em: <<https://revistaensinosuperior.com.br/2021/12/03/pos-graduacao-ead-aumenta-288-em-pandemia/>> Acesso em 19 nov. 2023.

SILUK, Ana Cláudia Pavão. **Módulo I – Educação à Distância.** Disponível em <https://iffarroupilha.edu.br/images/Noticias_EaD/PROFUNCIONARIO/Concepcoes_EAD.pdf> Acesso em: 15 nov. 2023.

A ESTABILIDADE DA FILOSOFIA PARA O ENSINO SUPERIOR EM MEIO À LIQUIDEZ DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Flávio Luiz da Silva¹
Sheila dos Mares Guia²
Marilane Ferreira Confort³

O tema desse estudo busca avaliar se o conhecimento filosófico pode influenciar de forma positiva a prática educacional. A pesquisa é bibliográfica e seus dados objetivam passar por análise, reflexão e aferição a fim de validar essa hipótese. Para tanto, será desenvolvido em algumas etapas.

Inicialmente, apresentará um recorte do que é a Filosofia, suas origens e características e, para a exposição ficar mais clara, vai especificar detalhadamente o que é razão e o que é conhecimento.

Em um segundo momento, vai associar Filosofia à educação no Ensino Superior. Pretende, com isso, argumentar sobre a importância da Filosofia na formação acadêmica do estudante, confirmando sua interdependência.

Por último, apresenta a sociedade contemporânea denominada como Pós-Modernidade, esta interpretada pela visão do filósofo Zygmunt Bauman, a qual o pensador entende como Modernidade Líquida, devido a sua fragilidade estrutural.

A partir daí, são sugeridas algumas trajetórias que ajudem pessoas, especialmente estudantes, a não se deixarem levar por modismos e espíritos de época, construindo uma posição sólida e ética perante suas respectivas profissões e, mais ainda, na sociedade em que estão inseridos.

Mesmo afirmando em quase todo o texto que Filosofia e Prática Educacional são interligadas, a ideia é suscitar dúvidas e questionamentos não sobre essa correlação, mas a razão da não aplicação dos preceitos filosóficos no decorrer dos cursos de graduação.

A Filosofia é atemporal, ensina a raciocinar e organiza o pensamento. É a base da tecnologia e interage o tempo todo com o conhecimento científico. Filosofia e estudo são indissociáveis. Pode também, ser o pilar de muitas vidas, acadêmicas ou não. Mas o intuito, aqui, é apresentá-la como instrumento de excelência para amparar pessoas nesse mundo tão rápido, onde tudo flui com assustadora velocidade. Filosofia e prática educacional podem estar unidas? Essa é a proposta a ser pensada nesse trabalho.

ORIGEM E DEFINIÇÃO DE FILOSOFIA

No início da história humana, os homens criavam, recriavam e adaptavam histórias que explicavam as forças da natureza e tudo mais que não conseguiam compreender. Essas explicações foram se tornando cada vez mais complexas, porém apaziguavam os anseios pela compreensão do mundo e da vida. Tais narrativas chamavam-se mitos. Os mitos eram a chave para compreender e dar sentido à vida. A mitologia foi o cerne de inúmeras religiões e conduziram os costumes de seus povos.

Algumas civilizações procuraram extrapolar o universo mitológico, buscando saberes através de racionalizações sobre aquilo que as religiões proferiam. Buscaram entender através daquilo que podiam constatar, não pelo oculto ou pelo senso comum, mas pela observação, constatação e pela reflexão. Especialmente no Oriente, grandes pensadores difundiam suas ideias e acabavam por orientar seus conterrâneos. Grandes exemplos são a Índia, China e o Egito antigos, que influenciaram tremendamente a cultura ocidental.

Os textos mais antigos que se têm registro são os da Índia de 5.000 anos atrás, em especial o Bhagavad Gita, parte da grande epopeia Mahabharata. O que parecia o relato de uma grande batalha, na verdade, desenvolve um grande tratado psicológico de guerras interiores. Na China, destacam-se Confúcio e Lao-Tsé, com ensinamentos de outros tempos e outras terras que até hoje, nesse mundo de altas tecnologias, ajudam pessoas a se posicionarem através de suas grandes lições de vida. Tais pérolas objetivam uma ordem social racionalizada pela ética e pela cultura, buscando

¹ Mestre em Arquitetura (UFRJ).

² Mestre em Ciência da Região (UFJF).

³ Especialista em Neuropsicopedagogia e Educação Especial (CENSUPEG).

harmonizar política e moral. Já o Egito, muito místico, procura fomentar a justiça no coração dos habitantes, a fim de transformá-la num impulso coletivo para o bem viver. Mas foi na Grécia Antiga para onde todos esses pensamentos se imbricaram e ganharam destaque, marcando oficialmente o início do pensamento racional do Ocidente.

O século VII a.C. marca uma mudança radical do estilo de vida das colônias gregas da Ásia Menor, provocada pela revolução econômica, quando foi adotado o regime monetário. O solo grego era montanhoso e repleto de pedras, dificultando a agricultura para alimentar a população. A solução foi comprar e vender mercadorias. Com o comércio em expansão, há contatos com outras terras, outros povos. Floresce a cultura, as artes e, conseqüentemente, o *modus pensandi* dos habitantes. Desenvolveu-se a escrita alfabética e o calendário, ameaçando o domínio absoluto do poder dos deuses. Era necessário aprender a calcular, objetivar, desenvolver os saberes. Até a política passou a exigir discursos racionais e as leis passaram a ser a vontade da população, não mais de governantes enviados pelas divindades. Com isso, as mentes foram se reestruturando e tentando compreender o alargamento de seus mundos. Eram muitas lendas diferentes e foi preciso desenvolver critérios muito bem pensados para seguir por essas esferas.

Considerado o pai da filosofia grega, Tales de Mileto (640 a.C a 548 a.C) foi legislador, geômetro, matemático e físico. Tido como o fundador da Filosofia, buscou compreender como a constituição da matéria, concluindo que tudo que existe provém da água (*physis* - fonte originária). Suas reflexões inauguraram a mentalidade científico-filosófica herdada pelo mundo ocidental e, em muitos aspectos, no oriental também.

Ainda em Mileto, seguindo a busca da origem das coisas, destacam-se Anaximandro e Anaxímenes. Anaximandro, discípulo de Tales, entende que tudo provém do *apeiron*, substância eterna e indestrutível, infinita e invisível, princípio (*arché*) de tudo. Anaxímenes, discípulo de Anaximandro, discorda de seus antecessores e entende que o princípio de tudo é o ar (*pneuma ápeiron*). A escola milesiana é a base da racionalidade em que estamos inseridos.

Entretanto, o inventor da palavra filosofia foi o filósofo e matemático Pitágoras (Samos, séc. VI a.C.), unindo os radicais *philo* - amizade, amor e *sophia* - saber, instituindo o termo que designa o amor ao saber. Pitágoras percorreu o mundo difundindo uma espécie de seita na qual os números seriam a essência de todas as coisas, propondo iniciações secretas, ritos em busca de êxtase como caminho para a salvação da alma. Mas seu grande destaque foi no desenvolvimento da matemática, com teoremas utilizados até os dias atuais.

Até então, as concepções da origem das coisas se baseavam em um mundo em movimento. Xenófanes (Cólofon, séc. VI a.C.) afirmava a unidade e imobilidade do ser, explicando que mudanças seriam meras aparências. Tudo viria a partir da terra, a qual se funde com o pensamento de Deus.

Outro filósofo da época foi Heráclito (Éfeso - sécs. VI e V a.C), considerado o mais importante de seu tempo, que falava com mais destaque ainda do movimento, do vir-a-ser, do devir. Afirmava que o universo muda e se transforma infinitamente a cada instante. Tudo flui, se renova. Justamente por isso, entende que a verdade de tudo está nos contrastes, na oposição e que é do atritar desses contrastes que nasce a harmonia. E o *logos* é o princípio unificador do mundo.

Em polaridade contrária, Parmênides entende que mudanças e movimentos é que são ilusões provocados pelo sentido, que real é o seu único, imutável e eterno que se esconde sob o véu das aparências. Zenão (Eleia - séc. V a.C.), seu discípulo, ganhou notoriedade pelos argumentos sobre o paradoxo da existência do tempo e da mobilidade, tentando ridicularizar as ideias de Pitágoras e Heráclito.

Outros filósofos menos conhecidos desenvolveram suas reflexões, quase sempre baseadas nas conclusões desses primeiros gregos pensadores: Melisso de Samos, Empédocles de Agrigento, Filolau de Crotona, Arquitas de Tarento, Anaxágoras de Clazômena, Leucipo de Mileto, Demócrito de Abdera, cujas linhas de pensamento não são relevantes a esse estudo. A Filosofia lá cultivada transformou a Grécia no berço da civilização ocidental.

O importante é deixar destacado que o pensamento de racionalização pode gerar a capacidade de refutação por argumentos muito bem expressos, criando formas de pensar baseadas na lógica. Por tudo isso, pode-se dizer que a Filosofia é a “rainha das ciências”. Os responsáveis por essas conquistas, mesmo que influenciados pela cultura oriental, são as sementes da época de ouro da filosofia, a que chamamos de pré-socráticos. Por que pré-socráticos? Porque vieram antes de Sócrates, o primeiro dos três grandes pensadores da Filosofia grega: Sócrates, Platão e Aristóteles.

SÓCRATES, PLATÃO E ARISTÓTELES: TRÊS GRANDES PENSADORES GREGOS

Sócrates (Atenas, 470 - 399 a.C.) não deixou nada por escrito; sua forma de pensar chegou até a atualidade através dos textos de Xenofonte e Platão. Dizia ser um ignorante em busca da verdade ao afirmar “só sei que nada sei”. Entendia que o conhecimento verdadeiro estava somente na alma e que o maior desafio do ser humano é conhecer a si mesmo. Para ele, a razão existia para atingir a verdade, a qual estaria dentro de cada um. Como chegar nela então?

Opondo-se à demagogia ensinada pelos sofistas, especialmente aos políticos, desenvolveu uma forma de chegar à essência das coisas muito peculiar, um “parto de ideias” oriundas de dentro de cada ser, através da maiêutica socrática, que consiste em partir das opiniões de seu interlocutor, tentar fazê-lo cair em contradição, perceber sua própria ignorância e construir uma linha de raciocínio consistente. Isso equivalia a ensinar cada um a descobrir as coisas por si mesmos, buscar a essência dos saberes. Participou ativamente da política de sua época e, por conta do que ensinava abertamente influenciando em especial aos jovens, foi condenado à morte. Teve a opção de renegar todos os seus ensinamentos em troca de sua vida, mas preferiu tomar cicuta a trair tudo aquilo pelo que havia lutado. Viveu e morreu pela verdade.

Platão (Atenas, 427 - 348 a.C.), discípulo de Sócrates, tinha como pensamento fulcral a existência de dois mundos: o visível ou sensível, diverso e efêmero, e o invisível ou inteligível, eterno e arquetípico, pertencente ao reino das ideias. Sua dialética propunha que, para chegar à verdade, o indivíduo deixasse o mundo dos sentidos e se elevasse espiritualmente ao mundo verdadeiro. Alertava para a dualidade entre corpo e alma, configurando-se ilusão e realidade. Para ele, conhecimento é a recordação do mundo das ideias.

Sua parábola mais emblemática, tema de discussões de todas as terras em todos os tempos, é o mito da caverna, narrada em *A República*. Trata-se do relato de homens que vivem acorrentados numa caverna, diante de uma parede que serve de tela. Atrás deles sai um feixe de luz, pelos quais passam seres que carregam diversos objetos, às vezes quietos, outras vezes conversando entre si. E se, de repente, um deles quebrasse a corrente e olhasse para trás, perceberia que tudo que via como realidade era apenas sombras e ecos. Poderia ir mais além e se arriscar a sair da caverna, descobrindo o mundo exterior. Caso conseguisse suportar a luz do sol e adaptasse a visão a essa nova realidade, perceberia a imensidão e a beleza da natureza e dos seres, horrorizado com seus tempos de escravidão. Entretanto, se voltasse à caverna, por amor aos semelhantes, para apresentar as boas novas, seria ridicularizado pelos ex-companheiros acorrentados e chamado de louco. Simbolicamente, a caverna seria o mundo visível; as sombras, a falsidade dos sentidos; e as correntes, preconceitos, opiniões e senso comum.

Por fim, Aristóteles (Estagira, Macedônia, 384 - 322 a.C.) foi discípulo de Platão e preceptor de Alexandre Magno. Entende que a realidade é objetiva e que só o individual, só o concreto é real; já o universal não existe na natureza, só no espírito. Sua obra envolve praticamente todos os ramos do saber: filosofia, lógica, física, metafísica, botânica, zoologia, dentre outras. Gosta de catalogar e classificar o que estuda. O conhecimento seria, então uma abstração das propriedades classificatórias, gerando conceitos. Valoriza extremamente a experiência. Assim, sua teoria capital distingue potência de ato: potência está associada ao devir, ao vir-a-ser, à possibilidade, enquanto o ato é a concretização daquilo que poderia ser. Daí a concepção de deus como Ato Puro, Primeiro Motor do mundo, Inteligência. A forma de organizar seus estudos é fundamento das ciências contemporâneas.

Todos os filósofos que aqui foram mencionados e, em especial, suas reflexões e concepções apontam para uma certeza: o ser humano sempre buscou respostas para compreender o mundo. Porém, foi a Grécia que sistematizou a busca pelo saber. Não chegou a haver exatamente um “milagre grego”, conforme apregoam alguns estudiosos, mas a escolha do caminho certo para se estabelecer uma grande conquista.

O amor ao saber introduzido pela Filosofia grega aviva uma chama que habita o coração da humanidade e instiga a busca e a reflexão. Os conhecimentos: científico, tecnológico, virtual, toda modernidade em que estamos inseridos, são as ramificações dessa grande raiz, que não para de crescer e frutificar.

OS TIPOS DE CONHECIMENTO

Desde sua origem, a Filosofia, como foi demonstrado, busca formas de adquirir conhecimento trazendo informações para dentro da mente e processando-as através da razão. Mas o que vem a ser exatamente o conhecimento? Desde os primórdios, o conhecimento é aquilo que garante a sobrevivência dos seres. Aprender a suprir as necessidades básicas e manter-se vivo é elementar para a própria perpetuação. Os humanos, especificamente, pouco a pouco foram se dando conta que quanto mais saberes dominavam, melhor viviam. E assim, o homem foi desenvolvendo seu pensamento a fim de aperfeiçoar sua capacidade de conhecer.

Do latim, *cognoscere*: procurar saber, conhecer. Segundo Houaiss, conhecer é o “ato ou efeito de apreender intelectualmente, de perceber um fato ou uma verdade” ou simplesmente, um “entendimento”. Para Japiassú e Marcondes, professores de filosofia, o conhecimento é uma “função ou ato da vida psíquica que tem por efeito tornar um objeto presente aos sentidos ou à inteligência”. Ou seja, conhecimento é algo muito maior do que a apreensão dos sentidos, do que registrar informações; trata-se de um processo organizador de informações a fim de explicar ou dar sentido ao mundo e às coisas nele existentes. O conhecimento seria, então, a argamassa da consciência.

Os dados que nossas mentes recebem para processar são muitos e vêm de diversas fontes: sentidos, percepções, memórias, conversas, leituras, estudos, imaginação, raciocínio, intuição e outras menos prováveis, porém possíveis. O caminho empreendido para explicar essa vivência vai definir a forma de interpretação daquela realidade. As diferentes formas de gerir uma informação vão classificar o tipo de conhecimento realizado.

Sendo o conhecimento algo tão vasto e complexo, a Teoria do Conhecimento, ramo da filosofia que estuda a forma como os seres humanos acessam o conhecimento, compreendeu que existem, ao menos, quatro tipos básicos dessa gestação psíquico-intelectual: empírico, teológico, filosófico e científico.

Nenhum desses caminhos é melhor ou mais importante do que o outro podendo, no entanto, haver atritos entre eles por preconceitos ou ignorância. Convivem pacificamente em quase todos os indivíduos.

O conhecimento empírico, aquele do senso comum, é o primeiro processo desenvolvido para acessar conhecimento. Do grego, *empeiria*, significa experiência, portanto traduz a observação de uma vivência. Abrange um conjunto de saberes que respondem indagações do dia a dia. Baseado no acaso, na tentativa e no erro realizadas ao sabor das circunstâncias, é falível. Como costuma ser espontâneo e baseado em convicções pessoais, não exige precisão ou coerência. É colaborativo, pois passa de uma pessoa para outra e, muitas vezes, de uma geração para outra. Entretanto, não pode ser desqualificado, pois, além de garantir adaptação e sobrevivência, por ser verificável, sua prática consiste na fase inicial do procedimento científico.

O aperfeiçoamento do conhecimento empírico é a imersão na reflexão, tema desse estudo, o que caracteriza o pensamento filosófico. O grande mérito do conhecimento filosófico foi o de desenvolver o raciocínio, elevando a humanidade a um novo patamar. Como já foi dito, o Ocidente já abordava racionalmente diversas questões, e de forma exemplar até. Entretanto, foi a Grécia Antiga que lançou as bases para a compreensão do ato de conhecer, em especial através dos grandes pilares da Filosofia Ocidental: Sócrates, Platão e Aristóteles.

Buscar “verdades” exercita a mente, pois as reflexões são absolutamente subjetivas, como sementes especiais que devem ser lançadas no intelecto, serem muito bem nutridas com informações e impressões e cuidadas para florescer. Esse é um procedimento constante e sem fim, tentando entender os porquês do mundo e da vida. Exercitar o cérebro é um grande desafio, se não o maior de todos.

A base do conhecimento filosófico é a razão. Essa magnífica faculdade do espírito ordena, classifica, compara, estabelece conexões aparentemente não imagináveis. São seus processos mentais que induzem, deduzem e comparam. Desenvolver raciocínios e chegar às próprias conclusões é um hábito bastante prazeroso e libertador.

O conhecimento filosófico lida com questões imateriais, pois elabora teorias e conceitos. Questiona a realidade e os problemas através da razão. A realidade que busca conhecer é ampla, universal e é atingida através de reflexões críticas sobre informações coerentes, contudo, nem sempre há consenso em suas proposições. Seu valor não pode ser verificado ou refutado, pois não provém de experiências, portanto é infalível e exato. Entretanto, suscita novas formas de pensar. Seu funcionamento caminha para a generalização, pois suas ideias e relações conceituais procuram traçar correlações para sistematizar e atender às suas complexas exigências lógicas. E é justamente seu *modus operandi* que oferece elementos às ciências. Foram seus princípios dedutivos que possibilitaram metodologias formativas do pensamento científico.

A ciência é a busca da verdade através de uma metodologia específica. Sua verdade é relativa, pois pode ser refutada a qualquer momento. Porém, ela trata daquilo que já foi estabelecido, dado como certo, verdadeiro, quantificado e averiguado. Uma espécie de dogma aceito pela comunidade científica por ser passível de verificação. Ou seja, lida com conhecimentos que já foram submetidos ao método. E o método científico engloba um conjunto de regras que permitem alcançar esse conhecimento mais que perfeito acerca da realidade. No entanto, desmitificando o endeusamento das ciências, é justamente a Ciência que vem transformando nosso mundo, trazendo à baila possibilidades e compreensões inigualáveis.

O conhecimento científico é concebido através de métodos e sistematizações os quais, dentro de uma ordenação lógica, gera teorias e leis. Analisa problemas extraídos da natureza e da sociedade, ou da realidade apreendida pelos sentidos ou instrumentos que os ampliam, propõe hipóteses explicativas, afere sua veracidade através da experimentação e, finalmente, gera um conhecimento universal válido. Assim, seus elementos básicos são a observação, a experimentação e o estabelecimento de leis. Ele classifica, compara, analisa e sintetiza a realidade factual a fim de buscar noções de causa e efeito, num procedimento investigativo. É falível, pois depende de comprovação para ser considerado científico. Busca o universal e válido para os casos da mesma espécie a fim de procurar a verdade dos fatos.

A ciência parte de um arcabouço empírico, sistematiza seu caminho para acessar o que quer conhecer e o transcende, pois procura conhecer não só o fenômeno, mas suas causas e, a partir daí, cria leis. O método científico constrói o conhecimento da contemporaneidade.

A Filosofia dos séculos XV e XVI, através de expoentes como Issac Newton e Galileu Galilei, passou a ser tão específica que se desdobrou, atingindo as ciências, acarretando intenso desenvolvimento no universo das experimentações. O hábito de utilizar as funções mentais é a base do espírito científico. Entretanto, a ciência investiga o que é palpável, material, físico, suscetível de experimentação, enquanto a Filosofia trata de coisas não materiais, que estão além dos sentidos, ultrapassando os limites da experiência. Ciência é concretude, enquanto filosofia é abstração. Dessa forma, a ciência traz novas informações à filosofia, gerando reformulações e transformações, possibilitando novas descobertas, as quais são realimentadas pelos princípios filosóficos, num crescente reabastecimento mútuo.

O conhecimento teológico é aquele que se baseia em mitos tidos como sagrados e as religiões. Objetiva explicar o sobrenatural, o mistério, o universo e sua formação através de interpretações desenvolvidas ou em desenvolvimento. Em sua busca por sentido, pode se utilizar do senso comum, da filosofia e até mesmo do pensamento científico; todavia, caracteriza-se por uma ordem místico-intuitiva. É composto por dogmas e doutrinas que revelam simbolismos sobre uma ou mais entidades sacralizadas, cujo alicerce é a fé nessas formas de compreender o mundo, sendo, por isso, não verificável. É inquestionável e infalível, precisando apenas ser aceito ou não. Muitas vezes é passado de forma oral, através de narrativas constantemente repetidas, porém, na maioria dos casos, provém de uma escritura sagrada, revelada a um ou mais escolhidos pela divindade. Utiliza-se do argumento de autoridade que o torna legítimo e, por isso, é autêntico e verdadeiro. Responde às indagações que a prática, a racionalidade e a ciência não dão conta de explicar. Faz parte da essência humana desde o início dos tempos.

A EVOLUÇÃO DA FILOSOFIA

Como foi dito, a Grécia Antiga foi o grande marco inicial da civilização racional. Incorporada ao Império Romano, dele teve algumas contribuições pontuais, mas foi a partir daí que a humanidade aprendeu a pensar de forma organizada. Na Idade Média, o teocentrismo imposto não impediu a racionalização de questões divinas. Inicia-se com a Filosofia Patrística, que auxiliou a consolidação do cristianismo, ancorando-se em Platão, cujo maior destaque foi Santo Agostinho. Depois, veio a Escolástica, ensinada em escolas e universidades europeias, que associava preceitos cristãos a ensinamentos clássicos, em especial os aristotélicos, na qual sobressai o nome de São Tomás de Aquino.

O Renascimento colocou o Homem no centro de tudo, sendo este “a medida de todas as coisas”. A cultura grega é o modelo de onde tudo parte. Como o nome indica, renasce a arte, a cultura, avança a ciência e, conseqüentemente, os questionamentos também. O Humanismo é o cerne. Inicia-se a Idade Moderna, buscando entender e justificar tudo pela razão. A Grécia desabrochou com o desenvolvimento comercial e agora é a Europa que renasce.

Grandes filósofos são, muitas vezes, grandes cientistas. Exemplos são Kepler, Copérnico, Galileu. O ápice desse mergulho ao racionalismo foi René Descartes. Dedicou-se ao estudo da Filosofia e, dentre outros méritos, delineou os princípios da metodologia científica, em seu filosófico livro *O Discurso do Método*. A partir dessa cartilha cartesiana, desenvolve-se um modo específico de pensar, o que trouxe um grande avanço das ciências.

Opondo-se ao racionalismo puro, surge o empirismo de origem britânica, buscando a comprovação dos saberes através da experiência. Destacam-se Francis Bacon, John Locke, David Hume, dentre outros. O empirismo foi a base do desenvolvimento científico. E um meio termo entre o empirismo e o racionalismo foi Kant, amparando-se nos dois extremos, trazendo uma revolução do modo de produzir conhecimento. Determinismo e Positivismo, provindos das ciências exatas, querem impor supremacia nas ciências humanas.

Houve, e continua havendo, um revezamento nas polarizações do pensar e do experienciar, entre a objetividade e a subjetividade, gerando uma crise no modo de produção de conhecimento na modernidade. Alguns pensadores trazem o arcabouço das ciências humanas. Hegel, por exemplo, baseia seu modo de pensar na História, nos acontecimentos da humanidade. Marx, por sua vez, investiga importantes questões sociais e políticas por ângulos tão importantes, que seu pensamento ainda é matéria-prima de cursos universitários. Outros, entretanto, seguiram pela visão filosófica num âmbito não racional e trouxeram a sustentação de diversos pensamentos artísticos, tais como, Schopenhauer, Kierkegaard e Nietzsche, que inspiram infindáveis questionamentos existenciais.

O pensamento filosófico é tão importante que foi o modo de pensar trazido pelos iluministas que rompeu a continuidade da Era Moderna e, pela força que penetraram no espírito humana, mudou o modo de funcionamento do mundo, especialmente o ocidental. A Revolução Francesa impôs as ideias de igualdade, fraternidade e liberdade, até hoje ansiada pela consciência das nações.

A Filosofia, por sua vez, ganhou novas direções ou, ao menos, nelas se aprofundou. A fenomenologia de Husserl estuda metodicamente as coisas como se apresentam à consciência, podendo auxiliar à Psicologia e à Linguística, por exemplo. O existencialismo proposto por Sartre tem por base a liberdade de ser e pensar, trazendo reflexões e influenciando a Literatura. Leibniz, já contemporâneo, traz à tona a filosofia analítica, em oposição ao subjetivismo, enaltecendo as ciências exatas.

A Escola de Frankfurt alicerça estudos do pensamento sociológico e defende a importância do pensamento crítico. Ancora-se, dentre outras vertentes, na psicanálise e na oposição ao positivismo. Baseia-se na ruptura com a tradição.

Nomes de destaque seriam Adorno, Erich Fromm, Walter Benjamin e Habermas, os quais são a base de reflexões individuais e diversos textos científicos das universidades de todas as partes.

A segunda metade do século XX é caracterizada por expoentes dos pensamentos bastante atuais, englobados na caracterização de Pós-Modernidade. A sociedade pós-moderna é globalizada e dominada pelo capitalismo. Como um pêndulo, seus autores questionam paradigmas já consolidados pela ciência moderna. Levam em conta os efeitos da ideologia, da sociedade e da história na cultura. Individualistas e subjetivos, buscam

tirar a hierarquia das artes, defendendo a liberdade artística, procurando não desenvolver valores. Foucault, Barthes, Baudrillard, Deleuze, Derrida, Bourdieu são alguns desses pensadores de destaque.

Esses breves e exemplificativos parágrafos sobre o desenvolvimento da Filosofia e sua importância na produção do conhecimento humano têm o intuito único de mostrar como se processou o pensamento humano ao longo dos séculos. Filósofos muito importantes não foram citados por não ser o propósito desse trabalho elencar, mas oferecer uma chave para introduzir a noção de que a Filosofia é tema fulcral da educação contemporânea.

CONHECIMENTO FILOSÓFICO E O ENSINO SUPERIOR

A Filosofia nasceu atrelada à Educação. Os filósofos desenvolviam seus pensamentos e os ensinavam através de aulas e trocas de ideias com seus discípulos.

Os pitagóricos transformaram a transmissão dos ensinamentos filosóficos em uma espécie de seita, com dedicação total dos discípulos.

Sócrates, conforme mencionado, não deixou textos escritos, mas seus ensinamentos são marcos da Filosofia Ocidental. Além de educador público, Sócrates desenvolvia seu raciocínio nas ruas de Atenas. Aperfeiçoou o sofismo, que acabou por considerar superficial e desenvolveu a maiêutica, fazendo seu interlocutor descobrir que sabia muito menos sobre determinado assunto do que realmente dominava. Daí, fazia que o conhecimento verdadeiro aflorasse naquele a quem dirigia as indagações.

Seguindo sua linha, Platão, discípulo de Sócrates, criou uma escola na qual transmitia seus ensinamentos nos jardins de um herói ateniense chamado Academus, daí o nome Academia.

Já Aristóteles, discípulo de Platão, passeava por um ginásio próximo a um templo dedicado a Apolo Lício, enquanto apresentava suas reflexões e teorias aos seus discípulos. Esse modo de ensinar passeando era denominado peripatético e sua escola, Liceu, trouxe frutos que muito contribuem, até hoje, para a compreensão de muitas áreas, em especial, as científicas. Escolas Filosóficas já existiam antes desses marcos históricos do pensamento humano e continuam se desenvolvendo até os dias atuais.

Hoje, aliás, a Filosofia faz parte integrante do processo de educação em quase todo o mundo. No Brasil, em 1961, o ensino de Filosofia deixou de ser obrigatório nas escolas, passando a ser complementar. Quase 40 anos depois, em 2008, Filosofia e Sociologia voltam a ser obrigatórias nas três séries do ensino médio. Quatro décadas foram necessárias para a comprovação da importância da Filosofia na organização mental dos jovens.

Filosofar é caminho contra a ignorância. Desenvolve a reflexão e o pensamento crítico. Traz independência e autonomia. O aluno deve compreender aquilo que lhe é informado, seja pelo professor, pelos livros, pelas mídias, pela vida. Como saber se os ensinamentos transmitidos na escola são verdadeiros? Afinal, o professor não é detentor do conhecimento, mas aquele facilita sua construção. A avaliação das informações que o estudante recebe por toda sua vida só pode ser realizada por ele mesmo. Basta pensar, analisar, refletir. A reflexão, principal instrumento da Filosofia, etimologicamente deriva de voltar, dobrar, o que significa ver por outro ângulo. Não basta aderir a uma ideia, mas buscar a essência, digerir o apreendido e encontrar dentro de si o caminho para aquele saber. Trata-se do processo de elucidação, do ato de trazer à luz. O jovem que questiona tem muito mais chance de perceber a razão das coisas e, em especial, de resolver problemas de sua vida e da sua sociedade. Ninguém lhe impõe um pensar, mas propõe. E a cada novo pensar que encontra, esse novo desafio intelectual é desenvolvido. Por isso a Filosofia voltou ao ensino médio, para a formação do ser humano questionador.

No nível superior, o princípio é o mesmo. A Filosofia é fundamental para entender as coisas. Descobrir os caminhos que grandes pensadores trilharam para atingirem suas conclusões auxilia a desenvolver o hábito de pensar, de questionar. Isso é essencial para desenvolver a capacidade crítica do indivíduo e lhe possibilitar formar juízos de valor. Exige esforço e dedicação, pois aceitar tudo que é dito, mesmo por algum tipo de autoridade, é cômodo e não leva a um verdadeiro crescimento pessoal.

Em termos práticos, raciocinar auxilia a aprendizagem. Passar pelo crivo da razão significa ter uma visão mais ampla de tudo. Quando se questiona, é possível delimitar, categorizar, inter-relacionar, situar, analisar. Conectar seu aparelho psíquico ao mundo. Sair do micro rumo ao macro. Significa situar-se, trazer sentido.

Tal percurso possibilita uma maior compreensão das disciplinas estudadas, pois transcendem a superficialidade que um ensino meramente técnico pode apresentar. Resignificar internamente conteúdos mostra o quão importante é aquele assunto estudado. Esclarece melhor o quê, como e por que aquilo está em foco. A partir daí, fica mais fácil aprender.

Outra questão importante é que, para o aprofundamento de uma área de conhecimento, as disciplinas vão se tornando cada vez mais específicas, criando especialistas centrados cada vez mais naquilo que precisam aprender para o exercício da profissão. É um processo necessário e importante, mas não pode ser destituído de sentido. E esse sentido é a reconexão daquele saber ao mundo.

Essa desfragmentação das disciplinas inserindo-as num todo, em termos acadêmicos, é a proposta da interdisciplinaridade. Juntar especialidades e integrá-las é um exercício de aprofundamento que a prática filosófica pode ajudar a desenvolver. Trazer conteúdos matemáticos à esfera linguística, associar saúde e bem-estar a desenvolvimento social, raciocínios como esses representam os primeiros passos de um redimensionamento de uma teoria a uma possibilidade prática. Quanto maiores e mais complexas forem tais redes de associação de pensares, mais clara e específica a ideia em foco se torna, numa dialética que só ajuda a desvelar situações para solucionar prováveis problemas vindouros. Além disso, ajuda os neurônios a desbravar cada vez mais caminhos, otimizando o desenvolvimento cerebral. Conexões de assuntos geram conexões mentais.

A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO X SOCIEDADE LÍQUIDA

As metanarrativas davam conta de explicar tudo que era necessário para compreender a vida. Trata-se do conhecimento teológico, com textos como a Bíblia e o Alcorão. Por outro lado, toda história da produção do conhecimento baseia-se nos clássicos greco-romanos, que cultuavam a racionalidade, buscando caminhos para alcançá-la com cada vez mais precisão. Tais sementes lançaram as bases da ciência, desenvolvida nos séculos seguintes, procurando compreender o mundo e seus habitantes e procurando desenvolver a tecnologia. A modernidade aguçou a busca do *logos* e estruturou métodos e formas de viver e pensar. Assim, outras grandes explicações totalizantes foram sendo lançadas à civilização, como o Iluminismo, o Marxismo, dentre outras.

A sociedade se estruturava em valores bem consistentes e definidos. O planeta se reergueu de duas terríveis guerras e lançou novos modelos culturais e, em consequência, sociais. O Estado trazia diretrizes sólidas para nortear o bom funcionamento da sociedade. O conhecimento era a argamassa de preceitos que irradiavam por toda parte. Tudo era firme, seguro e estável. Havia regras e ordem. As mentes buscavam a solidez das certezas. Na década de oitenta do século XX, entretanto, a sociedade percebeu que o modo de viver da humanidade tomava caminhos peculiares. Pensadores passaram a denominar essa modernidade tardia de Pós-Modernidade.

Uma grande característica dessa contemporaneidade é a falência das citadas grandes metanarrativas, gerando incertezas e consequente ausência de valores e regras. Não há mais direcionamentos a seguir. Tudo vai se individualizando cada vez mais na interpretação dos fatos. A razão entra em colapso devido ao abandono do que é objetivo e científico. Há uma ascensão dos símbolos, misturando realidade e imaginário, criando uma série de hiper-realidades.

Tudo é plural e impreciso, espontâneo, impulsivo. Não há mais metas e objetivos duradouros porque há um esvaziamento de sentido no pensamento. As produções passam a ser cada vez mais em série, inclusive da arte, banalizando o simulacro, afinal, a essência perdeu lugar para a aparência. A Pós-modernidade e suas tecnologias marcam um novo momento de vida das pessoas.

Um filósofo polonês que estava atento a todas essas inovações culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas passou a investigar como era a relação entre os indivíduos, buscando sinais de mudanças e caracterizações. Zygmunt Bauman (1925-2017) percebeu tamanha fragilidade, inconstância, instabilidade que associou o período em que vivemos à maleabilidade da água, denominando-o de Modernidade Líquida. Tal conceito deriva da análise das relações sociais da era pós-moderna.

Empresas transnacionais vão ganhando mais poder que os próprios Estados, atropelando leis, economias e manipulando pessoas e meio-ambiente aos sabores do lucro desenfreado. O fácil deslocamento de pessoas causa impactos culturais e socioeconômicos. A velocidade da Internet causa impactos na vida de todos. Essa rapidez, a inversão de valores, a inconstância desenvolve uma mentalidade de fragilidade, liquidez.

O que melhor define a modernidade líquida é o consumismo desenfreado. A facilidade de crédito, o desejo de manter as aparências de um status invejável, a rapidez de comprar, tudo isso são fatores que facilitam o impulso de consumir. Consumir é a manta protetora da insegurança vigente. Produtos, informações e experiências são usados e descartados rapidamente, em busca do novo, num ciclo interminável. O melhor de hoje é obsoleto amanhã. Infelizmente, as relações interpessoais também. Amizades e relacionamentos amorosos são motivados por interesses em possibilidades de novas experiências. O centro do mundo é o eu, o individualismo. Há uma ânsia frenética em renovar coisas e gente. Quase ninguém sabe para onde ir, pois os sinais são incertos, rápidos e imprevisíveis. Desejos e sonhos são voltados para o prazer efêmero. A busca pela felicidade é solitária e arriscada, pois não há um referencial a ser vislumbrado.

A rapidez do mundo, dos acontecimentos, das pessoas e das ideias é atordoante e frenética. A instabilidade afeta a política, o mercado, o pensamento. Falta definição, coesão. Não há mais como fazer planos a longo prazo. A solução é consumir bens e experiências sem parar. É o que resta. Ter o que comprar, mostrar, ostentar, em detrimento do ser.

Relacionamentos podem vir a ser assustadores. Implica em medo de ser rejeitado ou de perder uma oportunidade de conhecer melhor. Portanto, não há constância, não há entrega, não há uma construção conjunta. Tudo é frágil, débil, rápido. E se surgir algum problema, basta deletar e se manter protegido. Na verdade, o outro passa a ser um universo distante, um estranho. Pessoas são categorizadas e as diferentes não passam de estranhos, longínquos, distantes, quase não mais humanos. Próximo é quem pensa igual, mas a certa distância, claro. Não há espaço para as diferenças. Na verdade, nem tanto para as semelhanças. O outro é um universo tão distante que assusta. Não há solidariedade. Quanto mais afastado, mais seguro. Esse afastamento não deixa criar vínculos. Ao contrário, quanto mais diferente, maior é sua ameaça. Se há culpados, são os estranhos. Tudo isso gera desprezo e ódios. O medo é difuso e pode assumir várias faces. Mergulhar cada vez mais para dentro de si, mas com a venda da incerteza, é a solução.

Bauman associa, ainda, o processo de individualização, o egoísmo que cresce sem parar, ao medo de errar, ao desnorтеio existencial. Sem valores, opiniões passageiras criam falsos e passageiros sentidos para a vida. Não há bases, não há estruturas, tudo é fugaz, volátil, passageiro, líquido. Relações assustam e deixam o indivíduo cada vez mais solitário, isolado. Sabedoria é quase algo sobrenatural. O que fazer?

O ENSINO SUPERIOR, O MERCADO DE TRABALHO E A FILOSOFIA: TRÍADE ESSENCIAL PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO ÍNTEGRO E INTEGRAL

Apesar da situação caótica, a humanidade não está perdida. Pensadores como Bauman vão desvendando o momento em que vivemos e trazendo luz para a inconsciência em que estamos mergulhando. É preciso calma e ponderação. Só o fato de termos consciência de quem agora somos e o que estamos nos tornando já possibilita selecionar melhores caminhos.

Nesse sentido, a educação tem papel fundamental. Ajudar a construir seres humanos melhores, fazendo aflorar as potencialidades adormecidas de cada um é o principal caminho. O indivíduo que transpõe o determinismo de sua época precisa ser motivado a cada instante. E isso ele só consegue pensando, refletindo e questionando sempre. Não desenvolve só aquilo que aprende, mas cresce como um todo. O homem holístico que cresce com a mente, com os sentimentos e emoções é o ser solidário que se coloca à disposição para o bem da comunidade em que vive. E o caminho para isso remonta à Paidéia dos gregos da Antiguidade.

A formação dos jovens dessa época incluía Matemática, Música, Gramática, História Natural, Geografia, retórica e, claro, Filosofia. O objetivo era formar um cidadão por inteiro; acima de tudo, um cidadão consciente. Cada um era, e deveria continuar sendo até os dias atuais, preparado para isso. E eis que tudo volta às origens.

O ensino superior tem um papel muito importante nessa formação do cidadão íntegro e integral. Fazer pensar, refletir é um exercício que não pode faltar a fim de não serem lançados ao mercado de trabalho meros repetidores de teorias. É preciso ter discernimento sobre o que está sendo aprendido, transformar a teoria em prática, aplicar conhecimentos adquiridos onde eles realmente possam ser necessários. Para isso, basta usar os caminhos da razão. Basta, não! É preciso mergulhar no mundo dos saberes, fazer conexões sem fim e transformar as tecnologias apreendidas em formas de ajudar a sociedade em que vive. Mas numa sociedade líquida, como fazer do conhecimento o cerne da questão?

Possibilitar os alunos a saber ir contra o fluxo parece ser o grande diferencial. No mundo líquido, duas décadas após a virada de um milênio repleto de mudanças sobrepostas, manter os pés no chão, estar atento e sabedor de onde está inserido pode trazer conforto e tranquilidade, saindo do padrão de anseios sem fim. O ensino é muito mais do que transmitir conteúdos específicos; trata-se de um processo educativo que aponta caminhos. É fundamental haver qualidade, compreensão, método e aprofundamento. No afã de consumir rapidamente, o ensino a distância, por exemplo, tem demonstrado ser o oposto de todo o arcabouço elaborado e aperfeiçoado até então. Alunos ansiosos por um diploma fingem que aprendem e instituições de ensino superior fingem que ensinam.

No mundo de hoje, sem laços, sem vínculos, é difícil alguém se manter com um mesmo empregador durante muito tempo, o que, ao contrário, pode ser até interpretado como acomodação. Seguir princípios e valores não é algo atual, mas está na essência do ser. Despertar a lealdade, a vontade de trabalhar por uma ideia, um objetivo é algo desassociado do individualismo reinante. Ter metas de longo prazo, manter-se firme em seus propósitos, mas aberto para o devir e flexível quando necessário exige racionalidade e solidez. E isso é para alguns poucos que conseguiram ultrapassar a barreira do determinismo cultural. O indivíduo que aprendeu a pensar, refletir, discernir vil metal de dignidade pode fazer toda a diferença. Seres humanos não são robôs. Afinal, os momentos históricos sempre têm pontos positivos e negativos, o importante é saber discerni-los sempre.

As informações estão acessíveis a todos como nunca estiveram. A ciência alcançou um patamar exponencial nas últimas décadas. Mas o que vem sendo feito dessa aparente vantagem? Bombas, armas e guerras; fome, pobreza e miséria; egoísmo, preconceito e ódio. O ser humano fechado nele mesmo, porém sem coragem para se aventurar nos meandros de seu mundo interior; solitário e superficial. A consciência pode, entretanto, ajudar a construir pessoas com os pés na rocha e a mente no cosmos. E para se obter esse domínio, as instituições de ensino superior podem e devem apontar a direção do *modus pensandi* de seus integrantes. Iniciações científicas, debates, leituras diversas, organização de ideias através da escrita, são muitos os instrumentos, mas o importante é manter a mente ativa, em constante questionamento, aperfeiçoando-se eternamente. Desenvolver a ciência com consciência, como disse Edgar Morin.

Questões éticas devem ser sempre trazidas à tona. Afinal, o cientista é, antes de tudo, um ser inserido na sociedade, que dela recebeu influências, nela se desenvolveu e se aperfeiçoou e para ela deve dedicar seus esforços. E não para si, somente. Cada pessoa é responsável por seu processo de desenvolvimento, mas esse só ocorre se conseguir se ver como aquela gota de água que permeia os oceanos e sabe que dele proveio. E é a educação que permeia todo esse discernimento, levando luz ao etimologicamente sem luz - aluno.

Isso significa resgatar valores individuais que vêm sendo esquecidos. Tais valores podem ser semeados nas reflexões propostas no ensino superior. Antes de tudo, a ética deve ser instigada a aflorar não meramente por questões morais, mas porque é o melhor a ser seguido. Organização, racionalidade, paciência e argumentação pautada em bases sólidas também são essenciais. O mais importante, porém, é conscientizar o educando de sua posição de interdependência social, na qual compreende ser um reflexo do seu tempo e espaço e sua missão é irradiar seu melhor por onde passar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve início com a definição de Filosofia e uma breve descrição do seu desenvolvimento através da História, a fim de mostrar sua importância no desenvolvimento da humanidade. O tempo todo, a razão foi a protagonista para a busca do saber. Logo a seguir, foram elencados os tipos de conhecimentos para definir exatamente a que tipo de busca essas linhas se referem, concluindo-se que todos têm sua importância e, no fim, acabam se entrelaçando.

Posteriormente, foi desenvolvida uma correlação entre a Filosofia de todos os tempos e o atual ensino superior. Daí foi possível averiguar que praticamente todos os ramos do saber estão embasados em reflexões filosóficas de diversas vertentes. Além do mais, o hábito de desenvolver ordenadamente o pensamento é libertador e possibilita a criação de uma mente crítica.

Por fim, foram apresentadas características da Pós-Modernidade e a excelente interpretação de como ela se processa, em especial no que concerne às relações entre indivíduos com os outros, com o mundo e até consigo mesmo, realizada com precisão por Zygmunt Bauman. A partir daí, foram desenvolvidas conjecturas sobre a sociedade líquida, apresentada por Bauman, o ensino superior e o mercado de trabalho.

Valores não são ensinados, mas despertados. Brotam das profundezas do ser, quando motivados. Surgem como um florescer, um despertar. Num mundo onde o individualismo predomina, a busca por desenvolver a individualização, proposta por Karl Jung, para se atingir tudo que se poderia ser é fundamental. São propostas distintas, opostas. Desenvolver-se pessoalmente é dar o melhor de si para o mundo e não subtrair do mundo o que interessa.

Perceber que é preciso algo que rompa com a alienação à qual as pessoas têm se submetido é um passo importante. Pautar-se em princípios pessoais cultivados cuidadosamente é também essencial. Atribuir o devido valor ao que já foi pensado e repensado é uma forma de caminhar com mais precisão, ainda mais nesse momento em que tudo é fugaz. Qualificar-se para o mundo é muito mais que obter uma certificação. É preciso ser alguém sólido para enfrentar a sociedade líquida e perdida. Questionar e refletir a cada instante. E a Filosofia, com seu cabedal estruturante, ajuda muito nisso. Não a teoria filosófica, mas sua vivência cotidiana.

A Filosofia desperta uma conexão sagrada entre o ser vivente e o mundo, junto com aqueles que o habitam. A mente se ativa em busca de perguntas que brotam de cada essência. Busca-se a luz desde sempre. Os problemas do dia a dia, entretanto, fazem funcionar uma espécie de piloto automático, tornando tudo cada vez mais distante e alheio. Não dá tempo de acessar a razão, a consciência. E lá se vai o maior objetivo da existência. A proposta desse trabalho é atizar o fogo sagrado que faz o ser desabrochar. Propõe-se que, em tempo algum, as pessoas deixem apagar essa chama interior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A importância da Filosofia para o Ensino Médio. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/educacao/a-importancia-ensinar-filosofia-no-ensino-medio.htm>> Acesso em: 20 nov. 2023.

Apostila do 1º Módulo do Curso Filosofia para Viver. Nova Acrópole. Organização Internacional - Brasil: Juiz de Fora, s/ data.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido:** sobre as fragilidades dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/zygmunt-bauman.htm>> Acesso em: 30 out. 2023.

CADEMARTORI, Lígia. **Períodos Literários.** Série Princípios. 6. ed. São Paulo: Ática, 1993.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, PEDRO Alcino. **Metodologia Científica** - para uso de estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COELHO, Beatriz. **Conheça os 4 tipos de conhecimento:** científico, filosófico, empírico e religioso. Disponível em: <<https://blog.mettzer.com/tipos-de-conhecimento/#:~:text=Existem%20quatro%20tipos%20de%20conhecimento,%2C%2cient%3%ADfico%2C%20filos%3%B3fico%20e%20religioso>> Acesso em: 23 set. 2023.

GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O que é o Método Científico**. Pioneira - manuais de estudo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

HOUAISS, Antônio; SALLES, Mauro de. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. 3. ed. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação da História da Filosofia** - dos pré-socráticos a Wittgenstein. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

NOLÊTO, Frei Flávio Pereira. **A aprendizagem e as dificuldades de aprendizagens**. Disponível em: <<https://catolicadeanapolis.edu.br/revistamagistro/wp-content/uploads/2018/04/a-aprendizagem-e-as-dificuldades-de-aprendizagens.pdf>> Acesso em: 24 out. 2023.

PENHA, João da. **Períodos Filosóficos**. Série Princípios. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

PIRES, Eres Guilherme Soares. **Filosofia e educação:** importância da filosofia no ensino superior. Disponível em: <<https://catolicadeanapolis.edu.br/revistamagistro/wp-content/uploads/2018/10/Filosofia-e-educa%C3%A7%C3%A3o-import%C3%A2ncia-da-filosofia-no-ensino-superior.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2023.

REZENDE, Antônio (Org.). **Curso de Filosofia**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

SOUZA, J. C. (org.) **Aristóteles**. Coleção Os Pensadores. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SOUZA, J. C. (org.) **Os pré-socráticos**. Coleção Os Pensadores. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SOUZA, J. C. (org.) **Platão**. Coleção Os Pensadores. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SOUZA, J. C. (org.) **Sócrates**. Coleção Os Pensadores. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR E NO MERCADO DE TRABALHO

Jéssica Faustino de Freitas¹

Natália Oliveira da Silva²

Conceição Aparecida Fernandes Lima Panizzi³

A busca incessante por uma sociedade mais inclusiva e equitativa reflete-se na necessidade premente de promover a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de suas condições. Nesse contexto, a educação surge como um pilar fundamental na construção de uma sociedade mais justa, sendo o ensino superior um espaço crucial para o desenvolvimento acadêmico e profissional. Contudo, a realidade de muitos estudantes com deficiência visual aponta desafios significativos no acesso a essa etapa crucial da formação educacional.

A escolha do tema "Inclusão do Deficiente Visual no Ensino Superior" não apenas se fundamenta na imperativa necessidade de se adequar às normativas legais que garantem a equidade educacional, mas também se respalda na compreensão de que a diversidade no ambiente acadêmico é uma riqueza a ser cultivada. Este trabalho propõe-se a explorar e analisar as barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência visual no ensino superior, destacando práticas inclusivas, desafios superados e, sobretudo, contribuições valiosas que uma comunidade acadêmica verdadeiramente inclusiva pode proporcionar.

Ao compreender as nuances da inclusão no ensino superior, torna-se possível não apenas identificar lacunas existentes, mas também sugerir estratégias e políticas eficazes que promovam a plena participação de estudantes com deficiência visual. Dessa forma, este trabalho visa não apenas documentar os desafios enfrentados por esses estudantes, mas também fornecer insights valiosos para aprimorar a experiência acadêmica, fortalecendo os pilares de uma sociedade que reconhece e celebra a diversidade em todas as suas formas.

Portanto, a escolha deste tema fundamenta-se na convicção de que a inclusão no ensino superior não é apenas uma necessidade legal, mas uma oportunidade essencial para a construção de um ambiente acadêmico enriquecido pela pluralidade de experiências, perspectivas e talentos. Através deste estudo, almeja-se contribuir para o desenvolvimento de práticas educacionais mais inclusivas, proporcionando a todos os estudantes, independentemente de suas habilidades visuais, a chance de alcançar todo o seu potencial no ambiente acadêmico superior.

1. DEFICIÊNCIA VISUAL E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS

A deficiência visual é uma condição em que uma pessoa tem uma visão parcialmente reduzida ou totalmente ausente, o que afeta sua capacidade de enxergar e realizar atividades visuais com facilidade.

A deficiência visual pode ter diversas causas, como problemas congênitos, lesões oculares, doenças oculares crônicas, envelhecimento ou condições de saúde como diabetes. As pessoas com deficiência visual podem apresentar diferentes graus de perda de visão, desde visão embaçada até cegueira total. Essa condição pode impactar a capacidade da pessoa de ler, escrever, se locomover com segurança e realizar tarefas do dia a dia. No entanto, com o uso de tecnologias assistivas, treinamento e apoio adequados, muitas pessoas com deficiência visual conseguem levar uma vida independente e participar ativamente da sociedade. É importante promover a inclusão e acessibilidade para garantir que as pessoas com deficiência visual tenham igualdade de oportunidades.

São inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos deficientes visuais no ensino superior, entre elas podemos citar: falta de acessibilidade digital, dificuldade de locomoção no campus, ausência de materiais em formatos acessíveis e principalmente a falta de conscientização por parte dos professores e colegas de sala.

Sobre tal tema, Coelho e Pisoni (2012, p. 150) ressaltam que “a escola deve estar atenta ao aluno, valorizar seus conhecimentos prévios, trabalhar a partir deles, estimular as potencialidades dando a possibilidade de este aluno superar suas capacidades e ir além ao seu desenvolvimento e aprendizado”.

¹ Graduada em Administração (UGB/FERP).

² Graduada em Administração (UGB/FERP).

³ Mestre em Educação, Comunicação e Cultura (UERJ).

Além destes, também podemos citar os obstáculos enfrentados na participação de atividades práticas, como laboratórios e estágios, devido à falta de adaptações e suporte adequados. A falta de recursos de audiodescrição em eventos acadêmicos e palestras também podem limitar a participação plena dos estudantes com deficiência visual. A inclusão desses alunos requer a implementação de políticas de acessibilidade, treinamento dos professores e promoção de uma cultura inclusiva em toda a instituição.

2. O DEFICIENTE VISUAL NO ENSINO SUPERIOR

A inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior representa não apenas um cumprimento de normativas legais, mas um imperativo ético na construção de uma sociedade inclusiva. Este capítulo explora os desafios enfrentados, práticas inclusivas existentes e perspectivas para um ensino superior verdadeiramente acessível.

Pimentel e Silva (2022, p.121) ao citar **Cabral & Melo (2017)**, assinala que:

a democratização do Ensino Superior nos últimos anos tem contribuído para a inserção de estudantes que se autodeclararam pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES). Tal processo é fruto de um movimento mundial que vem ocorrendo desde os anos de 1980, embora, no Brasil, do ponto de vista legal, tenha tomado força apenas a partir dos anos 2000. Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (2008) preconiza que, no Ensino Superior, deverão ocorrer ações de acesso, permanência e participação de estudantes, com garantia de acessibilidade, em diferentes âmbitos, tais como arquitetônico, pedagógico, de comunicação, entre outros, e disponíveis em todas as etapas do processo, da seleção ao ingresso.

Estudantes com deficiência visual frequentemente se deparam com obstáculos além dos desafios acadêmicos convencionais, incluindo a falta de recursos, a ausência de práticas inclusivas e a necessidade de adaptações físicas e sociais.

A Lei nº 13.146/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, desempenha um papel crucial, estabelecendo princípios de igualdade, acessibilidade e respeito à diferença. No campo educacional, a legislação reforça a necessidade de garantir o acesso de pessoas com deficiência visual ao ensino superior, proibindo discriminações e exigindo adaptações razoáveis.

Apesar dos desafios, instituições de ensino têm implementado práticas inclusivas, oferecendo recursos e serviços de acessibilidade. O uso de tecnologias assistivas, capacitação de professores e a criação de ambientes acessíveis demonstram que a inclusão no ensino superior é não apenas possível, mas também enriquecedora para toda a comunidade acadêmica.

Segundo De Souza et al. (2005, p 62), o uso de tecnologias assistivas, como leitores de tela e softwares de reconhecimento de voz, tem sido crucial para a autonomia e participação plena de estudantes com deficiência visual no ambiente universitário.

A inclusão de deficientes visuais no ensino superior transcende o cumprimento de normativas legais; é um compromisso com a construção de uma sociedade justa. Ao compreender os desafios, aplicar efetivamente a legislação existente e promover práticas inclusivas, o ensino superior pode se transformar em um ambiente que celebra a diversidade.

Segundo Giroto et al. (2012, p. 20)

Debates científicos atuais na área da educação especial apontam para a importância das TIC [Tecnologias de Informação e Comunicação] aplicadas à educação vir a compor a grade curricular dos cursos. Afinal, os professores que irão atuar nos serviços especializados precisam conhecer, compreender e saber utilizar as TIC de forma a promover ações pedagógicas inclusivas no interior das escolas brasileiras.

Portanto, ao harmonizar os avanços tecnológicos com a legislação vigente e as experiências reais dos estudantes, o ensino superior pode se tornar um agente catalisador de transformações positivas, assegurando uma educação verdadeiramente inclusiva para todos. Essa abordagem não apenas atende aos requisitos legais, mas reflete um comprometimento genuíno com a promoção da igualdade e a construção de uma sociedade mais justa para todos os seus membros.

3. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um marco legal que visa promover a inclusão social e garantir os direitos das pessoas com deficiência em diversas esferas da vida, incluindo a educação.

Com a análise da legislação vigente e destaque para o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece as bases legais para a inclusão, conforme destaca Santos e Mendonça (2015, p 88), " a importância de o poder público aprimorar os sistemas educacionais, como forma de garantir, além do acesso, a permanência, em condições necessárias para que a pessoa com deficiência seja incluída de forma plena e com qualidade, com oferta de serviços e de recursos de acessibilidade".

O Estatuto da Pessoa com Deficiência baseia-se em princípios fundamentais, incluindo a igualdade de oportunidades, a não discriminação, a acessibilidade, a participação e a inclusão plena e efetiva na sociedade.

O uso de tecnologias assistivas tem se expandido. Softwares de leitura de tela, materiais digitais acessíveis, audiodescrição em vídeos e outras ferramentas são adotados para facilitar o acesso a informações e recursos educacionais.

Adaptações físicas, como rampas, corrimãos, elevadores e banheiros acessíveis, são implementadas para garantir que o ambiente físico das instituições seja acessível a todos.

A acessibilidade digital é uma preocupação crescente. As IES buscam desenvolver sites e plataformas educacionais que atendam aos padrões de acessibilidade, tornando o conteúdo online acessível para pessoas com deficiência visual, auditiva ou motora.

Programas de capacitação para professores e funcionários são promovidos para sensibilizá-los sobre as necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Isso inclui orientações sobre práticas pedagógicas inclusivas e o uso de tecnologias assistivas.

Para deficientes visuais, as instituições oferecem materiais em formatos acessíveis, como Braille, áudio books e documentos digitais compatíveis com leitores de tela.

Provas e avaliações são adaptadas conforme necessário para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Isso pode incluir extensão de tempo, salas de avaliação diferenciadas ou outras adaptações personalizadas.

Algumas IES estabelecem parcerias com organizações especializadas para fornecer suporte adicional, incluindo serviços de apoio psicopedagógico, treinamento e orientação para estudantes com deficiência.

Apesar dos avanços, é importante ressaltar que a implementação efetiva da acessibilidade nas IES pode variar. O desafio contínuo é garantir que as políticas e práticas sejam consistentes, abrangentes e sensíveis às necessidades individuais, assegurando que estudantes com deficiência tenham uma experiência educacional inclusiva e equitativa.

4 METODOLOGIA

Este capítulo descreve a metodologia empregada neste trabalho para investigar e compreender a eficácia das práticas de acessibilidade e inclusão de deficientes visuais no contexto do Ensino Superior. A pesquisa se baseou em uma revisão bibliográfica abrangente, cuja fundamentação teórica e conceitual foi crucial para nortear o delineamento do estudo.

Além disso, foi realizado também uma Pesquisa de Campo com o egresso e atualmente, funcionário da Instituição, Igor Máximo Viana, a fim de demonstrar de forma prática como se sente a pessoa com deficiência visual no ambiente universitário.

4.1 Entrevista – Estudo de Campo

Visando buscar uma aplicação prática acerca do tema em desenvolvimento, foi realizada entrevista com Igor Máximo Viana, deficiente visual que é graduado em História, na Universidade Geraldo Di Biase e hoje é funcionário da mesma Instituição, a fim que seja esclarecido como foi sua vivência em ambiente acadêmico e como é sua vivência como um profissional com deficiência visual.

Quanto foi perguntado sobre a escolha da instituição de Ensino Superior, se houve considerações específicas relacionadas à acessibilidade, Igor disse que a escolha se deu pelo fato da IES já possuir experiência com outros deficientes visuais. Seguindo seu relato sobre as formas e recursos

utilizados para garantir sua participação efetiva no ambiente acadêmico, ele disse que utilizou Braille para registro dos tópicos em sala de aula, mediado por um amigo. Para estudos e pesquisa utilizou tecnologias assistivas, tal como o programa *Dosvox*, que permite a comunicação entre a pessoa com deficiência visual e o computador, o programa fazia a leitura das apostilas produzidas pela própria Instituição no formato que o programa exigia, porém enfrentou dificuldades quanto ao formato do material adaptado, uma vez que em algumas ocasiões o mesmo não era compatível com o leitor de telas.

De acordo com Lopes & Fabris, citado por Silva e Pimentel (2022, p. 121): “incluir, muitas vezes, significa desenvolver práticas que envolvem e submetem os sujeitos à lógica do Estado. Podemos pensar o quanto continuamos a submeter os indivíduos a uma lógica determinada que não corresponde a das pessoas, mas, sim, a já preestabelecida pelas instituições de Ensino Superior e que os indivíduos devem seguir”.

Após sua formação ele enfrentou dificuldades de aceitação no mercado de trabalho, por mais que fosse um profissional capacitado, a pessoa com deficiência visual mesmo tendo uma formação acadêmica, enfrenta uma resistência muito grande e diante desta dificuldade, Igor começou a palestrar e ministrar oficinas de braille, até que surgiu o primeiro convite para dar aula em uma prefeitura e prestou concursos.

Como a Instituição já possuía uma sala de Inclusão e não tinha um profissional hábil, Igor recebeu o convite para fazer parte da equipe de funcionários do UGB. A princípio enfrentou contratemplos, pois estava habituado a trabalhar com alunos com deficiência visual e naquele momento a IES não tinha este público. Teve que se reinventar dando cursos de capacitação para funcionários e alunos. Com o passar do tempo esta realidade mudou e com o pleno funcionamento da sala inclusiva, passou a fazer atendimento para seu público-alvo, tendo como exemplo uma aluna do Colégio de Aplicação do Centro Universitário Geraldo Di Biase (CAP), com uma síndrome rara que causou a deficiência visual, como também a sensibilidade tátil, dificultando sua alfabetização em braille. Foi feito um trabalho minucioso, utilizando o braille adaptado, e gradualmente a aluna conseguiu ser alfabetizada e hoje faz o uso do computador com as tecnologias assistivas.

Ao ser perguntado sobre adaptações no ambiente e o suporte oferecido no seu local de trabalho, ele frisa que a IES sempre ofereceu total apoio e acolhimento, e destaca a importância de ter sido contratado, visto que a sua deficiência passa por muito preconceito mediante as demais.

Há pouco tempo Igor recebeu da instituição, uma homenagem de profissional destaque dentro da sua categoria, mencionou a importância que isso teve para ele, pois muitas vezes achava que não estava sendo reconhecido e a homenagem mostrou que estava desempenhando um bom trabalho.

4.2 Revisão Bibliográfica

A revisão bibliográfica foi conduzida de maneira sistemática, utilizando bases de dados acadêmicas, bibliotecas virtuais e repositórios especializados. A seleção criteriosa de artigos científicos, livros, teses e documentos oficiais proporcionou um panorama abrangente das tendências, desafios e melhores práticas relacionadas à inclusão de deficientes visuais no Ensino Superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta análise sobre a inclusão de deficientes visuais no ensino superior e no mercado de trabalho, buscamos experiências e desafios enfrentados por um profissional com deficiência visual. Nossa entrevista com Igor Máximo Viana trouxe à tona não apenas as barreiras que existem, mas também a resiliência e as conquistas que podem ser alcançadas quando as oportunidades são proporcionadas de maneira adequada.

O ensino superior, ao se comprometer com práticas inclusivas, desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais equitativa. Igor compartilhou conosco as dificuldades enfrentadas desde o ambiente escolar até chegar ao mercado de trabalho, como superação de desafios, adaptações bem-sucedidas, apoio da comunidade, reconhecimento no trabalho etc. Seus relatos inspiradores evidenciam não apenas a importância da inclusão, mas também a necessidade contínua de aprimorar os recursos e as políticas para atender às diversas necessidades dos estudantes com deficiência visual.

No cenário profissional, as empresas têm a oportunidade não apenas de cumprir suas responsabilidades sociais, mas também de se beneficiar da riqueza de habilidades e perspectivas que indivíduos com deficiência visual trazem para o ambiente de trabalho. Igor ilustra isso perfeitamente, demonstrando como a inclusão não é apenas uma questão de conformidade, mas uma vantagem para o crescimento e a inovação organizacional.

Concluimos que, para alcançar uma inclusão total, é crucial que as instituições de ensino e as empresas adotem políticas que vão além da conformidade mínima e promovam uma cultura de respeito e valorização da diversidade. Devemos continuar a advogar por ambientes acessíveis, por tecnologias assistivas aprimoradas e por uma conscientização constante. Somente assim conseguiremos criar um futuro em que todos, independentemente das suas capacidades visuais, tenham oportunidades iguais para aprender e prosperar.

O caminho rumo à inclusão total pode ser desafiador, mas é um percurso necessário para construir uma sociedade verdadeiramente igualitária e justa.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13. 146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 jan. 2024
- COELHO, L., & PISONI, S. (2012). Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. **Revista e-Ped - FACOS/CNEC Osório**, 2(1), 144-152. Disponível em: <https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-51622022000300472&lang=pt>. Acesso em 15 jan. 2024.
- GIROTO, C. R. M., POKER, R. B., & OMOTE, S. (2012). **Educação Especial, formação de professores e o uso das tecnologias de informação e comunicação:** a construção de práticas pedagógicas inclusivas. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/34/1869/3264?inline=1. Acesso em: 15 jan. 2024
- SILVA, Jailma; PIMETEL, Adriana. A Inclusão no Ensino Superior: Vivências de Estudantes com Deficiência Visual. **Rev. Bras. Ed. Esp. Bauru**. V. 28 e0012, p. 121-138, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/s67gJtctqKBykNL64mZhwqC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 04 jan. 2024.
- PIMENTEL, Adriana e SILVA, Jailma. **A Inclusão no Ensino Superior: vivências de estudantes com deficiência visual**. 2022. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0012>>. Acesso em 05 jan. 2024.
- SANTOS, R. A., & MENDONÇA, S. R. D. (2015). Universitários cegos: a visão dos alunos e a (falta de visão) dos professores. **Revista e-Curriculum**, 13(4), 888-907. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAR2193> > Acesso em 05 jan. 2024.
- DE SOUZA, Amaralina Miranda et al. **Inclusão:** trabalhando com as diferenças na sala de aula. Brasília, DF: Centro de Formação Continuada de Professores da Universidade de Brasília – CFORM/UnB: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2005. Disponível em: http://www.fe.unb.br/educaesp/Download/Mod4_Fas2_Educacao_Inclusiva.pdf> Acesso em: 05 jan. 2024.

CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS PSICOLÓGICAS NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E SUA REPERCUSSÃO NA OTIMIZAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.

Maria Clara Moreira de Lima¹

Thiago Rosa Assis de Oliveira²

Elizabeth Nair Duarte Salgado Soares³

A aprendizagem é um processo fundamental no desenvolvimento humano, e a relação entre o professor e o aluno desempenha um papel crucial nesse contexto. A troca de conhecimentos, experiências e a interação emocional entre esses dois protagonistas da educação é um fator determinante para o sucesso do processo de aprendizagem. A forma como os educadores e os alunos se relacionam influenciam diretamente no engajamento, na motivação e na eficácia da aprendizagem.

Silva e Ribeiro (2020) afirmam que a relação professor - estudante é uma das mais importantes relações interpessoais vivenciadas no interior de uma universidade, e que a esta, possui um papel importante na adaptação e no desenvolvimento acadêmico do indivíduo. De acordo com as autoras, é fundamental que esta relação seja baseada no diálogo, no compartilhamento de experiências e na afetividade, vindo a desenvolver uma ação protetora e motivadora diante das dificuldades enfrentadas pelo aluno ao longo da sua formação.

A relevância deste trabalho se apresenta na importância da relação do professor com seus alunos, uma vez que, este primeiro, ocupa um lugar dotado de um saber prévio, que irá ser repassado para seus alunos, visando seus objetivos de aprendizagem tanto instrumental, conteudista, bem como, da prática profissional.

Serão apresentadas as contribuições das abordagens psicanalítica, behaviorista, humanista e sociocultural, onde pretende-se dialogar sobre como os conhecimentos dos autores referência das teorias citadas, podem afetar de forma positiva ou mesmo negativa, na construção de conhecimentos e das práticas. Porém, é fato que devido às limitações deste artigo, não é possível um aprofundamento maior dos tópicos que serão abordados a seguir, o que deixa aberturas para outras produções futuras.

O presente trabalho nasce como parte do pré-requisito para aprovação no curso de Pós-Graduação em Gestão e Docência do Ensino Superior, realizado no Centro Universitário Geraldo Di Biase, localizado no Município de Volta Redonda, Rio de Janeiro, e que foi de grande importância para o aprimoramento profissional na docência, uma vez que abordou temáticas como: teorias e metodologias de ensino, currículo e planejamento de ensino, psicologia da educação, inovações tecnológicas no ensino, avaliação da aprendizagem, processo de avaliação institucional, gestão acadêmica e direito educacional, entre outros. Além do mais, ressalta-se que foi de grande valia as aulas realizadas, uma vez que, os colegas compartilhavam suas experiências e práticas pedagógicas.

Nosso objetivo principal é apresentar e analisar as principais teorias psicológicas, relacionando sua aplicação na interação professor-aluno do ensino superior. Desta forma, os objetivos específicos se configuraram em identificar algumas das dificuldades enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem no meio acadêmico, através da literatura e demonstrar como a relação professor-aluno pode contribuir neste processo de ensino-aprendizagem.

Para a realização deste estudo optou-se por um estudo de revisão de literatura de trabalhos empíricos e teóricos, disponíveis nas principais fontes de dados científicos pela internet como Scielo, PePsic, PsycINFO, Google Acadêmico e Periódicos Capes.

Perspectiva Psicanalítica

Segundo a teoria psicanalítica, Freud defende que cada evento mental é causado por intenções conscientes ou inconscientes. O inconsciente compreende a energia psíquica, associada a impulsos sexuais. Essa energia psíquica dirige um organismo para uma atividade à medida que se desloca pelas estruturas do aparelho psíquico, a saber: consciente, pré-consciente e inconsciente. O inconsciente abriga todo material que foi censurado, excluído ou reprimido devido a imposições da realidade, enquanto o pré-consciente contém conteúdo que facilmente

¹Mestre em Psicologia (PUC-RJ).

²Mestre em Psicologia (UFRuralRJ).

³Mestre em Educação (Universidade Estácio de Sá - UNESSA), Coordenadora do Curso de Psicologia (UGB).

podem emergir facilmente para o consciente, onde encontramos os conteúdos que temos conhecimento em um dado momento. As demandas da realidade exterior podem causar conflitos entre os desejos e imposições socialmente desejáveis. Nesse caso, os mecanismos de defesa surgem como estratégia para aliviar a ansiedade causada. Dentre os mecanismos de defesa, encontra-se a sublimação, um processo pelo qual a energia originalmente associada a fenômenos sexuais é redirecionada para novas atividades, como o processo de aprendizagem (SILVA, 2011). Contudo, para que o desejo por aprender seja bem-sucedido devemos considerar a relação entre professor e aluno. De um lado, o aluno coloca o professor no lugar de saber absoluto, e de outro, o professor renuncia a essa posição e, utilizando uma quantidade adequada de amor e autoridade, estimula a autonomia do aluno. Em outras palavras, o aluno percebe que o professor não é detentor do saber, e a partir dessa frustração, amplia sua busca por conhecimento.

Além disso, no que diz respeito à relação professor e aluno, podemos considerar os conceitos de transferência e contratransferência. O professor pode despertar sentimentos no aluno e vice-versa. Portanto, devemos ser capazes de reconhecer o impacto que essa relação pode ocasionar em ambas as partes e saber lidar com as questões pessoais suscitadas a fim de otimizar o processo de aprendizagem (COSTA & SILVA, 2015).

Em suma, a relação entre professor e aluno é crucial para o sucesso do desejo por aprender. Ela é analisada não apenas como um meio de transmissão de conhecimento, mas como cenário complexo onde a renúncia à posição de saber absoluto, a consideração cuidadosa dos fenômenos de transferências e contratransferências são aspectos fundamentais para promover uma interação construtiva e eficaz entre professor e aluno.

PERSPECTIVA COMPORTAMENTAL

Ao contrário da teoria psicanalítica, o foco do behaviorismo está no comportamento observável, destacando a importância das experiências, estímulos e reações (MOREIRA, MEDEIROS, 2007; SKINNER, 1953; SKINNER, VILLA LOBOS, 2012). Mais especificamente, o objetivo do behaviorismo é prever e controlar os comportamentos (MOREIRA, MEDEIROS, 2007). Um dos principais teóricos comportamentais, B. F. Skinner defendia que poderíamos alcançar esse ideal através da teoria do condicionamento operante. Partindo da concepção de condicionamento operante, o processo de aprendizagem se concentra nas consequências do comportamento. Essas consequências podem aumentar a probabilidade de o comportamento voltar a ocorrer no futuro, chamada de reforçadores. O estímulo reforçador se divide em reforçador positivo e reforçador negativo. O reforço positivo aumenta a probabilidade de um comportamento voltar a ocorrer pela introdução de uma recompensa (MOREIRA & MEDEIROS, 2007; SKINNER, 1953; 1984; SKINNER, VILLA LOBOS, 2012). Por exemplo, caso uma criança se comporte bem durante o mês, ela poderá ganhar um presente no final desse período. Já o reforço negativo retira um estímulo aversivo com o objetivo de aumentar a frequência do comportamento almejado. Por exemplo, caso uma criança se comporte bem, podemos tirar as tarefas domésticas (limpar o banheiro), considerando que não são agradáveis para a criança.

A punição diminui a probabilidade de o comportamento voltar a ocorrer no futuro. A punição também é dividida em duas formas: positiva e negativa. A punição positiva envolve a introdução um estímulo aversivo, como uma repreensão verbal ou uma tarefa desagradável, imediatamente após o comportamento indesejado, com o objetivo de reduzir a ocorrência desse comportamento no futuro. Por outro lado, a punição negativa envolve a remoção de um estímulo agradável, como retirar um privilégio ou restringir a liberdade (castigo), também com propósito de diminuir a probabilidade do comportamento indesejado se repetir (MOREIRA, MEDEIROS, 2007; SKINNER, 1984, 1984; SKINNER, VILLA LOBOS, 2012).

Pensando no contexto educacional, a aprendizagem pode ser entendida como uma mudança de comportamento devido a consequências que podem reforçar, isto é, aumentar a probabilidade desse comportamento ocorrer novamente, ou punir, quando sua resposta diminui de frequência. Por exemplo, um estudante que tira nota boa depois de estudar por horas para uma prova provavelmente repetirá seu comportamento nas próximas avaliações. Nesse caso, o comportamento de estudar do aluno é antecedido pelo estímulo (tensão pré-prova) e seguido por um reforçador positivo (tirar nota boa). Ressalta-se que o estudante desempenha um papel ativo nesse processo ao operar no ambiente com seu comportamento de estudar. Essa mudança de comportamento (começar a estudar) acarreta a consequência tirar nota boa, que reforça (aumenta a probabilidade dela se repetir no futuro). Pensando no processo de aprendizagem, a função do professor é planejar e analisar as contingências educacionais para que a aprendizagem ocorra (VIEIRA, 2006).

Uma forma de modificar o comportamento por meio do comportamento operante é a estratégia de Economia de fichas (BORGES, 2004). É um sistema de recompensas e incentivos para promover comportamentos desejados e desencorajar comportamentos indesejados, os participantes recebem “fichas” por demonstrarem comportamentos positivos e adequados que podem ser trocados por recompensas (BORGES, 2004). Professores podem implementar sistema de economia de fichas para incentivar a participação ativa dos alunos nas aulas e aumentar a frequência. Os alunos ganham fichas ou pontos sempre que contribuem com perguntas pertinentes ou comentários construtivos. Essas fichas ou pontos podem ser trocadas por recompensas, como horas complementares.

Além do condicionamento, a perspectiva comportamental reconhece a significativa influência da aprendizagem por observação (BANDURA, 1977). Os indivíduos podem aprender por meio da observação de outros, especialmente quando observam o comportamento de modelos recompensados ou punidos por suas ações. Uma estratégia eficaz nesse contexto é o reconhecimento de estudantes exemplares. Reconhecer e premiar os alunos mais destacados têm o potencial de motivar todos os estudantes a se dedicarem ao longo do ano, com o objetivo de alcançarem o status de aluno exemplar.

PERSPECTIVA HUMANISTA

De acordo com Rogers (1969), a perspectiva humanista na educação destaca a aprendizagem significativa, enfatizando que os alunos adquirem conhecimento ao se envolver ativamente em atividades, como compartilhar suas ideias, ouvir as perspectivas de seus colegas em discussões e debates, entre outras. Assim, o processo de aprendizagem se concentra no estudante, onde seus contextos e experiências desempenham um papel fundamental. Cada indivíduo interpreta suas vivências de maneira única, o que influencia sua assimilação do conteúdo ensinado pelo professor.

Sendo assim, o papel do professor é intermediar o estudante ao conhecimento. De acordo com Rogers, um professor intermediador cria um ambiente favorável à aprendizagem por meio de empatia, aceitação incondicional, congruência e autenticidade. A empatia envolve a habilidade de se colocar no lugar do aluno, a aceitação incondicional como a validação dos sentimentos do aluno decorrentes do processo de aprendizagem, como medos, sucesso e fracasso. Já a congruência diz respeito a ser fiel ao seu sentimento e sensações na relação docente e discente, enquanto a autenticidade é uma consequência da congruência e da empatia. Isto é, por meio da autenticidade, o professor deve ser genuíno com o aluno, expressando aprovação ou desaprovação quando apropriado (SOUZA, LOPES & SILVA, 2013).

No contexto do ensino superior, a empatia pode ser útil, pois o professor compreende as necessidades individuais dos alunos. Isso auxilia na adaptação do ensino de maneira mais personalizada, considerando suas experiências e desafios. Além disso, contribui para estabelecer um *rapport*, fazendo com que os alunos se sintam mais à vontade para expor suas dúvidas, buscar ajuda e orientação. Ser congruente significa reconhecer seus próprios sentimentos e limitações. Também envolve cumprir promessas e manter consistência nas práticas pedagógicas que foram acordadas com os alunos. Dessa forma, é possível criar um ambiente de segurança e confiança por parte dos alunos. Por último, o professor autêntico é aquele que compartilha suas experiências relevantes, tornando o ensino mais prático e concreto. A autenticidade ajuda a criar vínculo com o aluno, que se identifica mais facilmente com as experiências compartilhadas.

A teoria das necessidades de Maslow pode contribuir para a relação professor-aluno ao proporcionar compreensão mais profunda das motivações e necessidades do estudante. A hierarquia das necessidades é representada por cinco níveis: necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidade de amor e afiliação, necessidade de estima e necessidade de autorrealização. E para além da necessidade de conhecimento. Essa hierarquia sugere que as necessidades mais básicas devem ser satisfeitas antes das demais necessidades possam emergir (MASLOW, 1954).

Segundo essa teoria, podemos compreender que se o aluno não está conseguindo aprender é provável que sua dificuldade seja proveniente da não satisfação de alguma ou várias das necessidades que antecedem, na hierarquia, a necessidade do conhecimento. Exemplo, um aluno pode estar com dificuldade para aprender por estar com fome, cansado, inseguro, por se sentir frustrado etc. (NOBREGA, 2014).

Com isso, os alunos devem se sentir seguros para expressar suas opiniões, fazer perguntas e cometer erros sem medo de serem julgados. Outros pontos a serem destacados é a individualidade, os professores são incentivados a reconhecer a necessidade e singularidade de cada aluno. É papel do professor adaptar seus métodos de ensino para atender as necessidades específicas de cada aluno, considerando as diferentes experiências, valores, interesses, conquistas e desafios.

TEORIA SOCIOCULTURAL

A teoria sociocultural, fundamentada nas ideias de Lev Vygotsky [1896-1934], destaca que o processo de aprendizagem é essencialmente moldado pela interação social. Vygotsky ressalta a importância das interações sociais e da mediação, especialmente por meio da linguagem, como elementos-chave no desenvolvimento cognitivo dos alunos (CURY, 2012). Um conceito central introduzido por Vygotsky é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que representa a diferença entre o nível de desenvolvimento real e o potencial de um indivíduo. O nível de desenvolvimento potencial refere-se à capacidade de resolver tarefas de forma independente, enquanto o desenvolvimento potencial é o desempenho possível com a assistência de uma pessoa mais experiente (VYGOTSKY, 2007).

Em outras palavras, a ZDP destaca a diferença entre as habilidades que um aluno pode executar de forma independente e aquelas que podem ser alcançadas com o suporte de um professor ou colega mais experiente. Por exemplo, em atividades em grupo, os alunos mais capacitados podem estimular o crescimento dos colegas ao compartilhar conhecimento sobre o assunto discutido (PEDROCHI JUNIOR *et al.*, 2019).

O papel do professor, conforme destacado por Vieira (2006), é atuar como um mediador do aprendizado, criando situações que incentivam o diálogo e a descoberta. Essa mediação ocorre por meio de estratégias como o uso de perguntas, explicações e a modelagem de pensamento crítico. Ao proporcionar essa orientação, o professor trabalha na ZDP, facilitando o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

A mediação do professor não apenas auxilia individualmente, mas também fomenta a aprendizagem colaborativa, respeitando a ênfase de Vygotsky nas interações sociais e no diálogo. Além disso, Vygotsky enfatiza o papel das ferramentas culturais, como linguagem, símbolos e artefatos, na construção do conhecimento (CURY, 2012). Os professores podem, assim, promover o diálogo entre os alunos utilizando essas ferramentas culturais, enriquecendo a interação social e a compreensão. Ao aplicar esses princípios, os educadores contribuem para uma relação professor-aluno mais dinâmica e eficaz, promovendo um ambiente de aprendizado enriquecedor.

Por último, Vygotsky enfatiza a importância de compreender o progresso do aluno ao longo do tempo e ajustar o ensino de acordo com suas necessidades específicas. Assim, podemos considerar a avaliação formativa como parte integrante do processo educacional. A avaliação deve ser contínua e formativa, com foco no acompanhamento do processo de aprendizagem. Essa abordagem permite que os professores identifiquem as necessidades individuais dos alunos e forneça feedback direcionado, visando promover orientação personalizada e criando um ambiente propício ao desenvolvimento individual e ao aprimoramento da aprendizagem (PEDROCHI JUNIOR *et al.*, 2019).

ALGUMAS DAS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO ENSINO SUPERIOR.

Atualmente o acesso ao ensino superior não é algo tão difícil como já foi há algumas décadas. De acordo com SCHWARZ (2021) existem diversos programas oriundos de políticas educativas que visam garantir o acesso à educação. O Sistema de Seleção Unificada (SISU) destina-se ao acesso às universidades públicas de todo o Brasil através da nota do Enem. No âmbito do ensino superior privado, por exemplo, foram criados o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), de 2001, e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), de 2004. Ambos têm como propósito conferir financiamento e bolsas de estudo, integrais e parciais a estudantes em cursos superiores pagos. Porto e Soares (2017) e Mariuzzo (2023) afirmam que a partir destas novas políticas e das implementações destes programas educacionais, houve uma democratização do acesso às universidades, que receberam estudantes de perfis heterogêneos, composto por alunos de várias faixas etárias, classes sociais, etnias, culturas e histórias de vida.

Se entrar em uma universidade não é mais o maior desafio, certamente não se pode dizer o mesmo sobre permanecer nela e concluir seus estudos com qualidade. Nestes cenários, agora tão diversificados, há muitas oportunidades, mas também muitos desafios a serem enfrentados, como as expectativas pouco realistas e as necessidades adaptativas de inserção à nova rotina de ensino, e que muitas vezes, a não preparação para esta transição pode levar às frustrações, desistência e evasão (PORTO & SOARES, 2017).

Carlotto, Teixeira e Dias (2015) relatam que a entrada no meio universitário traz mudanças significativas na vida dos jovens, e que as dificuldades podem ocorrer tanto no âmbito acadêmico quanto institucional, sendo relacionadas ao novo ritmo de estudo, ao sistema de avaliação e as regras burocráticas da universidade, vindo a se constituir em importantes estressores para os universitários.

Compreender as complexidades que os alunos enfrentam durante o processo de ensino-aprendizagem no ensino superior é crucial para promover um ambiente acadêmico mais inclusivo e propício ao bom desenvolvimento. O contato e o diálogo com os alunos nos permitem conhecer um pouco mais de suas histórias, para além da relação de ensino-aprendizagem que acontece no dia a dia em sala de aula, e entendermos mais amplamente sobre suas vivências.

Dentre as dificuldades mais prevalentes que podemos perceber com a prática docente, destacam-se a jornada dupla de trabalho e estudo: muitos estudantes veem a necessidade de conciliar suas atividades profissionais durante o dia com os estudos noturnos. Uma pesquisa realizada por Abramo, Venturi e Corrochano (2020), com jovens da região Metropolitana de São Paulo, mostra que dos 27 jovens entrevistados, 32 viviam ou tinham vivido a experiência de trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Os autores afirmam que a existência dos programas de acesso às universidades como os citados acima, “sustenta a aspiração e o acesso à faculdade, mas não é suficiente para que os jovens desses estratos sociais se mantenham fora do mercado de trabalho” (ABRAMO, VENTURI & CORROCHANO, pág. 537, 2020). Os desafios financeiros representam um obstáculo substancial para diversos alunos, abrangendo as mensalidades, transporte, alimentação e materiais didáticos. A pressão financeira pode resultar, em alguns casos, no abandono dos estudos. Essa sobrecarga pode comprometer tanto a saúde física quanto a mental, dificultando a absorção do conteúdo acadêmico.

A distância geográfica é outra grande dificuldade enfrentada por alunos que residem distantes do campus e necessitando de deslocamentos longos e dispendiosos. Mariuzzo (pág. 2, 2023) acrescenta que “As universidades mudaram de cor, ganharam contornos reais, do dia a dia, com alunos chegando de ônibus, ampliando as filas nos pontos [...]”. Temos relatos de alunos que chegam a gastar de 02 (duas) a 03 (três) horas de viagem de casa ou do trabalho até a universidade, alguns necessitam até mesmo levar uma marmita com comida para se alimentarem durante o período de aula. Essa realidade impacta não apenas a pontualidade, mas também o acesso a recursos universitários e o tempo dedicado aos estudos.

O estresse, a ansiedade e a pressão psicológica são recorrentes no meio acadêmico, por isso, a saúde mental tem sido um assunto muito discutido e analisado, principalmente após a pandemia do COVID-19. Serafim (2022) ao analisar o processo de ensino-aprendizagem em tempos de COVID-19, afirma que a pandemia trouxe desafios importantes em termos de saúde mental, com um aumento percebido na tristeza, angústia e na ansiedade, sendo necessário o suporte psicológico durante este período. Os efeitos não dizem respeito apenas aos alunos, mas também aos professores. A autora destaca a sobrecarga de trabalho como um desafio significativo enfrentado pelos docentes que enfrentaram dificuldades na adaptação às atividades remotas, abrangendo tanto as aulas quanto os métodos avaliativos, o que trouxe impactos à saúde mental dos docentes, especialmente relacionada à ansiedade e tristeza.

Compreender as situações que envolvem as dificuldades de aprendizagem é fundamental, especialmente quando estas podem ser confundidas com questões cognitivas/neurológicas ou desinteresse aparente por parte do aluno. Ao analisar o contexto social e a história de vida do indivíduo, é possível identificar, em muitos casos, uma relação direta entre as dificuldades enfrentadas e o cansaço físico e esgotamento mental vivenciados que podem impactar diretamente a capacidade de concentração e absorção de informações.

Diante disto, busca-se não apenas identificar as causas aparentes das dificuldades, mas também proporcionar uma abordagem holística que leva em consideração o bem-estar geral do aluno. Essa abordagem integrada pode abrir caminhos para estratégias mais eficazes de apoio e intervenção, envolvendo não apenas o progresso acadêmico, mas também o desenvolvimento global e saudável do indivíduo.

Compreendemos a complexidade dos desafios enfrentados pela comunidade acadêmica, embora não tenhamos a intenção de aprofundar-nos nesse tema neste trabalho. Nosso objetivo é ressaltar a perspectiva de que a relação entre professor e aluno pode atuar como um agente fundamental no enfrentamento e superação de diversas dificuldades presentes no processo de ensino-aprendizagem. Acreditamos que esta interação não apenas facilita a transmissão de conhecimento, mas também desempenha um papel crucial no desenvolvimento pessoal e acadêmico dos estudantes. Nesse sentido, explorar essa dinâmica pode revelar estratégias eficazes para criar um ambiente educacional mais propício, onde a empatia, a comunicação eficaz e o apoio mútuo sejam elementos essenciais para o sucesso acadêmico e pessoal.

DISCUSSÃO

Dada a importância da relação professor-aluno no processo de aprendizagem, esse estudo buscou revisar diferentes concepções teóricas e mencionar aspectos comuns às abordagens a fim de compreender melhor a interação dinâmica entre professor e aluno, oferecendo uma lente teórica única para entender e facilitar o processo de aprendizagem.

Como semelhanças podemos abordar o foco na inter-relação entre professor e aluno, reconhecimento da individualidade do aluno, envolvimento ativo do aluno no processo de aprendizagem e adaptação do ensino às necessidades do aluno. A abordagem psicanalítica destaca a importância da relação entre professor e aluno considerando fenômenos como transferência e contratransferências. Aqui, a dinâmica emocional entre professor e aluno é vista como influente na construção do ambiente de aprendizado. Já a comportamental foca na influência do ambiente educacional na moldagem do comportamento do aluno, é papel do professor formular as contingências que melhor se aplicam aos alunos.

A perspectiva humanista enfatiza a relação professor e aluno como fator crucial na aprendizagem significativa, destacando elementos como empatia, aceitação incondicional e autenticidade. Por último, a sociocultural baseia-se na interação social, com o professor atuando como mediador do aprendizado. É papel do professor criar situações que incentivam o diálogo e a descoberta reconhecendo a importância da Zona de Desenvolvimento Proximal.

Tanto a abordagem psicanalítica quanto a comportamental reconhecem a singularidade do aluno, considerando suas necessidades específicas e a dinâmica única na relação com o professor. A perspectiva humanista destaca a importância de reconhecer e respeitar a individualidade de cada aluno, adaptando o ensino de acordo com suas necessidades e experiências únicas.

No que diz respeito ao envolvimento ativo do aluno no processo de aprendizagem, a abordagem psicanalítica considera o desejo do aluno por conhecimento, destacando a importância da relação professor-aluno para promover esse desejo. Na perspectiva comportamental, a aprendizagem é vista como uma mudança de comportamento influenciada por reforçadores, punição e observação.

A visão humanista coloca o aluno no centro do processo de aprendizagem, enfatizando sua participação ativa em atividades como discussões e debates. A abordagem sociocultural destaca a interação social como fundamental, com o aluno ativamente envolvido em contextos sociais e culturais, contribuindo para um aprendizado mais dinâmico.

Em relação à adaptação do ensino às necessidades do aluno, tanto na abordagem psicanalítica quanto na comportamental, a importância da relação professor-aluno é destacada para criar um ambiente propício à aprendizagem. A perspectiva comportamental reconhece a necessidade de analisar contingências educacionais, incluindo estratégias como a economia de fichas.

A abordagem humanista incentiva o professor a adaptar seus métodos de ensino para atender às necessidades específicas de cada aluno. Na visão sociocultural, propõe-se a avaliação formativa como parte integrante do processo educacional, ajustando o ensino de acordo com as necessidades individuais do aluno ao longo do tempo.

Em conjunto, essas abordagens ressaltam a importância da interação professor-aluno como um elemento vital para um ambiente educacional eficaz e enriquecedor. A compreensão dessas diversas perspectivas pode enriquecer a prática pedagógica, reconhecendo a complexidade e a individualidade do processo de aprendizagem, assim como as dificuldades enfrentadas pelos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das diversas abordagens no processo de aprendizagem desempenha um papel crucial na formação de uma compreensão abrangente e enriquecedora do ambiente educacional. Cada perspectiva - psicanalítica, comportamental, humanista e sociocultural - oferece insights valiosos sobre a interação entre professor e aluno, bem como os mecanismos que impulsionam o aprendizado.

A visão abrangente proporcionada por essas abordagens permite aos educadores uma compreensão holística da complexidade do processo de ensino. Isso, por sua vez, capacita-os a adaptar suas práticas pedagógicas, selecionando estratégias que melhor se alinham com as características individuais dos alunos, promovendo uma aprendizagem mais eficaz.

Reconhecer a individualidade dos alunos, conforme preconizado por diversas abordagens, leva a práticas de ensino mais personalizadas. Isso é crucial para atender às necessidades específicas de cada estudante e promover um ambiente inclusivo. Em suma, o estudo dessas abordagens capacita os profissionais da educação a serem mais flexíveis, adaptáveis e conscientes das complexidades envolvidas na construção do conhecimento, contribuindo para práticas pedagógicas mais eficazes e uma experiência educacional mais rica e significativa para os alunos.

Esta pesquisa apresenta uma limitação ao não incluir dados empíricos, tais como depoimentos de professores, alunos, gestores e demais interessados, que poderiam enriquecer a compreensão das práticas didáticas fundamentadas nas distintas abordagens mencionadas no processo de aprendizagem. Além disso, a ausência de relatos sobre as dificuldades enfrentadas na interação professor-aluno no ambiente educacional também constitui uma lacuna. Estas limitações são sugeridas para investigações futuras.

REFERÊNCIAS:

ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo E CORROCHANO, Maria Carla. **Um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis.** *Novos estud. Cebrap.* São Paulo. V.39 n. 03. 523-542. Set.-dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/HffJZGdxz6Z36cqybFwQ5nH/#>. Acesso em 02 Dez. 2023.

BANDURA, Albert. **Social Learning Theory.** Prentice-Hall, 1977.

BORGES, N. B. Análise Aplicada do Comportamento: Utilizando a Economia de Fichas para Melhorar o Desempenho. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, vol. VI, nº1, p. 031-038, 2004.

CARLOTTO, Rodrigo Carvalho; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; DIAS, Ana Cristina Garcia. Adaptação Acadêmica e Coping em Estudantes universitários. **Psico-USF**, v. 20 n. 3, p. 421-432, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/tFFmt79rtVYwvWWML8m6LSG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 Dez. 2023.

CURY, Daniel Gonçalves. **A Relação entre Professor e Aluno no Ensino Superior Vista por Meio da Reprovação.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

MASLOW, A. H. **Motivation and Personality.** New York: Harper & Brothers, 1954.

MARIUZZO, Patrícia. Novas cores e contornos na Universidade - o perfil do estudante universitário brasileiro: país avança na inclusão de estudantes no ensino superior, mas políticas públicas precisam de aperfeiçoamentos, especialmente as de permanência. **Cienc. Cult.** vol.75 no.1 São Paulo jan./mar. 2023. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252023000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03 Dez. 2023

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. de. **Princípios Básicos de Análise do Comportamento.** Rio de Janeiro: Artmed, 2007.

NOBREGA, H. F. **A Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow no Processo de Ensino-Aprendizagem**. 2014. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/a-teoria-das-hierarquia-das-necessidades-de-maslow-e-o-processo-de-ensino-aprendizagem>>. Acesso em 14 de novembro de 2023.

PEDROCHI JUNIOR, Osmar; PEDROCHI, Wellen Eder; ROSSETTO, Hallynnee Héllenn Pires. Research, **Society and Development**, vol. 8, núm. 10, pp. 01-10, 2019. Universidade Federal de Itajubá.

PORTO, Ana Maria da Silva; SOARES, Adriana Benevides. Expectativas e adaptação acadêmica em estudantes universitários. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 19, n. 1, p.208-1019, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872017000100011>. Acesso em 02 Dez. 2023.

ROGERS, C. R. **Freedom to Learn: A View of What Education Might Become**. Ohio: Charles E. Merrill Publishing Company, 1969.

SILVA, A. de S. S; RIBEIRO, M. L. Relação Professor-Estudante no Ensino Superior: uma Revisão de Literatura. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 1-10, jan.-jun. 2020. e-ISSN: 2179-8435. Acesso em 23 de Jul. 2022

SILVA, Débora dos Santos; COSTA, Raul Max Lucas. Da Educação Superior: Um Estudo sobre a Relação Professor-Aluno a partir da Perspectiva Psicanalítica. **Revista de Psicologia**, Ano 9, N 27, 2015. Acesso em 23 de Jul. 2022

SILVA, Elizabete Bianca Tinoco. **Mecanismos de Defesa do Ego**. Trabalho apresentado na FUNEDI, 2011.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. Brasília: Ed. UnB/FUNBEC, 1970. (Originalmente publicado em 1953).

SKINNER, B. F. **Contingências do Reforço: uma Análise Teórica**. (Trad. R. Moreno). Coleção OS Pensadores, 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SKINNER, B. F.; VILLA LOBOS, M. P. **Sobre o Behaviorismo**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2012. (Originalmente publicado em 1974)

SOUZA, Marcus Vinicius; LINHARES, Eduardo Simonini; SILVA, Lara Lúcia. Aprendizagem Significativa na Relação Professor-Aluno. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v.13, n. 2, 2013.

SANTOS, C. P.; SOARES, S. R. Aprendizagem e Relação Professor-Aluno na Universidade: Duas Faces da Mesma Moeda. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 22, n. 49, p. 353-369. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/ea/arquivos/1641/1641.pdf>>.

SCHWARZ, Juliana Corrêa; DIAS, Maria Sara de Lima; CAMARGO; Denise de. Dificuldades encontradas por estudantes no ensino superior e práticas institucionais adotadas para superá-las: uma revisão de literatura. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 23, n.3, p.741-761,set./dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3809/4486>>. Acesso em 02 Dez. de 2023.

SERAFIM, Milena. O processo de ensino-aprendizagem em tempos de COVID-19. **Caderno de Pesquisa NEPP**, 92, julho, 2022. Disponível em: <<https://www.nepp.unicamp.br/upload/documents/publicacoes/8136684fdbde7c57f320322a56d731f3.pdf>> Acesso em: 02 Dez. de 2023.

VIEIRA, Luiza Batista. **Importância da Relação Professor-Aluno nos Processos de Aprendizagem**. Monografia (Curso de Psicologia) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

“DIGA-ME COM QUEM TU ANDAS E EU DIREI QUEM TU ÉS!” UMA ANÁLISE DE MAERCADO DE TRANALHO DE PROFISSIONAIS GRADUADOS ATRAVÉS DO SISTEMA DE ENSINO A DISTÂNCIA

Alexandre Wagner Longhin¹

Marcos Guimarães de Souza Cunha²

Antônio Carlos da Silva³

Dentre tantos fatos novos que fazem parte do nosso dia a dia, alguns bastante aguardados enquanto outros ainda na categoria de surpresa, está o Ensino a Distância – EaD. Aguardado, porque sabíamos que o futuro da tecnologia associado ao avanço das comunicações nos proporcionaria esta oportunidade de ter acesso a diversas especializações, informações de um modo geral. E, que poderia então preparar o indivíduo com maior conhecimento e até mesmo, tornando-o profissional através de informações adquiridas por videoaulas.

Já o quesito surpresa porque nós pegamos na ausência presencial deste candidato a uma futura profissão. Aquele que aprende frente a frente com os professores, acompanhado de diversos colegas de sala e enfrentando as mais diversas formas coletivas de ser avaliado e preparado. Ainda, por tantos em tão pouco tempo optarem por este tipo de formação e por ver surgir tantas empresas deste ramo oferecendo os mais diversos cursos profissionalizantes. E ainda, as diversas Leis criadas para regulamentar e dar limites básicos na formação desses. Dessa forma, o estudo aqui proposto tem como objetivo principal avaliar a aceitação ou não de profissionais que recentemente estão sendo graduados através do Ensino a Distância (EaD) no mercado de trabalho.

O mundo todo já vinha assistindo essa transformação do presencial para o ensino a distância, desde os avanços da informação pelas comunicações no final do século XX. Tratava-se principalmente na formação de cursos rápidos e para determinados segmentos também tecnológicos. Mas ficou muito mais evolvente essa forma de ensino com o momento da crise provocada pelo COVID-19. Neste momento, as instituições de ensino no mundo todo passaram a exercer o formato a distância como uma espécie de salva-vidas para a continuidade dos estudos, bem como das estruturas que dependem dos alunos para acessá-las (PINHO, 2019).

Porém, para a concretização do EaD, a legislação teve que ocorrer para dar aval a toda esta necessidade que surgiu de forma tão rápida. Regulamentar não só a prática como reconhecer a formação dos estudantes por estas plataformas de ensino, reconhecendo assim seus diplomas de conclusão. Assim surge a regulamentação específica da EaD, que começou a tomar forma com a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, Lei nº 9.394/96, em 20 de dezembro de 1996. Esta lei reconhece a validade dos cursos à distância e estabelece que “os sistemas de ensino definirão as normas de realização de estudos a distância, assegurados padrões de qualidade de ensino”.

Diversos formatos metodológicos apareceram nestas plataformas dedicadas ao EaD justamente porque previram que seria um caminho sem volta. Mesmo com o fim da pandemia ou das exigências do distanciamento necessário na época. Lógico que muitos formatos foram aprimorados porque demonstraram fraquezas, mas a oferta de difundir o EaD estava concretizada. E deste momento em diante, oportunidades das mais variadas formações acadêmicas passaram a surgir para agraciar um imenso público e as empresas portadoras desses métodos, licenças e aparatos tecnológicos. “Trata-se de uma estratégia de ensino por meio da qual um professor pode ministrar a mesma disciplina para um número ilimitado de estudantes com a interação sendo mediada pelas tecnologias e plataformas de ensino, não se limitando a um espaço físico e podendo ser disponibilizada por meio do acesso à rede mundial de computadores, ou seja, a internet” (TONELLI; MEDEIROS; ALMEIDA, 2015).

No Brasil e no mundo, após o isolamento da pandemia, a busca pelo ensino superior voltou a crescer, mas os dados demonstram que ao menos no Brasil mais da metade desta procura foi pelo formato EaD e está apoiada na credibilidade tanto oficial quanto das perspectivas dos alunos. Diversas pesquisas discutem o processo pedagógico envolvido na EaD, mostrando a relevância e atualidade da investigação dos processos mediático-pedagógicos (LUZ; NETO; LEITE, 2016; SLOMSKI et al., 2016; TONELLI; MEDEIROS; ALMEIDA, 2015). São estudos que avaliam a qualidade do ensino e a interação na modalidade não presencial. Ainda, Entre 2011 e 2021, o número de ingressantes em cursos superiores de graduação, na modalidade de educação a distância (EaD), aumentou 474%. No mesmo período, a quantidade de ingressantes em cursos presenciais diminuiu 23,4%. Se, em 2011, os ingressos por meio de EaD correspondiam a 18,4% do total, em 2021, esse percentual chegou a 62,8%. Os dados, que refletem a expansão do ensino a distância no Brasil, fazem parte dos resultados do Censo da Educação Superior 2021, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Ministério da Educação (MEC), em coletiva de imprensa realizada nesta sexta-feira, 4 de novembro (“Ensino a distância cresce 474% em uma década”, [s.d.]).

Assim, já que sabemos que este método de formação se transformou numa realidade no mundo todo, e que no Brasil não é diferente. É que nós pensamos avaliar não a qualidade dos cursos, das instituições e muito menos dos alunos de EaD, mas como está a aceitação desses no mercado de trabalho, já que até mesmo dentro de instituições renomadas percorre a dúvida.

¹ Mestre em História Social (Universidade Severino Sombra).

² Doutor em Engenharia Mecânica: Biomecânica (FEC-UNESP).

³ Doutor em História (UERJ).

Assim procuramos avaliar nos mais diversos ramos de trabalho, na região sul-fluminense, como o empresariado está aceitando profissionais que concluíram sua formação pelo EaD. Se a diferença pode estar também na remuneração desses; se independentemente do método de formação, esses profissionais contratados passarão antes por cursos específicos, conhecidos estágios; e finalmente, se não serão aceitos ou menos valorizados que aqueles que não escolheram formação por EaD. Nossa inquietude é compreender o momento do mercado de trabalho, o grau de aceitação. E isto será realizado através de questionário enviados àqueles que contratam profissionais nas mais diferentes áreas.

Enfim, trataremos de buscar respostas do mercado de trabalho nesta região que tem Volta Redonda – RJ como cidade principal da pesquisa por ser uma cidade industrial, comercial e ter uma gama importante de prestadores dos mais variados serviços.

Neste ano de 2023, o Brasil e a região Sul-Fluminense voltaram a crescer na economia. Nada muito expressivo, mas já notifica queda no desemprego e elevação no poder de compra. Convivemos agora com um número expressivos de formados por EaD, e já podemos avaliar como está a oferta de trabalho para esses formados por EaD, assim poderemos ter uma prévia do que está acontecendo com esses profissionais EaD. E para nós, professores universitários, estarmos preparados para as necessidades desta nova conjuntura que pelo mundo todo já é uma realidade.

A pesquisa estará baseada em um conjunto de questionamentos que de forma on-line será distribuída aos empresários e responsáveis nos Recursos Humanos em ofertar cargos de trabalho em suas respectivas empresas. Haverá uma gama de áreas justamente para saber se há diferença entre elas também no quesito aceitação. E assim faremos nossas conclusões.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, o sistema EaD foi validado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **Lei nº 9.394/96, em 20 de dezembro de 1996**. Nela se assegura padrões de qualidade de ensino para validar instituições e cursos assim proferidos. Mas como tudo é um processo inovador, foram necessários decretos para criar definições e procedimentos, monitorando a oferta de cursos. Surge assim o **Decreto nº 5.622/2005**, que regulamenta o art. 80 da LDB (“Decreto nº 5622”, 2005).

Com a necessidade, interesses crescentes e avanços tecnológicos, muitos cursos passaram a ofertar seus ensinamentos, e para isso foram necessárias atualizações pertinentes ao EaD, inclusive flexibilizando algumas regras e revalidando diplomas de instituições estrangeiras elaborados por EaD, conforme o **Art. 6º do Dec. 2494/98**, superando a **Resolução nº 3, de 10/06/85** (Conselho Federal de Educação – atual Conselho Nacional de Educação). E mais além, para ajustar a uma explosão de cursos, o **Decreto nº 9.057/2017** veio para mais uma vez permitir novas realidades desta gama de propostas requisitadas pelas universidades (“D9057”, 2017).

Apesar da regulamentação em 2006 pela Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o início da EaD no ensino superior só ocorreu em 2005, através do decreto nº 5.622, de 19 de dezembro e na formação de docentes (LAPA; PRETTO, 2010).

Fica claro que o decreto define o processo de ensino e aprendizagem por meio do uso de tecnologias de informação. E nesse momento, percebemos a concordância das definições iniciais de EaD no que tange à separação de tempo e espaço na relação que se estabelece entre o estudante e o professor. Esse decreto possibilita a instauração da Universidade Aberta do Brasil, em parceria com o MEC, a qual tinha por objetivo ofertar cursos e programas de educação superior a distância. A UAB é uma instituição educacional que se apresenta como uma rede articulada entre Instituições de Ensino Superior e polos de apoio presencial localizados nos municípios. Sendo assim, a UAB não apresenta uma sede institucional, constituindo um sistema que integra uma parceria tripartite que engloba governo federal, as universidades e os municípios. A UAB não segue os padrões e organização hierárquica tradicionais das instituições de ensino superior estruturadas com reitores, professores, sedes ou técnicos administrativos. Nesse cenário, o MEC é o responsável pela regulamentação do sistema UAB, enquanto as IES oferecem os professores, administradores, secretários, ou seja, o suporte pedagógico-operacional, enquanto o governo federal entra com as regulamentações e avaliações. O terceiro setor, participante do sistema, é composto pelos estados e municípios responsáveis pela estrutura física: os denominados polos de apoio presencial. A estrutura desenvolvida pela UAB funciona até hoje, ainda que questionada quanto à efetividade de seu programa de inclusão social oportunizada pela EaD (PIMENTA; ROSSO; SOUSA, 2019).

Então também passamos a evidenciar que o crescimento quantitativo do sistema EaD é também uma fórmula capitalista, afinal o campo educacional surge como um mercado extremamente atraente, que apesar dos investimentos tecnológicos permite haver elevados retornos de investimentos privados e até transnacionais. Apesar de ser perceptível essa atuação, devemos analisar como estará a aceitação do mercado de trabalho para esses formados em EaD. Na verdade, como os empregadores estão agindo com esses profissionais que apesar de enorme diferença que já há, ainda ocorre aqueles que buscaram a forma presencial a sua formação.

A situação está tão conturbada que durante a realização desta pesquisa, o MEC – Ministério da Educação e Cultura, publicou uma portaria que impede por 90 dias o pedido de autorização para novos cursos em 17 áreas. São elas: Biomedicina; Ciências da Religião; Direito; Educação Física; Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Geologia/Engenharia Geológica; Medicina; Nutrição; Oceanografia; Odontologia; Psicologia; Saúde Coletiva; Terapia Ocupacional; e Licenciaturas em qualquer área.

Segundo o levantamento, o número de cursos de ensino superior oferecidos à distância no Brasil cresceu 189% nos últimos 4 anos. Durante o período, as vagas ofertadas presencialmente caíram 11%. Em 10 anos, o número de matrículas EaD cresceu 289% no país. O censo também mostrou que, em 2022, foram ofertadas 22,8 milhões de vagas para o ensino superior no país, sendo 17,1 milhões (75,2%) para cursos à distância e 5,6 milhões (24,8%) para presencial. Para a presidente do Todos Pela Educação, Priscila Cruz, a medida é “a mais robusta” do governo federal até o momento no que trata à regulação do EaD. “O que eles [o governo] estão fazendo agora é um freio de arrumação: paralisa tudo, avalia, vamos pensar em uma política para o ensino superior com relação aos limites, quais são os cursos que podem ter mais EaD ou não, de que forma, com qual qualidade”, afirma Cruz (PODER360, 2023).

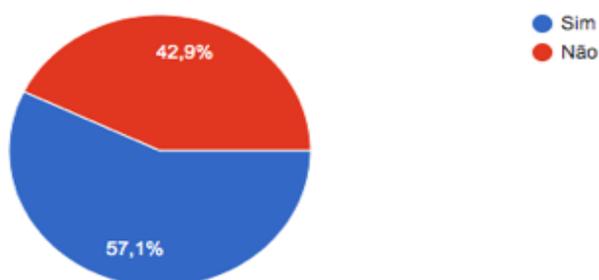
É evidente que se o presidente desta autarquia ao sinalizar a poucos meses atrás uma preocupação com esta forma de formação, é porque ainda precisaremos compreender os fatos, analisar os dados, refletir com nossas experiências e então apresentar propostas mais coerentes a este tipo de formação para não haver abuso de exploração daqueles que buscam profissão e trabalho. “A maioria dos alunos que fazem esse curso EaD acaba evadindo e não terminando a formação. As universidades recolhem essas mensalidades, e os alunos não se formam. E, para aqueles que se formam, tem-se uma qualidade tão baixa para uma atividade tão complexa que eles acabam não conseguindo ir muito longe na carreira”, declara a presidente.

RESULTADOS

Foram obtidas 14 respostas dos formulários direcionados para o RH de empresas, sendo a primeira pergunta se a empresa desejaria participar da pesquisa, 14 responderam que sim, mas nem todas terminaram o questionário. Evidenciaremos aqui apenas os resultados mais relevantes do questionário e pertinente a apresentação.

Na necessidade de contratar profissionais de nível superior, você costuma contratar profissionais de nível superior com diploma de instituição de ensino à distância?

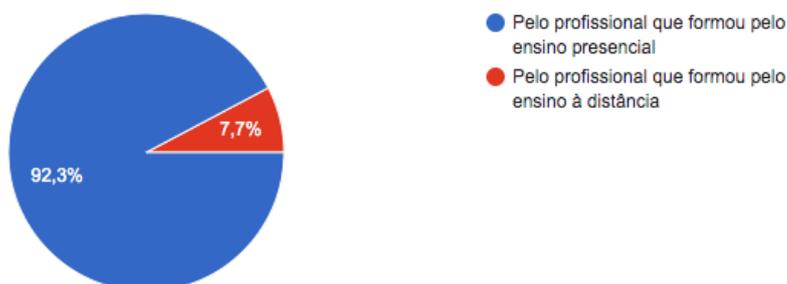
14 respostas



Na hipótese de você ter que contratar para uma única vaga e haver dois candidatos, os dois com as mesmas capacidades apresentadas em seus devidos *curriculum vitae*; você escolheria:

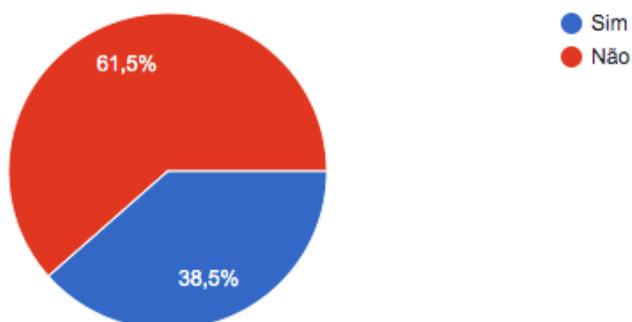
[Copiar](#)

13 respostas



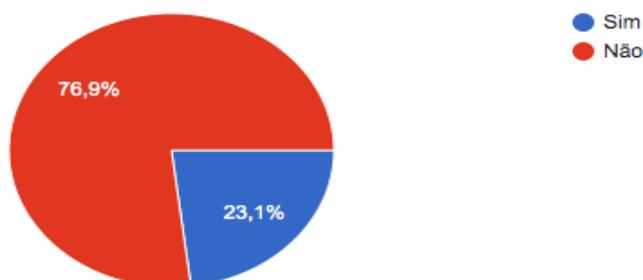
Sabendo que o curso à distância tem um custo muito menor que presencial, valores financeiros e também de tempo, mas possui excelente material didático, confiaria que boa parte dos estudantes que terminaram recentemente o ensino médio, teriam condições de realizar à distância?

13 respostas



Até bem recentemente, associar o curso com a instituição universitária, era um caráter de demonstrar o grau de qualidade na formação profissional de um indivíduo. Agora que estamos convivendo com várias instituições de formação EaD, você acredita que não fará mais necessário saber de qual universidade se formou o profissional?

13 respostas



Com relação ao seu conhecimento sobre as normas e critérios para a formação de profissionais em ensino à distância:

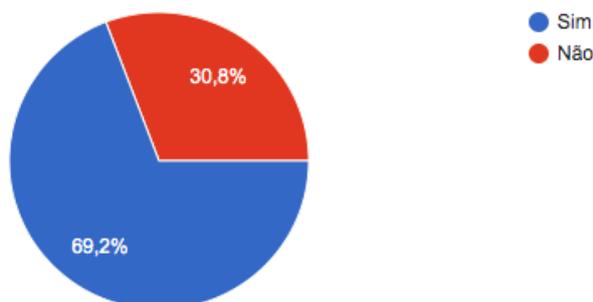
[Copiar](#)

14 respostas



Você acredita que um jovem formado por EaD, poderá ter acesso a mais e diferentes formações profissionais e que isso trará um melhor perfil a crise de certos profissionais que alguns mercados de trabalho estão impondo?

13 respostas



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi estudado, podemos concluir que a aceitação de profissionais formados em EaD ainda apresenta resistência em pelo menos 50% das empresas pesquisadas, a compreensão das metodologias de ensino e avaliação em EaD ainda não é amplamente divulgada para os profissionais que fazem contratação.

O EaD apresenta uma deficiência no que tange à relação profissional, pois apesar do estudante receber o conteúdo programado, a interpretação, discussão e busca por soluções de problemas com uma equipe ficam extremamente prejudicada para estes estudantes, estes problemas são ampliados pela deficiência originada na formação do ensino médio, que em grande parte forma estudantes que necessitam de um rumo para desenvolver aprendizagem voltadas para uma carreira profissional e a metodologia utilizada no EaD não favorece esta vertente.

BIBLIOGRAFIA

Censo revela disparada do ensino superior EaD e preocupa MEC. Cofen, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.cofen.gov.br/censo-revela-disparada-do-ensino-superior-ead-e-preocupa-ministerio-da-educacao/>>. Acesso em: 9 dez. 2023

LAPA, A.; PRETTO, N. D. L. Educação a distância e precarização do trabalho docente. **Em Aberto**, v. 23, n. 84, 8 dez. 2010.

LUZ, M. A. M. DA; NETO, F.; LEITE, J. Processos de trabalho e de subjetivação de professores universitários de cursos de educação à distância. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, p. 265–274, ago. 2016.

PIMENTA, A. M.; ROSSO, S. D.; SOUSA, C. A. L. DE. A reprodução educacional renovada: dualidade intrainstitucional no programa Universidade Aberta do Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e187362, 21 jan. 2019.

PINHO, A. **Em 1 ano, ensino a distância “rouba” 120 mil alunos de cursos presenciais - 14/10/2019 - Educação - Folha**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/em-1-ano-ensino-a-distancia-rouba-120-mil-alunos-de-cursos-presenciais.shtml>>. Acesso em: 9 dez. 2023.

PODER360. **MEC suspende autorização para novos cursos EaD em 17 áreas**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/educacao/mec-suspende-autorizacao-para-novos-cursos-ead-em-17-areas/>>. Acesso em: 9 dez. 2023.

refead1.pdf, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2023

SLOMSKI, V. G. et al. TECNOLOGIAS E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA. **JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 13, p. 131–150, abr. 2016.

TONELLI, E.; MEDEIROS, C. H. DE S.; ALMEIDA, F. M. DE. A práxis docente nos ambientes virtuais de aprendizagem no contexto da dialogicidade. **Observatório (OBS*)**, v. 9, n. 1, 6 fev. 2015.

ENSINO-APRENDIZAGEM DE SURDOS: Uma análise a partir de um relato de experiência docente

Marcelo Ferreira Pinto¹
Nilce Helena da Silva Melo²
Marilane Ferreira Confort³

O processo de educação inclusiva no Brasil é uma temática que vem crescendo no âmbito das discussões sobre educação no país. Desde a promulgação da Lei n. 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDBN (BRASIL, 1996) e normatiza o acolhimento de pessoas com deficiências em escolas regulares para sua integração na sociedade, tem sido crescente o ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais - NEE, na rede regular de ensino.

Esse aumento também ocorreu no ensino superior, conforme aponto o Censo de Educação Superior (INEP, 2023), o número de pessoas com deficiência, matriculadas nesta modalidade, aumentou 200% no período de 2012 a 2022 e 40% de 2020 a 2022. Este fato traz à tona a discussão sobre os desafios enfrentados por instituições e docentes de ensino superior a fim de tornar o processo de inclusão uma realidade.

No que diz respeito à inclusão de alunos surdos, os desafios tornam-se ainda maiores, pois não se trata apenas de alterações na estrutura para acessibilidade física. O ensino-aprendizagem de surdos é um campo especializado que requer considerações específicas para atender às necessidades linguísticas, culturais e educacionais dessa comunidade.

Nesse contexto emerge a figura do professor, pois inclusão satisfatória compreende a implementação de práticas pedagógicas que vão além do modelo tradicional de ensino. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar os aspectos que envolvem o processo ensino-aprendizagem de alunos surdos, a partir do relato de experiência docente, durante as aulas Matemática Financeira, ministradas para alunos surdos, matriculados num curso de graduação em Administração para PCDs.

A pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa teve como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação. A coleta de dados ocorreu no segundo semestre de 2023 a partir do relato de experiência e diário de campo, sendo analisados, interpretados e discutidos à luz da fundamentação teórica.

Ao fim do processo, foram categorizados em seis aspectos do processo ensino-aprendizagem de alunos surdos, a fim de ajudar outros professores que venham a dar aulas para surdos e contribuir com o ensino dessa comunidade, bem como com a proposta de uma inclusão efetiva.

LEGISLAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Educação, ambientes públicos, estabelecimentos comerciais, empresas, não importa o ambiente, a inclusão sempre foi uma batalha travada pelas pessoas com algum tipo de deficiência, seus familiares, amigos e militantes. As primeiras discussões de educação inclusiva no Brasil envolviam o ensino regular de crianças com deficiência, que até o final do século 17 vivam em hospitais psiquiátricos e tiveram o processo de escolarização iniciado por meio de modelos médicos (TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016).

A partir da década de 1950 houve um crescimento da Associação de Pais e Amigos – APAE, viabilizando a criação de escolas especiais, mas que funcionavam em paralelo ao ensino regular (GLAT; FERNANDES, 2005; TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016). Apesar da constituição federal (BRASIL, 1988) proclamar o direito à educação como direito de todo brasileiro(a), foi a partir de 1994 que a educação inclusiva começou a ser mais debatida no país, quando o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas, província de Salamanca, Espanha. Esta conferência, ocorreu devido a uma parceria entre o governo espanhol e a UNESCO, e resultou no documento chamado Declaração de Salamanca, que traz em seu conteúdo, princípios, políticas e práticas voltados ao acesso de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE), à educação regular (TOMELIN, *et al.*, 2018). A partir de então, o Brasil se tornou um signatário na Declaração de Salamanca.

Em 1996, foi aprovada a LDBN (BRASIL, 1996), trazendo, em seu capítulo V, a regulamentação e parâmetros para a educação de pessoas NEE e prevendo também, em seu artigo 3º, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Alguns anos depois, mais

¹ Mestrado em Gestão e Estratégia de Negócios (UFRRJ).

² Mestre em Gestão e Estratégia (UFRRJ).

³ Especialista em Neuropsicopedagogia e Educação Especial (CENSUPEG).

especificamente em 2011, entra em vigor o decreto federal nº 7.611 (BRASIL, 2011) que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado (entre outras disposições), mas, em seu texto, não há menção direta ao ensino superior.

Em 2015, dezenove anos depois da aprovação da LDB, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, tendo um capítulo inteiro dedicado ao público NEE, determinando o direito da pessoa com deficiência à educação e, em seu artigo 30, a adoção de medidas inclusivas em processos seletivos para instituições de ensino superior - IES (BRASIL, 2015).

Pode-se constatar que o amparo ao acesso do público NEE é assegurado pela legislação brasileira, mas isso não minimiza os desafios a serem enfrentados por professores, instituições de ensino e, claro, pelos próprios alunos.

ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS

Segundo Ferreira *et al.* (2019, p. 3) “a educação do surdo no Brasil foi constituída historicamente por teorias, filosofias, políticas e ideologias”, mas dois fatos foram relevantes para o processo de inclusão desse público: a aprovação da LDB, em 1996 e a Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002), voltada especificamente à comunidade surda, com o reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

A surdez é uma deficiência sensorial que pode ter causas congênitas ou adquiridas. O Decreto 5.626, de 22 de fevereiro de 2005 (BRASIL, 2005) define a pessoa surda e deficiente auditiva da seguinte forma:

Art. 2º – Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Parágrafo único: Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Para o Ministério da Educação, devemos considerar dois grupos de surdos: os parcialmente surdos ou com surdez leve a moderada (perda auditiva de 40 a 70 dB); e aqueles com surdez severa (70 a 90dB) e profunda (acima de 90dB) (BRASIL, 2006).

Segundo levantamento do Censo de Educação Superior (INEP, 2023), das 79.262 pessoas com deficiência matriculadas no ensino superior no ano de 2022, 2.591 são surdos e 8.722 possuem uma deficiência auditiva. O somatório destes valores corresponde a 14% das pessoas do total de pessoas com deficiência matriculadas nessa modalidade.

Independentemente do tipo, a privação da audição gera limitações nas interações sociais com ouvintes, assim, a pessoa surda busca outras formas de comunicação (mais visuais), com predominância do gestual (Libras). Sendo assim, faz-se necessário uma abordagem educacional que considere o grau de perda auditiva, preferências comunicativas e necessidades específicas dessa comunidade.

A abordagem educacional, a partir da década de 1980, é concebida por três concepções metodológicas, conforme apresentado na TABELA 1.

Tabela 1. Abordagens educacionais para surdos.

Abordagem	Definição
Oralista	O surdo aprende a reproduzir a fala, a partir da leitura labial. O gestual não é estimulado
Comunicação total	Aqui se admite todo e qualquer recurso possível para que a comunicação e a interação social ocorram (desde linguagem gestual/visual até textos escritos e orais).
Bilinguismo	Nesta o surdo é capacitado para a utilização da Libras como linguagem materna e o português escrito como segunda língua.

Fonte: Perlin (2005); Damázio; Alves; Ferreira (2010)

Santos (2009) afirma que o bilinguismo, por considerar a língua materna dos surdos (Libras) como primeira língua e o português escrito como segunda língua, possibilita criar uma interação tanto com a comunidade ouvinte, quanto com a comunidade surda, preservando a identidade dos sujeitos surdos. Além disso, devido a linguagem do surdo ser a Libras, Damázio, Alves e Ferreira (2010) salientam que as modalidades oralismo e comunicação total, ambas com presença da modalidade oral, não são favoráveis ao pleno desenvolvimento do surdo.

Para Skiliar (1998 apud Santos, 2009, p. 23) para uma pessoa surda, comunicar-se e construir conhecimento em Libras é tão normal quanto um ouvinte se comunicar e construir conhecimentos em português. Monteiro e Andrade (2005 apud Silva *et al.* 2009, p. 178) corroboram essa informação ao afirmarem que “os surdos têm enormes dificuldades para interiorizar um código linguístico oral, no entanto, maiores facilidades para um código linguístico de sinais”.

Desde a promulgação da Lei 10.098/00 os surdos têm o direito de serem acompanhados por um intérprete de libras (BRASIL, 2005), porém, Ferreira (2021) ressalta que “apenas garantir a presença do intérprete, não é suficiente para incluir o surdo no processo educacional, é importante considerar que outros fatores são necessários para que os surdos consigam se desenvolverem”. Nesse aspecto, o profissional de educação tem que trazer em mente que a pessoa surda interage, aprende e se comunica, predominantemente, por meio de suas experiências visuais. Perante esta realidade o professor, que muitas vezes não domina Libras, deverá adaptar aula, recursos, comunicação, para uma melhor compreensão e aprendizado.

É importante salientar que, a educação do surdo deve ser baseada na visão e não na audição. A lei dá abertura para as adaptações curriculares, podendo assim todo o sistema educacional adaptar sua metodologia para atender a todos sem distinção. As mínimas mudanças na metodologia e nos recursos podem trazer diferenças perceptíveis na educação do surdo, ou seja, as modificações em sala de aula podem ser simples, mas se executadas podem resultar em amplas diferenças (SILVA *et al.*, 2009, 182).

Adaptar os materiais didáticos com mais recursos visuais, falar pausadamente, lançar mão de diferentes instrumentos de avaliação, evitar falar enquanto escreve na lousa, usar técnicas de metodologias ativas, estar atento às necessidades do aluno surdo estimulando a sua participação (SILVA *et al.*, 2009; PIMENTEL, 2013), são ações simples que podem favorecer em muito a inclusão de estudantes com surdez.

O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

De acordo com Araújo (2015), metodologia ativa é uma metodologia de ensino centrada no estudante. Segundo o autor, “a atividade é um dentre outros conceitos-chave de muita importância, uma vez que ela é promotora de experiência, da qual resulta a aprendizagem” (ARAÚJO, 2015, p. 6).

Diferentemente do modelo de ensino tradicional, este tipo de metodologia privilegia a realização de atividades que envolvam o estudante, colocando-o numa posição de protagonista e distanciando-o do estado de passividade. Nesse sentido, o professor perde o seu protagonismo como transmissor do conhecimento e torna-se um mediador no processo de aprendizagem do aluno, desafiando o aluno a ser o responsável pelo seu aprendizado.

Existem diversas técnicas que compõem o rol de metodologias ativas, podendo ser aplicadas sozinhas ou combinadas. Na Tabela 2, estão apresentadas algumas dessas técnicas.

Tabela 2. Tipos de técnicas utilizadas em metodologias ativas.

Técnicas	Definições
Seminários	Exposição de determinado assunto com espaço para debates dos temas.
Estudo Dirigido	O professor participa orientando e direcionando os alunos no estudo de assuntos específicos.
Estudo de caso	Envolve os estudantes na resolução de caso (reais ou fictícios).
Sala de aula invertida	Como o próprio nome já diz, o professor dispõe, previamente, os materiais aos alunos, que estudam estes materiais e discussões e dificuldades apresentadas dão o mote da condução em sala de aula.
Aprendizagem baseada em problemas	A partir de um contexto real, os alunos se põem a solucionar problemas (sejam eles baseados em fatos ou simulados).
Gamificação	É utilizar a dinâmica, e até mesmo a estética, dos jogos, como ferramenta para promover o processo de aprendizagem.
Ensino híbrido	A aprendizagem ocorre com o trabalho em conjunto de ferramentas online (ensino a distância) e presenciais (sala de aula).
Aprendizagem entre pares ou grupos	Com atividades, inicialmente, individuais, após sua execução e revisão, por parte do professor, os alunos são unidos em pares, para discussão e posterior explanação em sala de aula.
Aprendizagem baseada em projetos	Os alunos são desafiados a resolver um problema ou desenvolver um projeto para, através desta prática, aprimorar seu conhecimento e expertise.

Fonte: Cunha *et al.* (2011); Rosseto *et al.* (2020)

Como salientam Bacich e Moran (2018), estas metodologias têm o potencial de “levar os alunos a aprendizagens por meio da experiência impulsora do desenvolvimento da autonomia e do protagonismo”, com os professores, mediando todo este processo, os desafiando a raciocinarem de forma mais crítica e autônoma.

Marques *et al.* (2021) analisaram o que tem sido publicado sobre a temática de métodos de ensino ativo no período dos últimos 10 anos, evidenciando algumas vantagens e desvantagens.

Entre as vantagens evidenciadas, verifica-se que o aprendizado ativo cria um ambiente de classe mais aberto, colaborando com o desenvolvimento das habilidades dos alunos, como análise crítica e analítica, além de melhoria no desempenho dos mesmos. Com

relação às desvantagens, a principal barreira se concentra no esforço docente para se adequarem a essa nova perspectiva de ensino, além de que essa metodologia exige mudanças em todo o processo de ensino, assim como um possível desinteresse dos alunos, pois exige uma maior disposição em aprender (MARQUES *et al.*, 2021, p. 734-735).

Uma forma de maximizar o desenvolvimento dos alunos e minimizar as dificuldades, é escolher a técnica de metodologia ativa que melhor se adapte às necessidades da aprendizagem, uma vez que “nem todas as aulas, disciplinas, conteúdos se adequam ao uso de uma determinada metodologia ativa” (CUNHA *et al.* 2011, p. 18).

Para que a aprendizagem seja significativa, Cunha *et. al* (2011, p. 11) ressalta que o professor, ao escolher a técnica a ser utilizada, deve também levar em conta “o meio que os estudantes estão inseridos, considerando que, se o estudante age sobre sua realidade, ele passa a assumir uma postura crítico-reflexiva, distanciando-se de uma educação pautada na memorização”. Nesse contexto, Souza e Moraes (2021, p.807) apontam que a utilização de metodologias ativas pode contribuir ainda mais com a inclusão de pessoas NEE, por “serem ferramentas que favorecem mudanças individuais e, conseqüentemente, sociais”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contextualização da experiência

A turma objeto deste estudo é composta por 25 alunos PCD, sendo três com baixa visão, dois cadeirantes e 20 surdos. Eles fazem parte do projeto “Diploma Cidadão” formado pela parceria do Centro Universitário Geraldo Di Biase e a prefeitura do município de Volta Redonda – RJ, que tem como “objetivo de promover a formação e qualificação de PCDs por meio de um curso profissionalizante com bolsa-auxílio” (SMPD, 2023, p. 1).

Atualmente, os alunos estão cursando o quinto período do curso superior de Administração para PCDs, sendo a grade curricular adaptada às necessidades desses alunos, de forma a possibilitar sua inserção no mercado de trabalho. A experiência ocorreu durante as aulas da disciplina Matemática Financeira e teve como foco os alunos surdos, em função deles serem a maioria e, também, por demandarem mais atenção.

O curso é presencial e ocorre no período noturno. Para a condução das aulas, os professores contam com o apoio de um intérprete de Libras, além disso, os alunos também recebem, no período vespertino, o auxílio de professores de português e matemática, fluentes em Libras, para esclarecerem as dúvidas das aulas anteriores e ajudarem na realização das atividades (SMPD, 2023).

Em relação ao perfil da turma, pode-se afirmar que é bem diversificado. Há presença de moças e rapazes solteiros, mulheres jovens com e sem filhos que trabalham ou fazem estágio em empresas da região, outras que trabalham apenas no lar e possuem filhos pequenos, senhoras com filhos adultos e homens provedores do lar. Todos são muito respeitosos, comprometidos e dedicados, a ponto de conquistarem a simpatia da professora desde o primeiro instante.

A disciplina foi conduzida durante o segundo semestre de 2023, e durante esse período foi possível observar e vivenciar algumas situações que motivaram o presente estudo, a fim de ajudar outros professores que venham a dar aulas para surdos e contribuir, de alguma forma, com o ensino dessa comunidade. Essas situações foram categorizadas em seis aspectos: Estrutura física e condução das aulas, o papel do intérprete, a importância do uso de metodologias ativas, fator emocional e psicológico na aprendizagem, avaliações e adaptação curricular, os quais são apresentados a seguir.

Estrutura física e condução das aulas

A estrutura da sala deve ter alguns cuidados para melhor compreensão dos alunos, como um tablado para o professor e intérprete ficarem numa posição mais alta e garantir boa visibilidade para a turma. A luz é utilizada como um recurso para chamar a atenção deles. Sempre que o professor precisar chamar a atenção da turma, deve piscar a luz, assim eles já saberão que precisam prestar mais atenção.

Durante a condução das aulas percebeu-se algumas dificuldades entre os surdos. A grande maioria deles tem dificuldades com a língua portuguesa. Eles sabem escrever (copiar), tem boa caligrafia e são organizados, mas apresentam muita dificuldade na leitura e interpretação dos textos, têm um vocabulário bem limitado e muita dificuldade em abstrair os conceitos.

Capovilla e Capovilla (2002, p. 145), atribuem essa dificuldade “às diferenças de sintaxe entre a língua falada e a de sinais”, o que acarreta uma menor compreensão de leitura e qualidade de escrita em relação aos ouvintes. Devido a essa dificuldade, ao se passar um conteúdo, seja na apostila, slides ou quadro, deve-se proceder a leitura do mesmo, antes da explicação. Também é importante utilizar palavras simples, de preferência dentro da vivência deles e ir mostrando outras palavras com o mesmo significado de forma a contribuir com a melhoria do vocabulário.

Em relação à fala, o professor nunca deve falar enquanto escreve no quadro. Ao explicar, deve falar pausadamente e ir apontando para o quadro o que ele está explicando, sendo importante utilizar canetas coloridas para destacar as partes principais. Como os surdos são bem visuais, então sempre que possível inserir desenhos para ilustrar o conteúdo (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2020).

O uso do retroprojetor pode ser usado como um apoio para as aulas, mas deve-se tomar cuidado, pois o uso excessivo pode prejudicar a compreensão do conteúdo, devido à dificuldade de ler e entender bem o português. Assim, é importante escrever no quadro para fazê-los pensar e prestar mais atenção. Uma boa estratégia é escrever o conteúdo no quadro, de maneira objetiva, e colocar um recurso visual no projetor, de forma que, ao explicar o professor aponte para o conteúdo no quadro, e na sequência, para a figura, permitindo que eles façam a relação entre a palavra e a figura, a fim de aumentar o nível de assimilação.

Alguns apresentaram bastante dificuldade em relação à matemática básica. Nesse caso, faz-se importante explicar passo-a-passo a resolução dos cálculos, circulando com uma caneta de cor diferente qual parte deverá ser calculada primeiro e assim por diante. De acordo com Brito *et al.* (2021, p. 22) “visto que o seu mundo é visual, a sua língua é visual”, manter o contato visual no processo ensino-aprendizagem do surdo é muito importante.

O papel do intérprete

De acordo com o Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005) é obrigatório a presença do tradutor/intérprete de libras nas escolas. O intérprete em sala de aula é fundamental, contudo, sua presença não é garantia de um bom aproveitamento (LACERDA, 2006; BISOL *et al.*, 2010).

A presença do intérprete de língua de sinais não é suficiente para uma inclusão satisfatória, sendo necessária uma série de outras providências para que este aluno possa ser atendido adequadamente: adequação curricular, aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre a surdez e sobre a língua de sinais, entre outros (LACERDA, 2006, p. 176).

Nesse sentido, é muito importante o professor e intérprete mantenham uma boa conexão. Ambos devem combinar para manter a linguagem, de forma que, quando o professor não estiver presente e o intérprete for esclarecer alguma dúvida, esta seja respondida seguindo o mesmo tipo de explicação dada pelo professor, a fim de não confundir o aluno.

Outro fator a ser considerado, é que muitos surdos apresentam dificuldades em compreender a linguagem materna e muitos termos técnicos são desconhecidos pelos intérpretes. Sendo assim, o professor deve enviar, sempre que possível, o material da aula com antecedência para o intérprete, para que ele possa estudar e definir como deverá transformar determinadas palavras para a linguagem dos sinais (BRITO *et al.*, 2021).

O intérprete também deve tomar o cuidado de se manter neutro e interpretar exatamente o que o professor está explicando. No entanto, como ele tem mais contato com os alunos, é importante que o professor esteja atento às suas ponderações e sugestões de como proceder para facilitar a compreensão dos alunos.

Durante as aulas de matemática financeira, havia dois intérpretes: o principal que ficava fazendo a tradução do conteúdo e um de apoio, que também é professor de matemática. Além de prestar auxílio durante as aulas, ele também era responsável pelas aulas de reforço no horário vespertino e manter a forma de explicar o conteúdo foi fundamental para o bom andamento da turma.

A importância das metodologias ativas

De acordo com Virole (2005 apud BISOL *et al.*) “as dificuldades de leitura e escrita acabam desviando a energia e a atenção (e diminuindo o prazer) da construção de conhecimentos” dos surdos. Assim, o uso das metodologias ativas torna-se um “aliado que pode ser usado como uma ferramenta para um ensino mais diversificado e atrativo” (CUNHA *et al.*, 2011, p. 16).

A maior dificuldade enfrentada pela professora foi relacionar a parte conceitual da matemática financeira com a prática. Nesse aspecto, o uso de metodologias ativas foi muito importante:

- Casos de ensino - A utilização de casos de ensino ajudou bastante para passar o conceito do valor do dinheiro no tempo, inflação, juros, entre outros.
- Mapas conceituais - Para explicar os conceitos dos elementos da matemática financeira (montante, capital, taxa de juros, prazo etc.) a professora procurou explorar os recursos visuais, traçando alguns mapas conceituais no quadro. Apesar de ter obtido um retorno satisfatório, ela percebeu que alguns alunos ainda não tinham assimilado bem os conceitos e por isso, estavam com dificuldades em identificar os elementos nos enunciados dos exercícios. Recomenda-se também a criação de *Storytelling* para trabalhar os conceitos com recursos visuais, por meio da ferramenta Pixton (GAZONI, 2020).

- Gamificação - Para tentar melhorar a compreensão da parte conceitual foi usada a técnica de gamificação, por meio da aplicação de uma atividade na forma do jogo *Kahoot*. Pata tanto, foram utilizadas questões curtas sobre os elementos da matemática financeira, associando cada elemento ao seu conceito. Cabe ressaltar, que o tempo para as respostas foi ampliado de forma que o intérprete pudesse ler cada questão e também para que os alunos pudessem refletir com calma sobre a resposta, a fim de evitar o famoso “chute” ou a frustração de não conseguir responder por falta de tempo. Esta atividade foi uma das melhores experiências, pois além de ser lúdico, sair da rotina e promover aquele espírito divertido que uma competição proporciona, os alunos ficaram bem envolvidos e motivados a acertarem, o que resultou numa melhor assimilação dos conteúdos. Sugere-se outras ferramentas, como *Plickers* e *Quizziz* (ALCANTARA, 2020; GAZONI, 2020).
- Apresentação de vídeos e debate - para o estudo de descontos e taxas, foi realizada a apresentação de um vídeo com legendas em libras e posterior debate, em que a professora foi fazendo perguntas para a turma a fim de saber como eles tinham compreendido o assunto abordado no vídeo. Essa parte do debate também foi importante para estimular a participação de todos os envolvidos e dar a oportunidade para eles expressarem suas vivências sobre comportamento financeiro, dando gancho para explorar um pouco os conceitos de planejamento financeiro pessoal, poupança e endividamento.

Além das atividades acima elencadas, a professora recomenda a realização de seminários, simulações, jogos de tabuleiros e aprendizagem baseada em problemas. Já a aula invertida deve ser utilizada com cautela, devido à dificuldade de leitura e interpretação, mas por outro lado, também pode ser um estímulo para melhorar esta parte.

Fator Emocional e Psicológico

O professor deve estar atento ao fator emocional e psicológico, pois muitas das vezes ele pode influenciar negativamente a aprendizagem. De uma maneira geral os alunos são bem alegres e extrovertidos, mas alguns deles apresentavam muita insegurança, outros diziam ser burros, que a disciplina era muito difícil, que eles não se sentiam capazes. Esse tipo de pensamento provocava um sentimento de impotência e frustração que atrapalhava o rendimento tanto do aluno, como da turma, pois muitas vezes a professora precisava parar e conversar com eles, a fim de motivá-los a continuar e se esforçar um pouco mais.

Para atenuar essa situação, foi preciso um acompanhamento mais de perto desses alunos, a fim de observar como eles faziam os exercícios, quais as principais dificuldades e, assim, ir explicando cada etapa bem devagar, comemorando cada parte que eles acertavam, falando o quanto eles eram inteligentes e capazes, para que adquirissem mais autoconfiança e autonomia. Essa parte foi muito gratificante, pois esses alunos apresentaram um crescimento muito significativo.

Por outro lado, como era um processo lento, os alunos mais adiantados começaram a ser sentir entediados. Para evitar esse tipo de situação, foi preciso um trabalho conjunto com os dois intérpretes, pois a professora decidiu separar os alunos mais adiantados e dar outro tipo de atividade para eles. Assim, enquanto ela e um intérprete se dedicavam aos alunos com mais dificuldade, o outro intérprete, que também é professor de matemática, ficava dando apoio aos alunos mais adiantados.

A estratégia deu certo, porém foi bem cansativo. Assim, acredita-se que se houver uma equipe multidisciplinar que incluía apoio psicológico e psicopedagógico para esses alunos, o rendimento deles poderá ser bem melhor (Silva *et al.*, 2009)

Avaliações e exercícios

O professor deve ter um cuidado especial na preparação dos exercícios e avaliações. Devido a limitação de vocabulário e dificuldades de abstrair um conhecimento, o professor deve redigir as questões de maneira objetiva, com palavras simples, que foram utilizadas durante a aula, e se possível, com recursos visuais relacionados ao texto (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2020).

Outro cuidado é com o uso de palavras sinônimas, que para os ouvintes é algo simples, mas que poderá gerar dificuldades para eles. Como exemplo cita-se uma situação que ocorreu durante a realização de uma prova. Para explicar o significado de capital durante as aulas, a professora normalmente falava: “uma pessoa foi ao banco e fez um investimento (ou empréstimo) no valor de R\$X, XX”, mas na prova foi colocado: “uma pessoa aplicou R\$X, XX”. Essa pequena mudança foi suficiente para que uma aluna não conseguisse realizar o exercício. Quando ela perguntou e a professora explicou aplicar era ir ao banco para fazer um investimento, o rosto da aluna se iluminou e ela disse: “Ah! É o capital!”.

O tempo de prova também deverá ser ampliado (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2020). As aulas terminavam às 21h50min., mas durante o período de provas, a professora permitia que os alunos ficassem até às 22h. Esse período a mais ajudava diminuir a ansiedade dos alunos que apresentavam mais dificuldades.

Antes de iniciar a prova, o intérprete deve fazer a tradução de todas as questões, mas com o cuidado de não induzir o aluno para as respostas. Durante as provas, alguns alunos tinham o hábito de perguntar se estavam fazendo certo e a professora observou-se que, pouco a pouco e sem querer, ela acabava direcionando como fazer. Ao perceber isso, ela começou a orientar o aluno a confiar mais em si, utilizando frases do tipo: “Não posso te dizer, mas você já tem condições de responder essa questão”, diminuindo assim, a condição de dependência do aluno.

Por fim, durante a correção das provas ou mesmo dos exercícios em sala, é importante que o professor não aponte onde está o erro, ou se apontar, não dizer qual é a resposta correta, mas fazer novas perguntas aos alunos, estimulando-o a refletir para encontrar a resposta correta. Pois percebeu-se, que muitos dos erros cometidos, são devido à falta de atenção do aluno.

Adaptação Curricular

No decorrer do estudo, percebeu-se que de uma maneira geral, os alunos da turma são organizados, disciplinados e comprometidos. Com exceção de um aluno, que apresentava maior dificuldade e estava passando por problemas particulares, todos os outros apresentaram bons rendimentos, aprendendo, inclusive, a utilizar a calculadora financeira HP12c. No entanto é preciso, dedicar um tempo maior para explicar os conteúdos e, por este motivo, não foi possível concluir todo o conteúdo da ementa.

A professora relata que em muitos momentos essa situação lhe causou um pouco de angústia, pois ao mesmo tempo que se sentia feliz com a evolução dos alunos em assimilar os conteúdos, também se sentia apreensiva por ter consciência de que ainda tinha conteúdos que não foram ensinados. Ela chegou a expressar que, por vezes, chegou a se sentir triste por ter consciência de que precisava ainda dar outros conteúdos, mas tinha tempo hábil para isso.

No entanto, avaliando essa situação, há que se considerar que o currículo da disciplina foi planejado para um aluno ouvinte, e sabe-se que a aprendizagem dos alunos surdos acontece num ritmo diferente dos alunos ouvintes, não por incapacidade ou por problemas cognitivos, mas pelas próprias barreiras linguísticas e pelas dificuldades traduzir toda uma explicação por meio da linguagem de sinais (ROSÁRIO; VENTURINI, [s.d.]). Dessa forma, faz-se necessário adaptar o currículo para as necessidades e especificidades do aluno surdo (ALVES *et al.*, 2015) preferencialmente com apoio de um núcleo pedagógico.

Para Correia *et al.* (2023, p. 7) a construção do currículo deve levar em conta as particularidades dos alunos de modo a fazer com que eles “se sintam identificados nos seus elementos e características”, propiciando assim a aplicabilidade e efetividade de um modelo escolar voltado para a inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os aspectos que envolvem o processo ensino-aprendizagem de alunos surdos, a partir do relato de experiência docente, durante as aulas Matemática Financeira, ministradas para alunos surdos, matriculados num curso de graduação em Administração para PCDs.

Trata-se de uma pesquisa descritiva ocorrida no segundo semestre de 2023, com uma turma de PCDs sendo, em sua maioria, composta por alunos surdos. As situações vividas e resultados observados pela professora motivaram a realização desse estudo, no intuito de ajudar outros professores na preparação de suas aulas e contribuir com o ensino-aprendizagem de surdos. Para tanto, os dados foram organizados e elencados em seis categorias: Estrutura física e condução das aulas, o papel do intérprete, a importância do uso de metodologias ativas, fator emocional e psicológico na aprendizagem, avaliações e adaptação curricular.

Ao se fazer a análise dos dados observou-se a importância de o professor adequar as aulas às necessidades desse público. Os conteúdos devem ser preparados com o maior número possível de recursos visuais, a linguagem deve ser simples e objetiva, a relação interação-professor deve ser de mútua ajuda, pois os professores passar o conteúdo com antecedência para os intérpretes poderem definir os sinais gráficos necessários e estes devem considerar as ponderações do intérprete sobre sua visão em relação à evolução dos alunos. Além disso, o professor deve ir além do ensino tradicional e privilegiar o uso de metodologias ativas e recursos tecnológicos para promover maior compreensão do conteúdo e rendimento do aluno surdo, devido sua característica de ser muito visual e mais concreto.

Outro ponto a ser considerado é que o professor deve procurar conhecer as características dos alunos e estar atento aos sinais emocionais e psicológicos que podem afetar o rendimento, procurando motivá-lo para promover autonomia, diminuindo suas inseguranças e dependências. Em relação às avaliações deve-se preparar as questões de forma objetiva e com recursos visuais. Considerar ampliação do tempo de prova, também se faz necessário para dar mais tranquilidade e diminuir a ansiedade dos alunos com mais dificuldades. Por fim, o currículo deve ser adequado às condições e necessidades da turma, preferencialmente em conjunto com o núcleo pedagógico do curso.

Conclui-se que, para que todas as questões aqui levantadas sejam realizadas de maneira efetiva e eficaz, faz-se necessário uma sensibilização e preparação do professor antes do contato com a turma. Nesse ponto, destaca-se a importância de um trabalho conjunto com todos os envolvidos no projeto.

Para futuras pesquisas sugere-se analisar a experiência de docentes de outras disciplinas, bem como as percepções dos discentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, E. F. S. **Plickers**. In: Inovação e renovação acadêmica: guia prático de utilização de metodologias e técnicas ativas / Organizadora: Elisa F. S. Alcantara. Volta Redonda, RJ: FERP, 2020. 179 p.

ALVES, FC., *et al.* **Educação de surdos em nível superior**: desafios vivenciados nos espaços acadêmicos. In: ALMEIDA, WG., org. Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, pp. 27-47. ISBN 978-85-7455-445-7.

ARAÚJO, J. C. S. Fundamentos da metodologia de ensino ativa (1890-1931). **37ª Reunião Nacional da ANPEd** – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis, 2015.

ARAÚJO, R. G.; OLIVEIRA, F. F., **Avaliação da aprendizagem para surdos**: manual de orientação para disciplina de Língua Portuguesa. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE) / Campus Salgueiro, Salgueiro, PE, 2020.

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BISOL *et al.* Estudantes surdos no ensino Superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.139, jan./abr. 2010

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Senado Federal. Brasília, DF: 1988.

BRASIL. **Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei N° 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. **Decreto 5.626, de 22 de fevereiro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2011.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. MEC: MEC - Secretaria de Educação Especial, 2. ed. Brasília, 2006.

BRASIL. **Decreto N° 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei N° 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

BRITO, M. D. O. *et al.* Os desafios dos tradutores – intérpretes de Libras no processo de inclusão dos alunos surdos nas aulas de Língua Portuguesa em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v.2, p.16-34, 2021

CAPOVILLA, F. C.; CAPOVILLA, A. G. S. Educação da criança surda: o bilinguismo e o desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 8, nº 2, p.127-156, maio 2002.

CORREIA, A. C. V. *et al.* **A identidade surda e o currículo escolar**. Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/95666>>. Acesso em: 01/01/2024

CUNHA, M. B. da, *et al.* Metodologias Ativas: em busca de uma caracterização e definição. **SciELO Preprints**, 2011. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.3885.

DAMÁZIO, M. F. M.; ALVES, C. B.; FERREIRA, J. de P. **Educação escolar de pessoas com surdez**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&ind=4643&cat=-1,-2,-3,128>. Acesso: 30 nov. 2023.

- FERREIRA, M. C. D. *et al.* **Metodologias utilizadas na educação de surdos no Brasil**. In: VI Encontro Internacional de jovens investigadores. Salvador, BA. 2019
- FERREIRA, T. M. As Metodologias Ativas na comunicação com aluno surdo: avaliação de uma Experiência de Investigação-Ação. **Rev. Int. Investig. Cienc. Soc.** v.17 n. 1, Jun. 2021. Doi: 10.18004/riics.2021.junio.24.
- GAZONI, R. L. **Pixton**. In: Inovação e renovação acadêmica: guia prático de utilização de metodologias e técnicas ativas / Organizadora: Elisa F. S. Alcantara. Volta Redonda, RJ: FERP, 2020. 179 p.
- GLAT, R.; FERNANDES, E.M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**, Brasília, v.1, n.1, p.35-39, 2005.
- INEP. **Censo de Educação Superior em 2022**. Brasília, 10.10.2023. Disponível em < https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf >. Acesso em 04 de dez. 2023.
- LACERDA, Cristina B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem professores e intérpretes sobre essa experiência. **Cad. Cedes**, v. 26, n 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.
- MARQUES, H. R. Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 03, Nov. 2021.
- SMPD – Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência do Município de Volta Redonda. **“Diploma Cidadão”**: alunos do projeto da prefeitura de volta redonda iniciam estágio na CSN. dez. 2023. Disponível em: <https://www.voltaredonda.rj.gov.br/noticias/87-smpd/7765-%e2%80%9cdiplomacidad%a3o%e2%80%9d-alunos-do-projeto-da-prefeitura-de-volta-redonda-iniciam-est%a1gio-na-csn/>. Acesso em: 29 dez. 2023.
- PERLIN, Gládis T.T. **Alternativas metodológicas para o aluno surdo**. 2º Semestre - 1. ed. - Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Graduação, Centro de Educação, Curso de Graduação a Distância em Educação Especial, 2005.
- PIMENTEL, S.C. (org.). **Estudantes com deficiência no Ensino Superior**: construindo caminhos para desconstrução de barreiras na UFRB. Cruz das Almas/BA: NUPI, PROGRAD, UFRB, 2013.
- ROSÁRIO, A. F. S. **Dificuldades de alunos surdos na aprendizagem da língua portuguesa e possibilidades para o seu ensino**. Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro - Departamento de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa Trabalho de Conclusão de Curso, [s.d]. Disponível em: file:///C:/Users/User/Dropbox/Gest%C3%A3o%20e%20Doc%C3%Aancia/TCC%20Nilce%20e%20Marcelo/Cap.%20%20-%20Metodologias%20Ativas/DIFICULDADES_DE_ALUNOSSURDOS_NA_APRENDIZAGEM_DA_LINGUA_PORTUGUESA_E_POSSIBILIDADES_PARA_O_SEU_ENSINO.pdf. Acesso em: 01 jan 2024.
- ROSSETO, M. *et al.* A utilização das metodologias ativas como ferramenta de inclusão dos alunos com deficiência auditiva em sala de aula: desafios e oportunidades. **Educationis**, v.8, n.1, p.53-60, 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2318-3047.2020.001.0005>
- SANTOS, E. S. **Comunidade surda**: a questão das suas identidades. In: Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas - Salvador: EDUFBA, 354p. 2009.
- SILVA, S. C. *et al.* As contribuições da psicologia na educação de surdos: o caso do Centro de Educação Especial do Estado da Bahia. In: DÍAZ, F., et al., orgs. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 171-190. ISBN: 978-85-232-0928-5.
- SOUZA, J. J.; MORAES, E. C. Metodologias ativas: ferramenta da educação inclusiva. **Revista Mais Educação**, v. 4, n. 4, Jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.51778/2595-9611.v4i4>
- TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. .M; FREITAS, M. N. C. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 22, n. 4, Out/Dez 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000400005>.
- TOMELIN, K. N *et al.* Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente, **Rev. psicopedag.**, v.35, n.106, São Paulo - abr. 2018.

ESTUDO DE CASO DE PROJETO DE EXTENSÃO À COMUNIDADE “BIOMEDICINA SEM FRONTEIRAS: DE PORTAS ABERTAS PARA VOCÊ!”: conquistas, desafios e potencialidades

Lidiane de Fátima de Oliveira Souza¹

Elisa Ferreira Silva de Alcantara²

A inter-relação entre o ensino superior e a Educação Básica desempenha um papel crucial no desenvolvimento educacional de uma nação. No contexto brasileiro, o Art. 43, inciso VIII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) explicita a responsabilidade da educação superior em contribuir para a universalização e o aprimoramento da Educação Básica. Esta conexão estratégica visa não apenas formar e capacitar profissionais, mas também engloba a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que estreitem os laços entre esses dois níveis escolares (BRASIL, 1996).

Conforme ressalta Bertoldo e Cunha (2016), as universidades não apenas constituem um ambiente propício para instigar o interesse dos alunos pela pesquisa e pela ciência, mas também desempenham um papel crucial ao promover uma abordagem de aprendizado mais interativa e dinâmica em relação aos conteúdos introduzidos na Educação Básica. Dessa maneira, essa interação mais ativa pode propiciar uma compreensão mais aprofundada dos temas, facilitando a visualização dos conteúdos e promovendo uma conexão mais sólida entre teoria e prática, tendo em vista que muitas escolas não dispõem de estrutura que oportunize esse tipo de interação e visualização, como laboratórios apropriados e materiais disponíveis.

A conquista dessa interação dinâmica entre a educação superior e a educação básica pode ser efetivada por meio da realização de eventos que proporcionem uma exposição científica das pesquisas e conhecimentos científicos desenvolvidos nas Instituições de Ensino Superior. As mostras e feiras de ciências, presentes no cenário brasileiro desde a década de 1960, emergem como eventos pedagógicos e instrumentos essenciais para a concretização de experimentos e a divulgação científica, desempenhando um papel crucial na promoção da produção de conhecimento (COSTA et al., 2023).

A atividade extensionista no Centro Universitário Geraldo Di Biase abarca, entre suas principais facetas, a extensão universitária. Esta se concretiza por meio da oferta de atividades de extensão curricular, cursos e eventos que se destinam tanto à comunidade interna quanto externa da instituição. Dentro desse contexto, destaca-se o compromisso específico com áreas temáticas cruciais, sendo o meio ambiente e a saúde elementos científicos fundamentais de atuação (UGB, s/d).

Alinhado a essas premissas, o Curso de Biomedicina da mencionada Instituição de Ensino incorpora, em seu oitavo período, a disciplina de Projeto de Extensão Comunitária (PEC). Nesse contexto, a estruturação da disciplina parte da problematização do processo de trabalho, visando aprimorar sua capacidade de acolhimento e cuidado em relação às diversas dimensões e necessidades vinculadas à saúde de indivíduos, grupos e populações. No segundo semestre de 2023, por iniciativa dos alunos do 8º período do Curso de Biomedicina, foi concebido e implementado um evento acadêmico singular, assemelhando-se a uma mostra ou feira científica, intitulado "Biomedicina sem fronteiras: de portas abertas para você". Este evento foi especialmente direcionado aos estudantes da Educação Básica, destacando-se como uma oportunidade de intercâmbio e divulgação científica.

O propósito do evento consistiu em orientar e alertar os adolescentes acerca de diversos aspectos relacionados à sua saúde, por meio da difusão de conhecimentos científico-acadêmicos voltados para temas pertinentes à realidade deles. Dessa maneira, buscava-se ampliar e compartilhar os aprendizados adquiridos pelos estudantes do curso de Biomedicina com a sociedade, fortalecendo os vínculos entre a comunidade acadêmica e os alunos da Educação Básica, mediante a implementação de práticas e soluções educativas voltadas para as áreas de Saúde e Meio Ambiente.

Tendo em vista tais descrições, o escopo deste estudo de caso reside na análise do evento de extensão “Biomedicina sem fronteiras: de portas abertas para você!”, cujo objetivo central é elucidar os resultados oriundos desse evento, abordando suas potencialidades, desafios e conquistas, a fim de fornecer uma visão abrangente sobre o impacto e a eficácia dessa iniciativa.

¹ Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente (UniFOA).

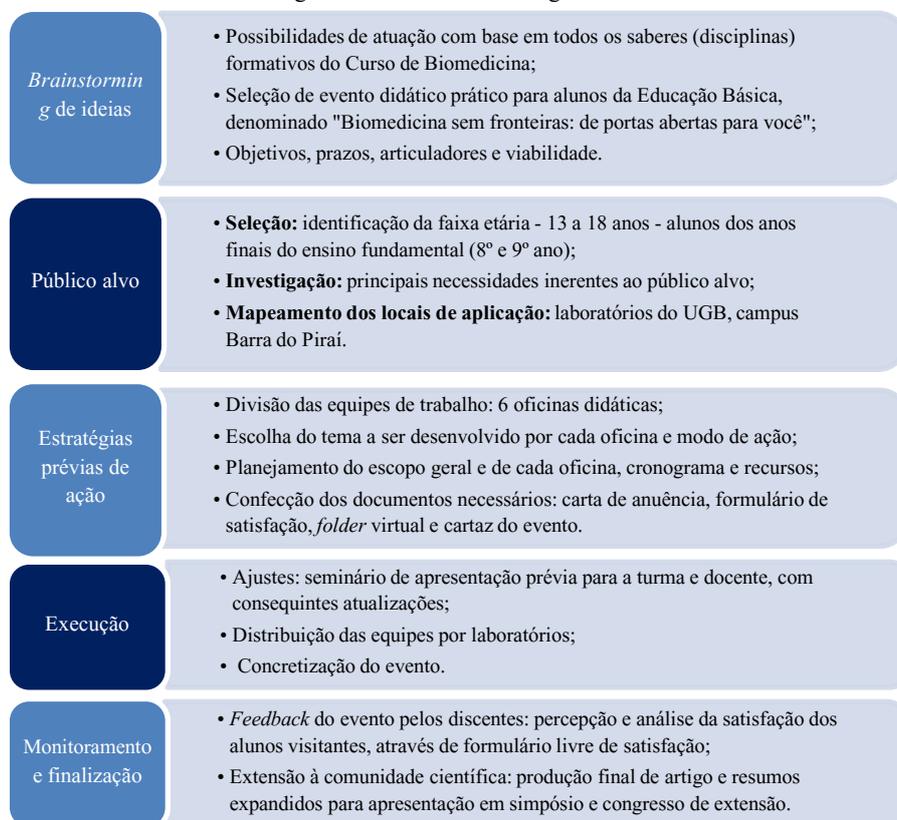
² Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ).

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa se configura como um estudo de caso do evento de extensão "Biomedicina sem fronteiras: de portas abertas para você!". Idealizado por docentes e discentes do Curso de Biomedicina, o evento foi integralmente planejado e executado em estreita colaboração entre estes.

Os alvos dessa ação foram compostos por alunos do oitavo e nono ano do ensino fundamental de uma escola local e por pessoas da comunidade que foram convidadas e se sentiram interessadas em participar (foi um evento aberto). Os discentes foram divididos em equipes, os quais escolheram os temas de acordo com seus interesses e aptidões, e construído coletivamente o planejamento metodológico do evento (Figura 1).

Figura 1. Caminho metodológico do evento



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

O evento "Biomedicina sem fronteiras: de portas abertas para você" foi composto por seis (6) oficinas didáticas autogeridas por equipes de estudantes. Essa abordagem de autogestão visava promover a disseminação de conhecimentos teóricos e práticos, com ênfase em temas cruciais relacionados à realidade dos jovens e adolescentes. As oficinas didáticas abarcavam as seguintes áreas de saúde e meio ambiente:

- a. Microbiologia: O reino invisível que você consome.
- b. Parasitologia: A assustadora verdade de hortaliças mal lavadas.
- c. Estética: De cara com a acne – conceitos e tratamentos
- d. Entorpecentes: Conscientização em ação – Drogas não!
- e. Sistema Urinário: Urina e sua coloração – Não deixe ela ser a vilã!
- f. Doação de sangue: Está no sangue fazer o bem – doe você também!

A partir desses temas, foram desenvolvidas apresentações teórico-práticas com o intuito de despertar o interesse e a compreensão dos alunos-alvo, tendo como premissa os conceitos da aprendizagem significativa de David Ausubel, que é descrita por Moreira (2016, p.31) como "aquela em que o significado do novo conhecimento emerge da interação com algum conhecimento especificamente relevante já existente na estrutura cognitiva do aprendiz".

Portanto, a problematização foi construída com base nos aspectos mais amplamente reconhecidos associados aos temas (as subsunções dos alunos). A fundamentação teórico-prática envolve a integração da explicação apresentada na problematização com a realização de experimentos que ilustram as questões abordadas nos temas, proporcionando uma abordagem integrada e dinâmica para o aprendizado.

Ao término de cada oficina, os alunos eram convidados a fornecer voluntariamente, por meio de um formulário de satisfação disponibilizado em cada sessão, o grau de satisfação após interagirem com a atividade. Dado que o formulário era voluntário e não implicava a identificação do

participante, não foi necessário obter aprovação do comitê de ética. Seguindo a Resolução N° 510, de 07 de abril de 2016, pesquisas que visam aprofundar teoricamente situações emergentes de forma espontânea e contingencial na prática profissional, sem revelar dados identificáveis dos participantes, estão isentas de requerer aprovação dos Comitês de Ética.

Os dados provenientes do formulário e as análises sobre conquistas, desafios e potencialidades foram abordados de maneira tanto qualitativa quanto quantitativa.

3. DESENVOLVIMENTO DO EVENTO ACADÊMICO DE EXTENSÃO

3.1 Descrição do evento e seus resultados

O evento ocorreu no dia 27 de novembro de 2023, com início às 13h30, e término às 17h30, em seis laboratórios do Campus Barra do Pirai, do Centro Universitário Geraldo Di Biase, e contou com atividades práticas interativas ministradas pelos alunos do 8° período de Biomedicina, onde cada oficina foi ministrada no laboratório pertinente a sua área temática.

A divulgação oficial do evento ocorreu por meio do cartaz confeccionado pelos alunos (figura 2), divulgado em redes sociais e enviado, junto com as cartas de anuências, às escolas convidadas.

Figura 2. Cartaz do evento do Projeto de Extensão

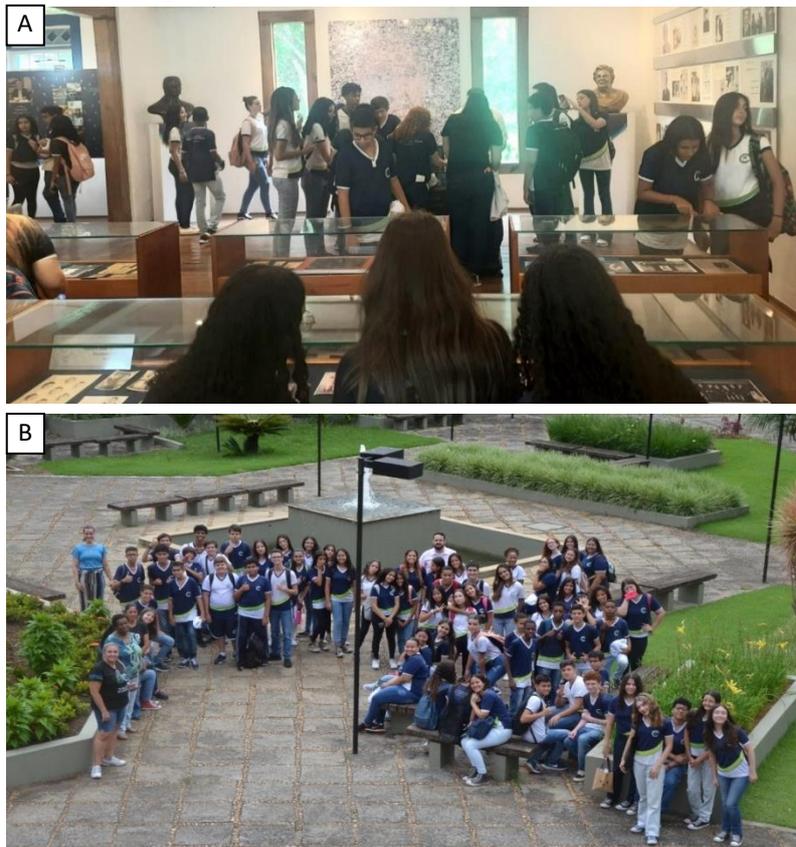
O cartaz apresenta o seguinte conteúdo:

- PROJETO DE EXTENSÃO À COMUNIDADE**
- BIOMEDICINA SEM FRONTEIRAS: DE PORTAS ABERTAS PARA VOCÊ**
- OFICINAS**
 - MICROBIOLOGIA**: O reino invisível que você consome (acompanhado de uma lupa sobre um hambúrguer).
 - PARASITOLOGIA**: A verdade por trás de hortaliças mal lavadas (acompanhado de uma minhoca).
 - ENTORPECENTES**: Conscientização em ação: drogas não! (acompanhado de um símbolo proibido sobre drogas).
 - ANATOMIA DO SISTEMA URINÁRIO**: Urina e sua coloração: não deixe ela ser a vilã! (acompanhado de um sistema urinário).
 - ESTÉTICA**: De cara com a acne: conceitos e tratamentos (acompanhado de um rosto com acne).
 - DOAÇÃO DE SANGUE**: Está no sangue fazer o bem: doe você também! (acompanhado de um coração e punhos).
- 27/11/23**
- A partir de 13:30h**
- UGB - Campus Barra do Pirai**
- MAIS INFORMAÇÕES (24) 2447-4724**
- Centro Universitário Geraldo de Biase - UGB**
Fundação Educacional Rosemar Pimentel - FERP

Fonte: Acervo dos autores. Confeccionado pelos discentes (2023).

No dia do evento, os alunos e professores da Educação Básica foram recepcionados e acolhidos pelo Coordenador do Curso de Biomedicina e pela Professora encarregada do Projeto. Juntos, guiaram os alunos pelos diversos setores do campus de Barra do Pirai, apresentando as instalações relevantes para todos os cursos ofertados no campus, o museu (Figura 3A), auditório, capela, enfim, todo o campus (Figura 3B).

Figura 3. Visita dos alunos pelas instalações do campus



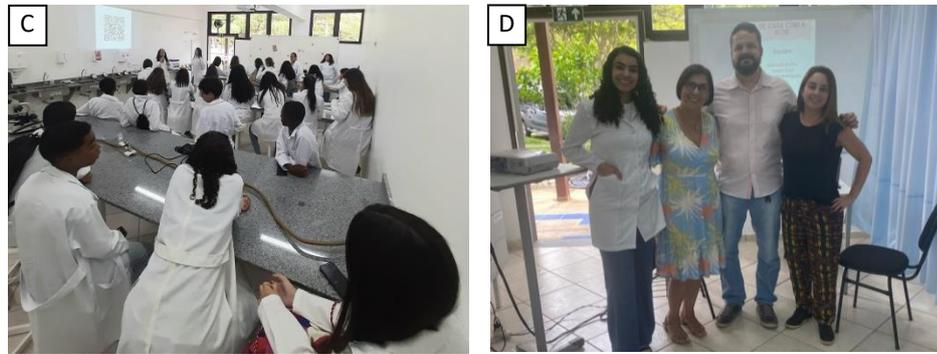
A. Visita ao museu; B. Foto no pátio. Fonte: Acervo dos autores (2023).

Posteriormente, os alunos foram organizados em grupos, sendo cada equipe designada a um estudante do Curso de Biomedicina, que desempenhou o papel de articulador. Esses grupos foram então encaminhados em um sistema rotativo para participarem das diversas oficinas temáticas.

Durante as oficinas, os alunos interagiam ativamente com os estudantes concluintes da graduação. Estes apresentavam as temáticas de maneira dinâmica, utilizando experimentos laboratoriais previamente preparados em laboratórios, projeções visuais, peças anatômicas e sintéticas, *quizzes*, jogos de adivinhações, entre outras abordagens (Figura 4).

Figura 4. Visita dos alunos pelas oficinas didáticas

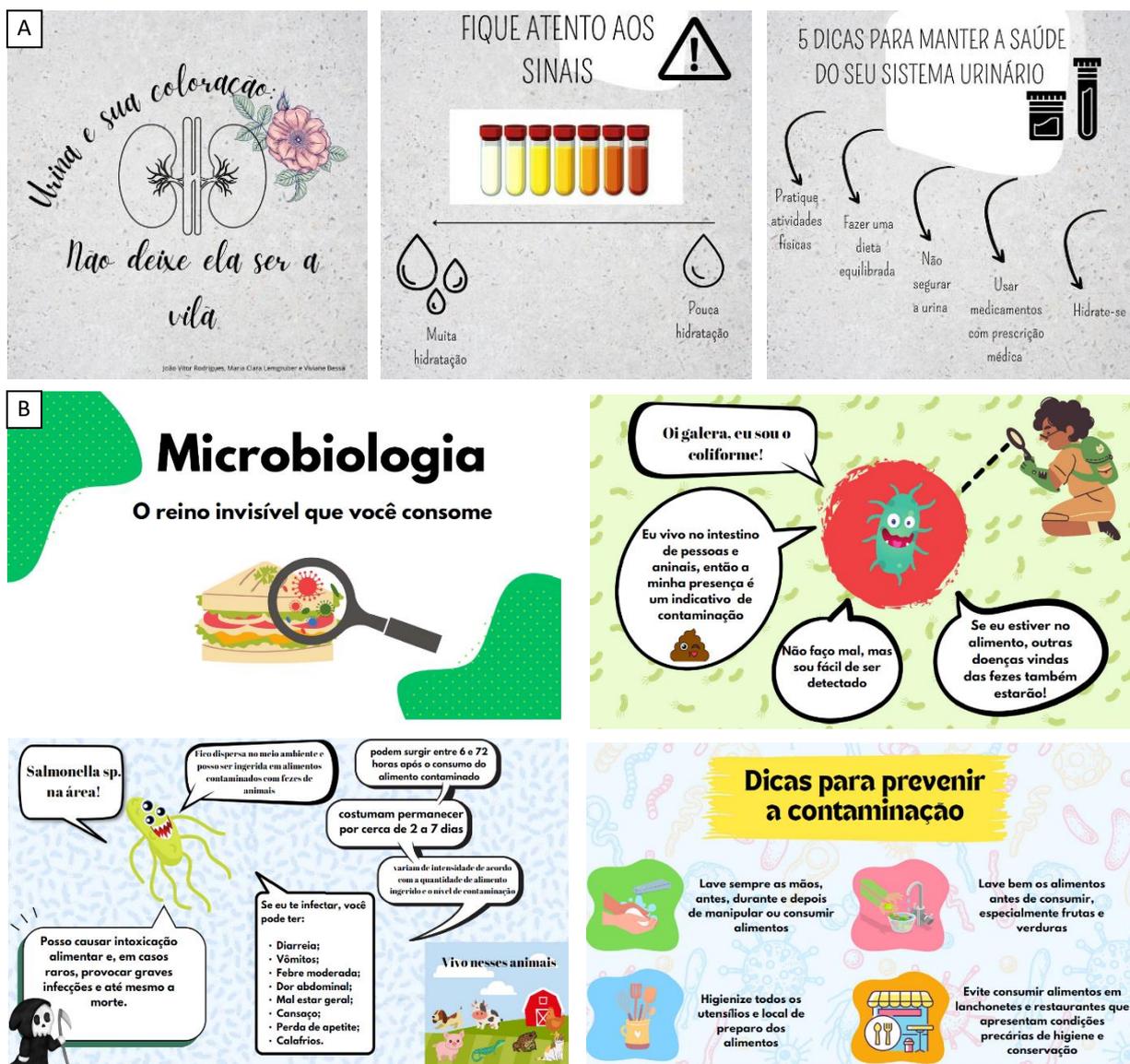




Legenda: alunos visitando as oficinas de parasitologia (A), microbiologia (B), doação de sangue (C), sistema urinário (D), entorpecentes (E) e estética (F) com a presença da diretora do Instituto de Saúde e Educação, Conceição Panizzi; do Coordenador Felipe Cruz e Professora Tatiana Fulco, do Curso de Biomedicina. Fonte: Acervo dos autores (2023).

Ao término de cada oficina, os alunos eram instruídos a escanear o *QR code* contendo o folheto virtual informativo (Figura 5; anexos A, B, C e D). Essa abordagem possibilitava a disseminação dos principais saberes que cada oficina se propunha a transmitir.

Figura 5. Exemplo de folheto informativo de duas oficinas



Legenda: folheto informativo: A. oficina de Sistema Urinário; B. oficina de Microbiologia. Os demais folhetos estão incluídos como anexo devido ao tamanho.

Fonte: Acervo dos autores. Confeccionado pelos discentes (2023).

Além disso, os participantes eram convidados a compartilhar, voluntariamente, seu nível de satisfação após a interação, através de marcação simples de um formulário que estava disponível em cada oficina (Figura 6).

Cada formulário era composto pelo título da oficina (Figura 6 AB), juntamente com o painel de satisfação (Figura 6 C), que apresentava a questão fechada: "Como você avalia a presente oficina?". Logo abaixo, estavam as opções de resposta utilizando a escala de avaliação tipo *Likert*, graduada em cinco pontos, dispostos em ordem crescente de valorização, conforme orientado por Souza et al. (2022). A escala desenvolvida para o estudo é simétrica, contendo um número equitativo de categorias positivas e negativas. Adota-se uma categoria central intermediária entre as opções positivas e negativas para casos de indecisão.

As categorias foram representadas por emojis com cores correlacionadas às respostas, acompanhados de descrições explicativas das 5 possibilidades: muito ruim, ruim, razoável, bom e excelente (Figura 6 C).

Figura 6. Exemplo de Formulário de satisfação



Título da oficina de arasitologia; B. Título da oficina de Doação de sangue; C. Painel de satisfação adicionado junto a cada título com escala *likert* de respostas possíveis.

Fonte: Acervo dos autores. Confeccionado pelos discentes (2023).

3.2 Nível de satisfação dos alunos visitantes na interação com as oficinas: análise, conquistas, desafios, potencialidades e discussões

O evento teve a participação de 70 alunos de uma escola do Município de Barra do Piraí, além dos docentes e monitores que os acompanhavam. Foi organizado em três grandes grupos, coordenados por um discente do curso. Esses articuladores guiaram o rodízio pelas oficinas, garantindo que todas fossem visitadas sem ocorrência de coincidências ou longas esperas.

Outras três escolas que estavam confirmadas, cancelaram a presença devido à época do ano e imprevistos como provas e distância geográfica, o que dificulta para as escolas da rede pública que não dispõem de recursos próprios para o deslocamento. Mas ainda assim o evento foi até as 17h30, conforme programado, com o grupo do Colégio de Barra do Piraí.

Os estudantes expressaram sua satisfação em relação a cada oficina de forma voluntária. Esses dados foram consolidados, apresentando-se por meio de representação fracionada por oficina na figura 7.

Figura 7. Gráfico de grau de satisfação dos alunos por cada oficina didática

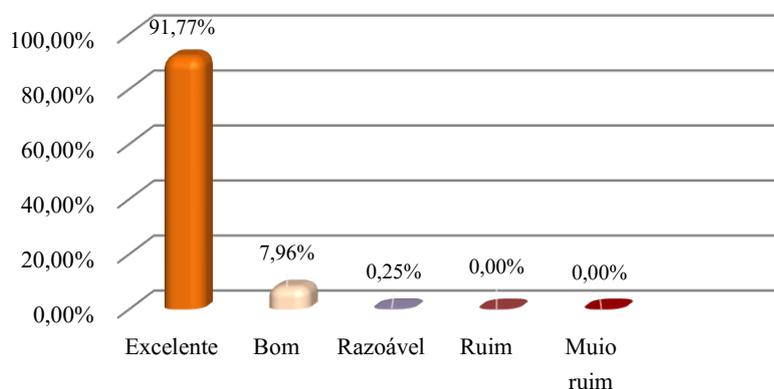


Fonte: elaborado pelos autores (2023)

Nota-se que a maioria dos alunos avaliou de forma positiva todas as oficinas visitadas, atribuindo a classificação máxima de categoria positiva, indicando um grau de excelência para essas atividades. A exceção foi a oficina de Doação de Sangue, que recebeu 22 avaliações na categoria "Bom".

Ao contabilizar os resultados das avaliações de todas as oficinas, obtém-se a representação percentual dos valores totais, conforme evidenciado na figura 8.

Figura 8. Gráfico de grau de satisfação total dos alunos no evento



Total	n	357	31	1	0	0
	%	91,77%	7,96%	0,25%	0%	0%

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Os dados apresentados nesta figura 8 proporcionam uma análise abrangente do nível de satisfação dos alunos durante o evento. Isso ocorre porque ele reflete a soma dos níveis de satisfação de todas as oficinas, proporcionando uma visão global. Observa-se, portanto, que a expressiva maioria dos alunos, representando 91,77% das avaliações, classificou o evento como "Excelente", evidenciando as potencialidades da iniciativa. Este resultado sugere que o evento não apenas atendeu às expectativas, mas superou-as.

Em seguida, 7,96% expressaram satisfação na categoria "Bom". E uma pequena proporção de 0,25% indicou a categoria "Razoável". Essas duas últimas categorias oferecem *insights* valiosos para compreender os desafios percebidos por uma minoria. No entanto, a ausência de avaliações nas categorias "Ruim" e "Muito ruim" sugere que, globalmente, as experiências negativas foram mínimas ou inexistentes.

Ao observar esses dados, e correlacioná-los ao cenário global do evento desde seu planejamento, é possível elencar os seguintes aspectos (Figura 9) relacionados as conquistas, desafios e potencialidades do projeto de extensão.

Figura 9. Conquista, desafios e potencialidades



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

O principal desafio identificado pelos alunos e professores responsáveis pelo planejamento do evento durante todo o processo de organização foi a barreira geográfica. Várias escolas convidadas eram da rede pública de ensino, e tanto a falta de recursos para custear o transporte, quanto o apoio por parte de suas prefeituras para esse fim, dificultou significativamente a participação delas no evento.

As potencialidades foram identificadas desde a fase de organização do evento, quando os estudantes tiveram que gerenciar e adaptar as oficinas didáticas, incorporando tanto elementos teóricos quanto práticos, de maneira adequada ao público-alvo. Essa tarefa foi realizada com sucesso, resultando em uma recepção positiva por parte dos alunos da Educação Básica. Durante o evento, a acolhida e a troca de conhecimentos transcorreu de forma tranquila e participativa.

Os alunos da Educação Básica se mostraram “extasiados” pela estrutura laboratorial, e pelas atividades interativas nas quais eram sujeitos ativos do processo. O interesse e curiosidade deles foi um fator evidente através das atividades diferenciadas em ambientes laboratoriais que foram propostas, motivando os alunos a terem uma experiência interativa e dinâmica. Junior, Alves, Barbosa (2020) alegam que esse tipo de evento é de grande importância, pois permitem uma experiência prática, fora de sala de aula habitual, onde os estudantes podem associar seus saberes teóricos com a prática de problemas do cotidiano, muitas vezes passados despercebidos.

Fiocruz (2015) ressalta neste sentido, que o envolvimento da comunidade e estudantes nessas iniciativas que envolvem cunho social e de conscientização, se mostra como crucial para auxiliar na construção da cidadania, uma vez que podem ser discutidas soluções para essas temáticas e situações-problemas.

Desta forma, anseia-se que, outras oportunidades de Projetos de Extensão à Comunidade com esse perfil sejam concretizadas, visando despertar o interesse dos alunos e contribuindo tanto no seu processo de aprendizagem e consequente rendimento escolar, quanto no aspecto social formativo ao disseminar os saberes assimilados em sua realidade.

Esse aspecto corrobora com a fala de Davi; Aguiar; Mamede (2017), ao enfatizar que os projetos de extensão, se constitui como um trabalho interdisciplinar que multiplica os conhecimentos adquiridos nas universidades para a sociedade, tem a capacidade de promover uma conduta reflexiva, problematizadora e investigativa. Ademais, tem também, uma grande importância em fornecer informações sobre as formas de ingresso à universidade e dos cursos superiores à comunidade escolar, contribuindo para desvendar aptidões.

Ademais, a própria LDB, em seu artigo inicial, define a educação como um conjunto de processos formativos que ocorrem na vida familiar, na interação social, no ambiente de trabalho, nas instituições dedicadas ao ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas expressões culturais. Complementar a esse aspecto, a referida Lei ainda preconiza como uma das finalidades da Educação Superior a promoção da extensão, acessível à participação da comunidade, com o propósito de divulgar as realizações e vantagens provenientes da produção cultural, pesquisa científica e avanços tecnológicos gerados pela instituição (BRASIL, 1996).

A partir desse princípio, surge a imperatividade de ampliar os conhecimentos construídos em torno da ciência nas Instituições de Ensino Superior, integrando-os à Educação Básica. Essa integração não apenas visa compartilhar conceitos cruciais, mas também despertar o interesse científico dos alunos, enriquecendo significativamente seu processo formativo, principalmente no eixo das expressões culturais, da saúde e do meio ambiente.

Conforme menciona Bertoldo; Cunha (2016), torna-se essencial reconhecer as Ciências como um elemento fundamental na formação cultural dos jovens e estabelecer estratégias para fomentar essa cultura tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. E ao promover a integração entre as realidades do ensino superior e a Educação Básica, enriquece-se o processo formativo de ambas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação oportunizada pelo Projeto de Extensão à Comunidade “Biomedicina sem fronteiras: de portas abertas para você”, promoveu uma articulação entre discentes da graduação do Curso de Biomedicina, com alunos da Educação Básica, onde os primeiros puderam efetuar uma autogestão dos saberes científicos assimilados no decorrer do Curso de Biomedicina, disseminando-os para os segundos agentes do processo. Estes, por sua vez, experienciaram uma vivência dinâmica, distinta a sua rotina escolar, com práticas laboratoriais e modos de mediação de saberes que oportunizam aprendizado significativo e reflexivo, sobre temas relevantes atrelados a saúde e meio ambiente que lhes são rotineiros.

Os resultados obtidos no estudo corroboram de maneira consistente com seu objetivo, fornecendo uma visão abrangente que destaca não apenas o sucesso do evento, mas também áreas específicas de êxito e áreas potencialmente passíveis de aprimoramento para futuras edições, como busca por condução para trazer alunos da rede pública, visando ampliar o alcance do evento.

Ademais, a concretização do evento cumpre com uma das finalidades que a LDB preconiza, de estreitar os laços entre ensino superior e Educação Básica, que transcende a mera transferência de conhecimento; ele implica em uma abordagem integrada que promova a sinergia entre os

diferentes patamares educacionais. A aproximação entre ensino superior e Educação Básica não apenas enriquece a formação dos futuros profissionais, mas também impulsiona a qualidade do ensino oferecido nas escolas primárias e secundárias.

Nesse sentido, o estudo evidencia a importância de eventos de extensão na construção de pontes entre os diferentes níveis educacionais. E compreender a importância dessa relação é essencial para a construção de uma base educacional sólida e abrangente, capaz de atender às demandas de uma sociedade em constante evolução. Portanto, anseia-se que o modelo adotado neste projeto de extensão sirva como inspiração e estímulo para iniciativas futuras.

REFERÊNCIAS

BERTOLDO, Raquel Roberta; CUNHA, Marcia Borinda. Feiras de ciências na escola. **Revista Atos de Pesquisa em Educação**. vol. 11, n. 1, p. 293-318, jan./abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2016v11n1p293-318>. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/4865>. Acesso em: 6 Dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 08 Nov. 2023.

COSTA, Leonardo Oliveira; MARQUES, Gabriel Stéfano de Oliveira; ADAMS, Fernanda Welter; NUNES, Simara Maria Tavares. O projeto de extensão feiras de ciências da ufcát: uma ação baseada na articulação ensino, pesquisa e extensão? **Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina, v. 11, n. 1, p. 02-17, 2023.

DAVI, Eliza Vieira; AGUIAR, Livia Mendonça de; MAMEDE, Carla Cristine Neves. **Feira de ciências agrárias de Monte Carmelo: relato de experiência de um projeto de extensão universitária com alunos do ensino médio**. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/6806/4434>. Acesso em: 06 Dez. 2023.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Múmia do período pós-colonial ajuda a solucionar impasse sobre doenças**. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz. 2015. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2281&s id=32&tpl=printerview>. Acesso em: 08 Nov. 2023.

JUNIOR, Francisco; ALVES, Thiago; BARBOSA, Vanessa. **Ascaridíase, himenolepíase, Amebíase e Giardíase: uma atualização**. Educ. Ci. e Saúde, v. 7, n. 1, p. 234-250, jan./jun., 2020.

MOREIRA, Marco Antonio. Subsídios Teóricos para o Professor Pesquisador em Ensino de Ciências. **Coletânea de breves monografias sobre teorias de aprendizagem como subsídio para o professor pesquisador, particularmente da área de ciências**. Porto Alegre, Brasil. 2ª edição revisada. 64 p., 2016.

UGB. Extensão. **Centro Universitário Geraldo Di Biase**. [s/d]. Disponível em: <http://www2.ugb.edu.br/extensao>. Acesso em 10 dez. 2023.

VEJA COMO HIGIENIZAR HORTALIÇAS

1. Higienizar adequadamente as mãos para a manipulação dos alimentos e as superfícies onde serão feitos o pré-preparo das hortaliças.



2. Selecione, retirando as partes deterioradas e com sujidades.



3. Lavar folha por folha em água corrente.

4. Preparar solução clorada, contendo uma colher de sopa de água sanitária para um litro de água.



5. Colocar as folhas imersas na solução clorada por quinze minutos.



6. Enxaguar bem todas as folhas.



7. Secar com papel toalha e armazenar em sacos plásticos transparente.



CONSCIENTIZAÇÃO EM AÇÃO: DROGAS NÃO!



Drogas são substâncias químicas que quando introduzidas no corpo podem alterar a função fisiológica e mental de uma pessoa. Sejam elas Drogas Lícitas ou Ilícitas.



EFEITOS DA DROGA NO ORGANISMO



Doenças cardiovasculares

Insuficiência Hepática

Parada Cardíaca



O uso de drogas afeta profundamente os jovens e adolescentes.



A participação da família é muito importante para prevenir o uso de drogas.

ESTÁ NO SANGUE FAZER O BEM, DOE VOCÊ TAMBÉM!



REQUISITOS BÁSICOS PARA DOAÇÃO DE SANGUE

- Estar saudável** (Ícone de coração com batimento cardíaco)
- Evitar alimentos gordurosos** (Ícone de uma tigela com alimentos)
- Não estar em jejum** (Ícone de uma pessoa com uma seta apontando para cima)
- Identificação com foto** (Ícone de uma pessoa com uma carteira)
- mínimo 50kg** (Ícone de uma balança)
- 16 a 69 anos de idade** (Ícone de um relógio)
- Se a doação for depois do almoço, aguardar 2 hrs para doar** (Ícone de um relógio)
- Dormir pelo menos 6 horas 1 dia antes** (Ícone de uma cama)

PRINCIPAIS IMPEDIMENTOS NA DOAÇÃO DE SANGUE

- Gravidez** (Ícone de uma mulher grávida)
- Amamentação** (Ícone de uma mulher amamentando)
- Tatuagem de menos de 1 ano** (Ícone de uma tatuagem)
- Febre alta** (Ícone de uma pessoa com febre)
- Drogas ilícitas** (Ícone de uma folha de cocaína)
- Vírus e bactérias** (Ícone de um vírus)

você sabia?

- Triagem Rápida (perguntas sobre a saúde)** (Ícone de uma enfermeira e um paciente)
- 1 Bolsa de sangue salva 4 vidas** (Ícone de uma bolsa de sangue e quatro pessoas)
- Coleta rápida (8 a 12 min)** (Ícone de uma pessoa doando sangue)
- Folga** (Ícone de um calendário)
- Folga para funcionário público civil ou militar** (Ícone de um calendário)

PÓS DOAÇÃO DE SANGUE

- Evitar esforços físicos exagerados por pelo menos 12 horas** (Ícone de uma pessoa correndo)
- Manter o curativo no local da punção por pelo menos quatro horas** (Ícone de um curativo)
- Evitar bebidas alcoólicas por 12 horas** (Ícone de uma taça de vinho)
- Aumentar a ingestão de líquidos** (Ícone de um copo de água)
- Não fumar por cerca de 2 horas** (Ícone de um cigarro com um sinal de proibido)
- Não dirigir veículos de grande porte** (Ícone de um caminhão)

QUEM DOA PRA QUEM?

A PODE RECEBER DE: A+ A- O+ O- PODE DOAR PARA: A+ AB+	B+ PODE RECEBER DE: B+ B- O+ O- PODE DOAR PARA: B+ AB+	A PODE RECEBER DE: A- O- PODE DOAR PARA: A+ A- AB+ AB-	O- PODE RECEBER DE: O- PODE DOAR PARA: A+ A- B+ B- AB+ AB- O+ O-
O+ PODE RECEBER DE: O+ O- PODE DOAR PARA: A+ B+ AB+ O+	AB+ PODE RECEBER DE: A+ A- B+ B- AB+ AB- O+ O- PODE DOAR PARA: AB+	B PODE RECEBER DE: B- O- PODE DOAR PARA: B+ B- AB+ AB-	AB PODE RECEBER DE: A- B- AB- O- PODE DOAR PARA: AB+ AB-

Fonte: Acervo dos autores. Confeccionado pelos discentes (2023).

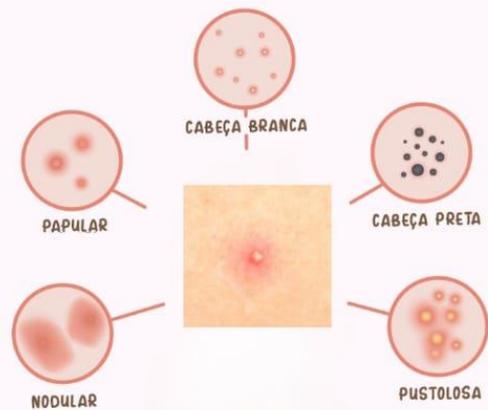
DE CARA COM A ACNE

O QUE É A ACNE?



Acne é uma doença de pele que ocorre quando as glândulas secretoras de óleo tornam-se inflamadas ou infectadas, provocando cravos, espinhas, cistos, caroços e cicatrizes.

TIPOS DE ACNE



DICAS PARA TRATAR A ACNE



Fonte: Acervo dos autores. Confeccionado pelos discentes (2023).

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: Perspectivas Econômicas e Sociais

Monica Menezes¹

Vanessa Nunes²

Elisa Ferreira Silva de Alcantara³

O presente estudo apresenta uma visão abrangente e articulada sobre a evolução do conceito histórico da inclusão, abordando suas diversas dimensões nos contextos social, político e educacional. A análise do impacto da inclusão no âmbito acadêmico destaca a transição de uma mera presença nas salas de aula para uma abordagem abrangente, ressaltando os desafios e oportunidades que surgem nesse processo e sua influência na preparação dos indivíduos para o cenário profissional.

A conexão entre a trajetória acadêmica e a entrada no universo profissional oferece uma análise sólida dos desafios enfrentados durante a escolarização e a formação profissional, destacando a relevância da discussão sobre a lei de cotas para deficientes como um instrumento vital na promoção da equidade de oportunidades.

Em suma, esse artigo proporciona uma visão abrangente e equilibrada do tema da inclusão, abordando desde suas origens históricas até os desafios contemporâneos nos campos acadêmico e profissional, com destaque para a crucial influência da legislação, como a lei de cotas, na busca por uma sociedade inclusiva e igualitária.

CONCEITO HISTÓRICO DA INCLUSÃO

A Educação Especial tem percorrido um caminho marcado por significativos avanços ao longo de sua trajetória. Estes avanços são notáveis não apenas no entendimento da condição social da deficiência, mas também na transformação do atendimento oferecido às pessoas com deficiência nas instituições de ensino. Segundo Januzzi (2012), esse progresso foi impulsionado pelo rompimento com paradigmas tradicionais, como a exclusão, a institucionalização e a integração.

A inclusão se alicerça no princípio de que cada indivíduo possui o direito fundamental de ser reconhecido como membro igualitário da comunidade. Este reconhecimento não se limita à teoria, mas busca ativamente a participação ativa em todas as esferas da vida. Seja na educação, no trabalho, na cultura, na política ou na tecnologia, a inclusão propaga a noção de que a diversidade é um ativo valioso que enriquece a tessitura social. A equidade e justiça são pilares essenciais dessa filosofia inclusiva.

Ao discorrer sobre a educação inclusiva, é imperativo resgatar o percurso de batalhas, triunfos e investigações que solidificaram essa abordagem pedagógica como um paradigma de progresso educacional. Durante a década de 90, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e movimentos sociais voltados à defesa dos direitos das pessoas com deficiência uniram esforços em torno desse tema, culminando na divulgação de documentos cruciais. Desde a emissão da Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1994 até a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, posteriormente incorporada à Constituição Federal sob a forma da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em 2015, um extenso conjunto legal foi estabelecido para respaldar a luta contra a exclusão, segregação e integração. A exclusão representava o impedimento direto ou indireto do acesso à escolarização, consistindo na separação de alunos com necessidades especiais e barrando o pleno exercício do direito à educação. A segregação ocorria quando estudantes com deficiências eram confinados a ambientes separados, como escolas especiais, criando um distanciamento forçado em relação aos colegas. Isso não apenas perpetuava a ideia de diferença, mas também contribuía para estigmas e preconceitos.

Por sua vez, a integração, embora tenha avançado em relação à segregação, manteve os alunos separados em salas especiais, não alcançando plenamente os objetivos da inclusão. Mesmo buscando adaptar os alunos ao sistema regular de ensino, não proporcionava um ambiente igualitário e participativo para todos. A mudança ocorre com a inclusão, uma reforma sistêmica que vai além da simples adaptação, envolvendo ajustes nos métodos de ensino e criando um ambiente que respeita e valoriza as diferenças.

¹ Graduada em Pedagogia (UGB).

² Graduada em Pedagogia (Unicesumar).

³ Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ).

A educação inclusiva não visa uniformizar, mas sim reconhecer e celebrar a diversidade, promovendo a participação de todos, independentemente de suas características. Essa abordagem beneficia não apenas os alunos com deficiência, mas também toda a comunidade escolar. A troca de experiências, compreensão mútua e respeito pelas diferenças enriquecem o ambiente educacional, preparando os estudantes para uma convivência harmoniosa em uma sociedade diversificada.

Esses marcos legais não apenas refletem um comprometimento internacional com a inclusão educacional, mas também moldam as bases para uma transformação significativa nas políticas e práticas educacionais em nível global. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por sua vez, desempenhou um papel fundamental ao reconhecer e promover a igualdade de oportunidades no campo educacional. Ao ser internalizada na legislação brasileira como parte da Lei Brasileira de Inclusão, a Convenção solidificou-se como um instrumento jurídico essencial na promoção da educação inclusiva no país. Este documento legal não apenas proíbe a discriminação nas instituições educacionais, mas também demanda a criação de condições que assegurem a participação plena e efetiva de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou características.

Meirieu (2005, p. 44) nos ajuda nessa direção quando afirma:

Abriu a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola [...]. A Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva.

Dessa forma, ao refletirmos sobre o trajeto histórico da educação inclusiva, percebemos que não se trata apenas de uma evolução normativa, mas de uma mudança de paradigma que impacta diretamente na sociedade.

A partir de 2015, com a implementação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), o país testemunhou um aumento significativo no número de matrículas de estudantes com deficiência nas escolas comuns. Segundo dados do Censo Escolar realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2019, o percentual de matrículas desses estudantes nas escolas comuns aumentou notavelmente, passando de 46,8% em 2007 para impressionantes 87% em 2019.

Matrículas

Número de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, em classes comuns e classes especiais – Brasil – 2009 e 2019

Por etapa de ensino

	Classes Comuns		Classes especiais + Escolas Especializadas		Total	
	2009	2019	2009	2019	2009	2019
Educação Infantil	27.031	99.105	47.748	8.850	74.779	107.955
Ensino Fundamental	333.623	846.801	200.688	149.939	534.311	996.740
Ensino Médio	25.659	140.141	3.132	1.347	28.791	141.488
Educação Profissional	718	4.758	1.119	26	1.837	4.784
Educação Básica	387.031	1.090.805	252.687	160.162	639.718	1.250.967

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1 e 2.

Figura 01: Microdados do Censo Escolar Fonte: MEC/Inep/DEED

Esse crescimento expressivo reflete o compromisso e a eficácia das políticas inclusivas estabelecidas pela LBI, que estabeleceu legalmente as condições para a implementação do sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino.

Atualmente, a inclusão no Brasil enfrenta desafios persistentes, incluindo a falta de infraestrutura acessível, o estigma social e as desigualdades econômicas. No entanto, diversos projetos, organizações não governamentais e iniciativas buscam promover a inclusão e sensibilizar a sociedade para a importância da diversidade.

OS DESAFIOS DA ESCOLARIZAÇÃO PARA ALUNOS DE INCLUSÃO

A inclusão de alunos atípicos no ambiente escolar representa um progresso notável, no entanto, essa prática enfrenta uma série de desafios que precisam ser superados para garantir uma educação efetiva e inclusiva. Os desafios da escolarização para alunos de inclusão são diversos e abrangem diferentes aspectos, desde a adaptação do ambiente físico até a formação de professores e a promoção de uma cultura inclusiva.

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para

se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população (GADOTI, 2007, p. 12).

Por tanto, Gadoti destaca a interdependência entre a escola e a sociedade na qual está inserida. Ele enfatiza que a escola não tem o poder de transformar tudo sozinha, sendo tanto influenciada quanto influenciadora do contexto social que a envolve.

Sabemos que a formação dos professores é importante para o sucesso da inclusão. Muitos educadores não recebem a preparação necessária para lidar com as demandas específicas de alunos com deficiência, o que pode resultar em uma abordagem inadequada no processo de ensino, programas de capacitação e atualização constante dos profissionais da educação é fundamental para garantir um ambiente inclusivo e acolhedor.

A diversidade de necessidades dos alunos de inclusão também representa um desafio. Cada estudante pode ter características e exigências distintas, o que demanda uma abordagem individualizada. A personalização do ensino, com adaptações curriculares e estratégias pedagógicas diferenciadas, é essencial para atender às necessidades específicas de cada aluno e garantir o seu pleno desenvolvimento. Outro desafio enfrentado pelos alunos de inclusão é o preconceito e a falta de aceitação por parte dos colegas. A promoção de uma cultura inclusiva, que valorize a diversidade e estimule a empatia, é fundamental para criar um ambiente escolar acolhedor.

A conscientização sobre as diferenças, a realização de atividades que promovam a interação entre todos os estudantes e o combate ao bullying são ações importantes nesse sentido.

[...] deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação [...] os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças. (ZOÍÁ, 2006, p. 23)

Esse posicionamento reflete a compreensão de que a educação não se limita apenas à transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas também desempenha um grande papel na formação de cidadãos conscientes, capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e respeitosa.

PROMOVENDO A INCLUSÃO NO MUNDO ACADÊMICO E PROFISSIONAL

A inclusão no mundo acadêmico e profissional é uma necessidade ética e social, refletindo não apenas a diversidade presente em nossas sociedades, mas também o compromisso com a equidade e a justiça. Tornar os ambientes acadêmicos e profissionais acessíveis e acolhedores é uma tarefa complexa, mas crucial para garantir que todos tenham a oportunidade de participar plenamente e contribuir para um mundo mais rico e inovador.

No âmbito acadêmico, a promoção da inclusão começa com políticas de admissão que incentivam a diversidade.

A Educação Superior recebeu as seguintes diretrizes na Política Nacional de Educação Especial (PNEE) de 2008.

[...] planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008).

É fundamental criar oportunidades para estudantes de diversas origens, garantindo, ao mesmo tempo, suporte financeiro e acadêmico para superar desafios específicos. Além disso, um currículo inclusivo é essencial, refletindo uma variedade de perspectivas e culturas, e integrando temas de diversidade em diferentes disciplinas.

A acessibilidade também desempenha um papel importante. As instituições acadêmicas devem garantir que suas instalações e tecnologias sejam acessíveis a todos, incluindo pessoas com deficiência, e oferecer recursos, como materiais de leitura em formatos acessíveis. O suporte social não pode ser subestimado, sendo essencial estabelecer grupos de apoio e redes para estudantes de minorias, bem como programas de mentoria para facilitar a transição para o ambiente acadêmico.

Com base nos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), observa-se um crescimento no ingresso de pessoas atípicas no ensino superior. Esse aumento representa uma importante oportunidade para a elevação do nível de instrução, contribuindo diretamente para a formação de profissionais mais capacitados. Como resultado, empresas e diversos setores têm a possibilidade de contar com profissionais mais capacitados, o que, por sua vez, promove benefícios para a sociedade e o mercado de trabalho.

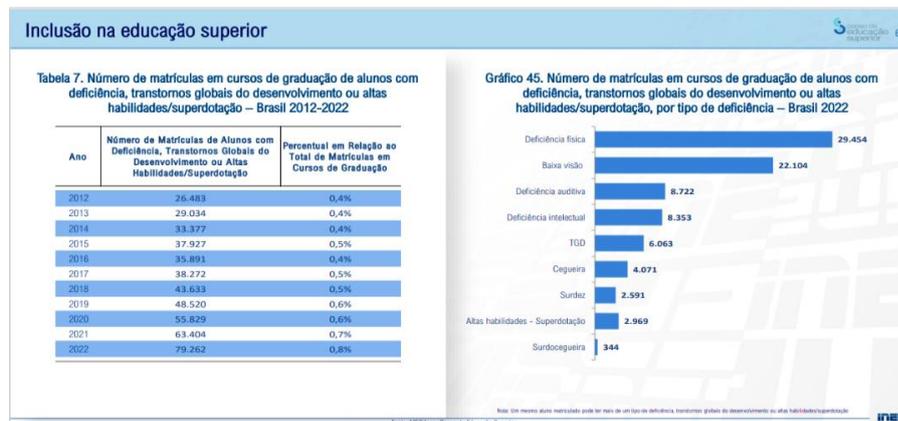


Figura 02: Microdados do Censo Escolar - Fonte: MEC/Inep/DEED

No mundo profissional, a seleção justa é um ponto de partida fundamental. Práticas de seleção que evitam preconceitos e incluem uma variedade de canais para divulgação de vagas são essenciais para atrair talentos diversos. O desenvolvimento profissional também deve ser acessível a todos, com programas de mentoria e patrocínio desempenhando um papel fundamental no crescimento de profissionais de grupos sub-representados.

A criação de uma cultura organizacional inclusiva é um componente-chave no ambiente profissional.

A respeito disso Duarte (2013, p.23) comenta: “[...] o trabalho como atividade vital humana, não é apenas uma atividade que assegura a sobrevivência do indivíduo que a realiza e de outros imediatamente próximos a ele, mas uma atividade que assegura a existência da sociedade”. (DUARTE, 2013, p. 23)

Valorizar a diversidade e a inclusão deve ser incorporado à essência da cultura da empresa, sensibilizando os funcionários sobre a importância desses valores e como criar ambientes inclusivos. Flexibilidade e adaptação são igualmente importantes, com políticas de trabalho flexíveis e a disposição para fazer adaptações razoáveis para atender às necessidades específicas dos funcionários.

Eles aspiram por serem identificados não apenas pela condição de pessoas com deficiência, mas também pelo papel que desempenham em diversas profissões. O desejo é ser reconhecido não apenas pela singularidade da experiência, mas também pela diversidade de habilidades e contribuições em diferentes campos profissionais.

A verdadeira inclusão não apenas reconhece a diversidade, mas a celebra e a utiliza como uma força motriz para o progresso e a excelência.

Inserção de atípicos no mercado de trabalho: Desafios e Oportunidades

A participação de indivíduos com deficiência no ambiente profissional é uma peça-chave na busca por uma sociedade mais justa. Ao longo dos anos, já se obteve grandes avanços, mas ainda existem desafios a serem superados para garantir uma participação plena e efetiva desses indivíduos no ambiente profissional.

Um dos principais desafios é a superação de estigmas e preconceitos que cercam a contratação de pessoas com deficiência. Muitas vezes, a falta de compreensão sobre as habilidades desses profissionais leva a equívocos na avaliação de sua capacidade para desempenhar determinadas funções. Muito do receio anteriormente existente se fundamentava na percepção de que pessoas atípicas, historicamente, não tinham acesso significativo à educação formal e conhecimento. No entanto, com todos os marcos legais que os amparam, observa-se uma mudança substancial, evidenciada pelo crescente ingresso desses indivíduos no ensino superior. Em 2023, já testemunhamos a presença de uma parcela mais qualificada dessa população. A expectativa é de que, com o decorrer dos anos, um número crescente de pessoas atípicas adquirirá qualificações relevantes, fortalecendo ainda mais sua presença e contribuição no mercado de trabalho. Então é importante que as empresas promovam uma cultura organizacional inclusiva, sensibilizando seus colaboradores e promovendo a diversidade como um valor fundamental.

Adaptar os espaços físicos, proporcionar equipamentos adequados e oferecer treinamentos específicos são medidas essenciais para assegurar que pessoas com deficiência possam exercer suas funções de maneira eficiente e confortável. A tecnologia desempenha um papel vital nesse processo, oferecendo soluções inovadoras para garantir a igualdade de oportunidades.

Em diversos países, leis foram implementadas para incentivar a contratação de pessoas com deficiência, estabelecendo cotas mínimas e promovendo a igualdade de oportunidades. No entanto, é fundamental que essas leis sejam acompanhadas por políticas eficazes de fiscalização e incentivos às empresas que adotam práticas inclusivas.

IMPACTO SOCIAL E ECONÔMICO DA INCLUSÃO

A inclusão social e econômica emerge como uma força transformadora capaz de moldar comunidades, sociedades e economias de maneira positiva. Este fenômeno impacta profundamente em diversos aspectos, desencadeando uma série de efeitos benéficos que reverberam por toda a estrutura social.

No âmbito social, a inclusão desempenha um grande papel na redução das disparidades existentes. Ao proporcionar oportunidades equitativas a todos os membros da sociedade, independentemente de sua origem, gênero, etnia ou condição social, a inclusão atua como um agente nivelador, combatendo a desigualdade sistêmica. Esse processo não apenas promove justiça social, mas também fortalece os laços comunitários, construindo uma base sólida para uma sociedade mais coesa.

Ao possibilitar que indivíduos com diferentes perspectivas e experiências participem ativamente da sociedade, cria-se um ambiente culturalmente rico e dinâmico. A ampla gama de habilidades e talentos que emerge desse contexto diversificado não apenas enriquece as comunidades, mas também alimenta a inovação e impulsiona o progresso. Outro impacto social significativo é observado na promoção da cidadania ativa. Quando as pessoas se sentem incluídas, tornam-se mais propensas a se envolverem ativamente na comunidade, na política e em atividades cívicas. Esse engajamento fortalece a democracia e contribui para uma coesão social robusta, onde os cidadãos se sentem parte integrante do tecido social.

Além disso, a inclusão social demonstra influenciar positivamente a saúde mental das comunidades. A sensação de pertencimento e valorização reduz o isolamento social, proporcionando um ambiente propício para o bem-estar emocional e psicológico.

No que tange aos impactos econômicos, a inclusão assume o papel de catalisador para o crescimento econômico sustentável. Ao envolver uma gama mais ampla de talentos e habilidades na força de trabalho, cria-se um ambiente de cultura propício à inovação, o que contribui para o desenvolvimento econômico a longo prazo.

Aumento da produtividade é outra parte bem relevante. Empresas e organizações que abraçam a inclusão observam uma diversidade de pensamento que resulta em soluções mais criativas e eficientes para os desafios enfrentados. Esse ambiente inclusivo não apenas melhora a dinâmica interna das organizações, mas também se reflete positivamente nos resultados econômicos.

A inclusão também impacta diretamente o mercado de consumo. Ao ampliar o poder de compra de grupos historicamente marginalizados, ela não apenas cria novas oportunidades de negócios, mas também contribui para a expansão sustentável do mercado de consumo. Outro efeito econômico positivo está relacionado à redução de custos sociais. A inclusão social pode atuar como um amortecedor contra os custos associados à discriminação, como desemprego, assistência social e custos com saúde mental. Ao promover uma sociedade mais equitativa, ela contribui para a mitigação desses ônus sociais.

Por fim, a estabilidade social emerge como um benefício adicional da inclusão.

Ao reduzir a probabilidade de conflitos e aumentar a coesão social, ela cria um ambiente propício aos negócios e ao investimento, fomentando uma sociedade mais resiliente.

A inclusão social e econômica não é apenas uma questão de justiça e equidade, mas também uma força motriz para a construção de sociedades mais justas, resilientes e economicamente prósperas. Seu impacto positivo transcende os indivíduos, permeando todos os aspectos da vida em comunidade e estabelecendo os alicerces para um futuro mais promissor.

LEI DE COTAS PARA DEFICIENTES

As leis de cotas para pessoas com deficiência são instrumentos legais que visam promover a inclusão dessas pessoas em vários setores da sociedade, especialmente no mercado de trabalho. As leis de cotas variam de país para país e podem abranger diferentes áreas, mas muitas vezes estão relacionadas ao emprego, educação e acesso a serviços públicos.

Uma visão geral do funcionamento das leis de cotas para deficientes, com foco principalmente no contexto do Brasil. Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), no Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), promulgada em 2015, é uma legislação abrangente que trata da inclusão de pessoas com deficiência em vários aspectos da vida. Em relação ao emprego, a lei de cotas para pessoas com deficiência (8.213/91) estabelece a reserva de 2 a 5% de emprego para pessoas com deficiência. Empresas com 100 ou mais funcionários devem preencher uma porcentagem de seus cargos com pessoas com deficiência. A porcentagem varia de acordo com o tamanho da empresa.

A tabela apresenta detalhes sobre a distribuição percentual de vagas destinadas a Pessoas com Deficiência (PCDs), considerando o total de funcionários na empresa:

De 100 a 200 empregados.....	2%
De 201 a 500	3%
De 501 a 1.000	4%
De 1.001 em diante	5%

Figura 03: Proporção de contratação de pessoas com deficiência

Fonte: Artigo 93 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991.

As empresas também são obrigadas a realizar adaptações em seus ambientes e processos para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência.

As leis de cotas para pessoas com deficiência representam um marco importante na busca por igualdade e inclusão em diversas sociedades ao redor do mundo. Estas legislações têm como objetivo principal assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso equitativo a oportunidades de emprego, educação e participação plena na vida social.

No contexto profissional, as cotas para pessoas com deficiência visam garantir que as empresas e organizações tenham uma representação mais justa e inclusiva em seus quadros de funcionários. Ao reservar uma porcentagem específica de vagas para indivíduos com deficiência, essas leis incentivam a diversidade nos locais de trabalho, promovendo um ambiente mais rico em perspectivas e habilidades.

Além disso, as cotas para pessoas com deficiência têm o propósito de combater a discriminação e o preconceito que historicamente limitaram as oportunidades para esse grupo. Ao estabelecer metas quantitativas, a legislação visa criar uma mudança efetiva na cultura organizacional, incentivando a sensibilização e o respeito pela diversidade.

Na esfera educacional, as leis de cotas também desempenham um papel crucial. Elas buscam assegurar que estudantes com deficiência tenham acesso adequado a ambientes de aprendizado inclusivos e adaptados às suas necessidades específicas. Isso pode envolver a disponibilidade de recursos como salas acessíveis, materiais adaptados e suporte pedagógico especializado.

O debate em torno das leis de cotas para pessoas com deficiência envolve críticas que destacam possíveis desafios. Alguns argumentam que essas cotas podem criar a percepção errônea de que as contratações se baseiam mais em critérios de inclusão social do que em mérito, impactando negativamente a eficiência no ambiente de trabalho. Além disso, há preocupações sobre a qualificação dos beneficiários das cotas, com a sugestão de que, em alguns casos, falta empenho pessoal para aprimorar habilidades. No entanto, enfatiza-se que essas críticas não devem invalidar a importância das leis de cotas. Pelo contrário, ressaltam a necessidade de ajustes contínuos e a implementação de medidas educacionais para indivíduos com deficiência e sensibilização para empregadores e sociedade em geral. Uma compreensão mais profunda das habilidades desses profissionais pode promover um ambiente inclusivo, mitigando objeções e fortalecendo sua integração efetiva no mercado de trabalho.

A Transformação no Mercado de Trabalho Brasileiro com a Lei de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)

Como já relatado, a promulgação da LBI da Pessoa com Deficiência, em 2015, marcou um ponto de virada significativo na trajetória da inclusão no mercado de trabalho brasileiro. Antes da implementação dessa legislação pioneira, o cenário era marcado por desafios substanciais, refletindo-se em discriminação, barreiras arquitetônicas e falta de oportunidades para as pessoas com deficiência. O contraste entre o antes e o depois da Lei de Inclusão revela uma transformação notável.

Antes da Lei, as pessoas com deficiência encontravam-se frequentemente à margem do mercado de trabalho, enfrentando barreiras físicas e sociais que dificultavam ou até mesmo impossibilitavam sua inserção profissional. A falta de acessibilidade em ambientes laborais era uma realidade persistente, limitando a mobilidade e a participação plena desses profissionais. Além disso, a ausência de políticas claras de inclusão resultava em uma escassez de oportunidades e na perpetuação de estigmas relacionados à deficiência.

Com a promulgação da Lei de Inclusão, o panorama começou a se transformar de maneira gradual, mas substancial. A legislação não apenas trouxe à tona a necessidade premente de adaptações físicas nos locais de trabalho, mas também estabeleceu cotas obrigatórias para a contratação de pessoas com deficiência. Essas cotas, vinculadas ao tamanho das empresas, representaram um compromisso efetivo com a igualdade de oportunidades, rompendo com a inércia do passado.

A acessibilidade passou a ser uma prioridade, impulsionando empresas a investir em infraestrutura adaptada. Paralelamente, programas de capacitação e conscientização foram implementados para sensibilizar gestores e colegas de trabalho sobre a importância da inclusão. Processos seletivos foram ajustados, proporcionando condições especiais para garantir a participação plena de candidatos com deficiência.

Entretanto, apesar dos avanços, desafios persistem. A fiscalização efetiva do cumprimento das cotas, a promoção de uma mudança cultural profunda e a garantia de ambientes de trabalho verdadeiramente inclusivos são aspectos que demandam atenção constante. A sensibilização e a educação continuada são fundamentais para consolidar os ganhos alcançados e superar resistências arraigadas.

Em síntese, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência desencadeou uma revolução positiva no mercado de trabalho brasileiro. O antes e o depois evidenciam uma jornada de superação de desafios, promovendo a igualdade de oportunidades e contribuindo para a construção de um ambiente laboral mais inclusivo e diversificado. Contudo, a trajetória rumo à plena inclusão é um caminho contínuo, que exige esforços conjuntos da sociedade, do setor privado e do poder público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os casos pesquisados apresentados neste momento abordam funcionários de uma instituição de educação superior particular do estado do Rio de Janeiro. Os 3 profissionais participantes são pessoas atípicas, que nessa empresa exercem funções diferentes, por meio de uma entrevista semiestruturada os funcionários relataram como tem sido sua trajetória para inserção no mercado de trabalho, seus desafios e conquistas.

Funcionário 1

Sexo: Masculino

Idade: 30 anos

Cargo na instituição: Auxiliar administrativo

Tipo de deficiência: Física (miclomeningoncele)

Qualificações: Bacharel em designer de mídias digitais (PUC-RIO) e Pós-graduando em Comunicação Digital, Branding e Storytelling (PUC-PR).

Funcionário 1 teve outras experiências em empresas, enfrentou desafios como falta de acessibilidade, teve entrevistas com pessoas despreparadas em questão de entender as necessidades especiais de cada deficiência, porém a sua maior dificuldade é encontrar empresas que ofereçam bons cargos para PCD'S qualificados, apenas oferecem cargos baixos que não necessitam de ensino superior, ao ser questionado em como as empresas podem se beneficiar ao incluir pessoas com deficiência em suas equipes, o mesmo relatou que o poder de uma equipe se dá principalmente por sua diversidade, pessoas diferentes trazem visões diferentes, criando assim projetos mais completos.

Ele também deixou registrado a seguinte frase: “Diversidade é chamar para a festa, inclusão é convidar para dançar.” (Vernã Myers, Vice-presidente de Estratégia de Inclusão da Netflix.)

Funcionário 2

Sexo: Feminino

Idade: 60 anos

Cargo na instituição: Administrativo

Tipo de deficiência: mobilidade moderada sequela de pólio

Funcionária 2 relatou ter tido experiências anteriores no mercado de trabalho em empresas e clínicas, mas que não teve desafios, pois no início de sua busca por emprego já tinha a vaga para PCD. Quando questionada de como ela percebe a conscientização sobre as questões relacionadas a deficiência no ambiente de trabalho, ela enfatiza que o respeito dos colegas de trabalho é fundamental.

Funcionário 3

Sexo: Feminino

Idade: 42 anos

Cargo na instituição: Auxiliar administrativo

Tipo de deficiência: Física

Qualificações: Ensino Médio técnico em contabilidade, graduada em nutrição e Pós-Graduada em nutrição clínica em patologias.

A Funcionária 3 compartilhou sua trajetória profissional, destacando experiências prévias no mercado de trabalho. No entanto, ressaltou que essa jornada não foi desprovida de obstáculos, caracterizando a busca por emprego como um desafio marcado por discriminação e preconceito. Infelizmente, essas adversidades ainda persistem e não foram completamente superadas, deixando uma marca significativa em seu bem-estar psicológico e emocional, que permanecem sensibilizados. Ela percebe a conscientização nas questões relacionadas à deficiência no ambiente de trabalho trabalhando a inclusão e entendendo as necessidades dos colaboradores com igualdade.

Os relatos apresentados por esses funcionários fornecem uma visão abrangente das experiências vivenciadas por pessoas com deficiência (PCD) no mercado de trabalho. Cada história revela nuances distintas, expondo os desafios e triunfos individuais enfrentados por esses profissionais em suas trajetórias profissionais.

O Funcionário 1 destaca a persistência das barreiras, desde a falta de acessibilidade até a escassez de oportunidades condizentes com sua qualificação. Sua visão sobre a inclusão vai além da mera oferta de emprego, enfatizando a importância de integrar verdadeiramente as PCDs, proporcionando um ambiente onde suas diversas perspectivas possam enriquecer o trabalho em equipe.

Por outro lado, a Funcionária 2 relata uma experiência mais positiva, obtendo uma vaga para PCD desde o início de sua busca por emprego. Sua ênfase no respeito dos colegas ressalta a importância das relações interpessoais para a inclusão no ambiente de trabalho, indicando que, quando há compreensão e respeito mútuo, as PCDs podem se integrar mais harmoniosamente nas equipes.

Já a Funcionária 3 compartilha um relato mais desafiador, marcado por discriminação e preconceito durante a procura por emprego. Suas palavras refletem a persistência dessas adversidades, deixando claro que, embora haja avanços, a batalha pela igualdade e inclusão ainda não foi completamente vencida. Sua percepção sobre a conscientização no ambiente de trabalho destaca a importância não apenas de oferecer oportunidades, mas de construir uma cultura organizacional que compreenda e abrace as necessidades individuais, promovendo a verdadeira igualdade.

Em conjunto, esses relatos apontam para a necessidade de uma abordagem holística e contínua para promover a inclusão de PCDs no ambiente de trabalho. Isso envolve não apenas oferecer oportunidades de emprego, mas também criar ambientes que respeitem, compreendam e valorizem as habilidades e perspectivas únicas que cada profissional traz consigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso da Educação Especial tem evoluído, passando de paradigmas tradicionais, como exclusão e integração, para adotar o princípio da inclusão. Legislações internacional e nacional, como a Declaração de Salamanca e a Lei Brasileira de Inclusão, solidificaram o compromisso com a inclusão educacional, resultando em um aumento expressivo de matrículas de estudantes com deficiência em escolas comuns. Apesar dos avanços, a inclusão enfrenta desafios, especialmente na falta de infraestrutura acessível e estigmas sociais.

Na esfera acadêmica e profissional, a inclusão é crucial, sendo respaldada pela legislação de cotas, que promove a representação justa e combate discriminações.

A inclusão no mercado de trabalho não só beneficia os indivíduos, mas também impulsiona a inovação e contribui para o crescimento econômico. Socialmente, a inclusão combate desigualdades, promove coesão social e contribui para a saúde mental das comunidades. Economicamente, impulsiona a produtividade, expande o mercado de consumo e reduz custos sociais, proporcionando estabilidade social e um ambiente propício aos negócios.

Portanto, a inclusão social e econômica não é apenas uma questão de justiça, mas uma força transformadora que molda sociedades mais justas, resilientes e economicamente prósperas. O caminho rumo à plena inclusão demanda esforços contínuos, conscientização e adaptações constantes, mas os benefícios alcançados até agora indicam uma direção positiva para o futuro.

A inclusão acontece quando “se aprende com as diferenças, e não com as igualdades” (FREIRE, 1998, p.108).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si: contribuições a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo.** 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. 254 p.

GADOTTI, M. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar.** 1. ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 1 dez. 2023.

JANUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. 224 p.

MODERNA. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2020/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

SHIMITE, Amabriane da Silva Oliveira. **Concepções de deficiência na educação superior** [livro eletrônico] / Amabriane da Silva Oliveira Shimite, Nilson Rogério da Silva. -- 1. ed. -- Campos dos Goytacazes, RJ : Encontrografia Editora, 2023. PDF.

ZOÍÁ, A. **Todos iguais, todos desiguais**. In: ALMEIDA, D. B. de (Org). Educação: diversidade e inclusão em debate. Goiânia: Descubra, 2006. p. 13-25.

BRASIL. [Previdência Social]. Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências de 1991. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.

INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO SUPERIOR: Teoria e prática

Cristiane Gonçalves Moura¹

Maria Ilma de Andrade Silva²

Elisa Ferreira Silva de Alcantara³

A interdisciplinaridade é uma abordagem pedagógica que busca integrar os conhecimentos de diferentes disciplinas, a fim de proporcionar aos alunos uma visão mais ampla e holística do mundo. Ela permite que os alunos compreendam melhor as relações entre os diferentes conhecimentos, o que os torna mais preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

No ensino superior, a interdisciplinaridade é essencial para a formação de profissionais qualificados e preparados para o mercado de trabalho. O mundo do trabalho é cada vez mais complexo e interconectado, e os profissionais precisam ser capazes de compreender e resolver problemas complexos. A interdisciplinaridade pode ajudar os alunos a desenvolverem essas habilidades.

Na contemporaneidade educacional, a busca por abordagens pedagógicas inovadoras que promovam uma formação integral e preparem os estudantes para os desafios dinâmicos da sociedade torna-se imperativa. No contexto do ensino superior, a interdisciplinaridade emerge como uma proposta essencial, estimulando o pensamento crítico, a criatividade, a autonomia e a colaboração entre os alunos. Este artigo explora a articulação entre teoria e prática na implementação da interdisciplinaridade, destacando a importância da formação contínua de docentes e coordenadores.

Ao analisar a experiência de uma instituição de ensino superior, especificamente o Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB), situado em Volta Redonda – RJ, examinamos sua missão, plano de desenvolvimento institucional e práticas pedagógicas. A missão da instituição revela um comprometimento intrínseco com a interdisciplinaridade, reconhecendo-a como um meio para desenvolver profissionais capazes de enfrentar problemas complexos da atualidade.

Além disso, a pesquisa aborda a concepção pedagógica da instituição, que propõe a integração entre ensino, pesquisa e extensão, fomentando práticas metodológicas inovadoras e motivadoras. A flexibilidade e a transversalidade nas matrizes curriculares são destacadas, promovendo a interdisciplinaridade como um processo de intercomunicação entre saberes e práticas.

Ao examinar os processos de ensino-aprendizagem em diferentes cursos, como Direito, Administração e Engenharias, percebemos a adoção de práticas interdisciplinares. A disciplina de Arquitetura e Urbanismo exemplifica como a interdisciplinaridade se torna essencial, promovendo a interconexão de disciplinas específicas e profissionalizantes.

No decorrer deste artigo, exploraremos a importância da interdisciplinaridade na formação dos alunos, os desafios enfrentados na sua implementação e as potencialidades que emergem dessa abordagem, fundamentadas em obras de estudiosos como Ivani Catarina Arantes Fazenda, Jurjo Torres Santomé e outros. Este estudo visa contribuir para o entendimento mais aprofundado do papel da interdisciplinaridade no contexto acadêmico e suas implicações na formação de profissionais preparados para os complexos desafios da sociedade contemporânea.

1. CONTEXTUALIZANDO A INTERDISCIPLINARIDADE

Atualmente fala-se muito a respeito de interdisciplinaridade nas instituições de ensino. Coordenadores e gestores falam o tempo todo sobre planejamento integrado, projetos interdisciplinares, ações integradas. Tudo isso é muito importante para que a escola se torne mais atrativa para os alunos de todas as idades e os professores precisam se apropriar desse assunto.

A interdisciplinaridade, segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, é algo “que estabelece relações entre duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento” ou “que é comum a duas ou mais disciplinas”.

De acordo com o site Conceito.de, o sociólogo alemão Louis Wirth foi o primeiro a usar o termo "interdisciplinaridade" em 1937. Ele acreditava que as disciplinas acadêmicas poderiam se relacionar entre si de forma dinâmica para resolver problemas ou responder a questões.

¹ Graduada em Pedagogia (UGB).

² Graduada em Pedagogia (Unicesumar).

³ Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ).

Paviani (2008) define a interdisciplinaridade da seguinte maneira:

“...a interdisciplinaridade pode ser vista como uma teoria epistemológica ou como uma proposta metodológica. Também como uma modalidade de aplicação de conhecimentos de uma disciplina em outra. Igualmente, como modalidade de colaboração entre professores e pesquisadores ou simplesmente como um sintoma de crise das disciplinas, do excesso e da fragmentação de conhecimentos, da especialização que perde a visão do todo.” (PAVIANI, 2008, p.14)

Segundo Fazenda (1994), A interdisciplinaridade surgiu na Europa, principalmente na França e na Itália, no meio da década de 1960, em um contexto marcado por movimentos estudantis que reivindicavam um ensino mais sensível às grandes questões sociais, políticas e econômicas da época. A interdisciplinaridade foi uma resposta a essa reivindicação, pois os grandes problemas não poderiam ser resolvidos por uma única disciplina ou área do conhecimento.

No Brasil, o conceito de interdisciplinaridade passou a ser adotado na educação a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) N° 5.692/71, mas foi com a nova LDB N° 9.394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) que ela ganhou força. Essas leis e documentos influenciaram o trabalho das escolas e dos professores, que passaram a compreender o processo de ensino e aprendizagem como um sistema, e não como uma abordagem estanque de conceitos e teorias.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta a implementação de currículos na Educação Básica, também reconhece a importância da interdisciplinaridade. Em consonância com a LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a BNCC afirma que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

Assim, o ensino básico tem como objetivo preparar os estudantes não apenas para o ensino superior, mas também para a vida em sociedade. Para atingir esse objetivo, é importante que os educadores não se limitem às suas disciplinas específicas. A interdisciplinaridade é a melhor maneira de desenvolver o pensamento crítico e formar alunos aptos a enfrentar os desafios da vida.

Diante da relevância que a interdisciplinaridade tem assumido no processo ensino-aprendizagem na educação superior, Favarão (2004) diz:

A sociedade atual exige que a universidade não somente capacite os acadêmicos para futuras habilitações nas especializações tradicionais, mas principalmente, que tenha em vista a formação dos mesmos, para desenvolver suas competências e habilidades em função de novos saberes que se produzem e que exigem um novo tipo de profissional. (FAVARÃO, et al, 2004, p. 104)

A interdisciplinaridade é uma abordagem que busca compreender e lidar com questões complexas a partir de uma visão holística, que integra diferentes campos de conhecimento e perspectivas.

Ela surge da compreensão de que a realidade é complexa e interconectada, e que os problemas que enfrentamos não podem ser compreendidos ou resolvidos de forma isolada. Ao integrar diferentes áreas do conhecimento, a interdisciplinaridade pode fornecer uma visão mais completa e abrangente dos problemas, o que pode levar a soluções mais inovadoras e eficazes.

2. DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR

2.1. Desafios

Diante das transformações sociais, onde a informatização transformou nossos alunos em indivíduos tecnológicos e onde antigas metodologias não funcionam mais, nós os docentes, desenvolvemos uma angústia pedagógica e nos vemos ansiosos na obrigação e necessidade de buscar novas metodologias, porém muitas vezes não sabemos qual caminho seguir para motivar nossos alunos na aprendizagem, fazendo crescer neles a vontade de ter novos conhecimentos.

Dentre novas metodologias a interdisciplinaridade nos mostra uma prática que possibilita enfrentar os desafios da contemporaneidade criando maior possibilidade de relacionamentos entre docentes e discentes incentivados pela busca de novos conhecimentos e construção de uma visão integrada entre diferentes disciplinas.

Porém, se todos nós, professores, coordenadores, diretores e as instituições de modo geral, sabemos da importância da implementação da interdisciplinaridade na formação dos nossos alunos para que desenvolvam o pensamento crítico ampliando seus conhecimentos, por que não conseguimos desenvolver a prática interdisciplinar? O que nos impede de avançar? Segundo Fazenda (1999), saber da importância, entender o método, mas não buscar resolver os problemas que os impedem de praticar, faz com que sua implementação seja inexecutável.

Proposições curriculares que apenas indiquem a interdisciplinaridade como objetivo, sem reflexão mais acurada, nem a investigação de uma realidade mais imediata, que considere as reais possibilidades e empecilhos com que se defrontam a escola e o professor em seu trabalho efetivo a nada conduzirão. (FAZENDA, 1999, p. 35)

Buscando explicações na literatura sobre o assunto, percebemos que a prática da interdisciplinaridade é muito pouco utilizada nas universidades que se mostram frágeis na utilização dessa metodologia frente a muitos desafios que precisam ser superados para que essa abordagem pedagógica seja efetivamente implementada. Entre esses desafios podemos destacar:

- a. A falta de formação pedagógica dos docentes e as dificuldades que encontram na prática educativa. Muitos professores desconhecem o real significado do projeto interdisciplinar impedindo-os a aplicação desse conceito nas suas aulas;
- b. Dificuldades dos professores de inovar e estabelecer novas metodologias, pois seguem reproduzindo o modelo tradicional de ensino, que os formou, onde as disciplinas se comportavam de modo isolados;
- c. Pouco tempo disponível, por parte da coordenação e professores para planejar ações de interdisciplinaridades, pois demandam tempo maior para planejamento do projeto interdisciplinar e reuniões para integração com outras disciplinas;
- d. Dificuldade de trabalhos em equipes e colaboração entre diferentes profissionais que resistem a perspectivas de trabalhos integrados, tanto da parte de professores como de coordenadores;
- e. Falta de interlocução e compartilhamento de experiências interdisciplinares por parte das coordenações e professores que deveriam dialogar sobre práticas, exitosas ou não, sobre desafios, dificuldades, enfim sobre conhecimentos do assunto.
- f. Falta de iniciativas e apoio das instituições que também pautadas por grandes demandas, mesmo sabendo da importância do ensino interdisciplinar, não conseguem dar conta de aprofundar na proposição de inserir, de maneira enfática, esse conceito em todos os cursos quebrando assim a rigidez da estrutura curricular convencional;
- g. Necessidade de revisão da estrutura curricular, de cada curso, que precisa estar alinhada em suas ementas e que precisam revisar detalhe por detalhe de seus conteúdos eliminando repetitividades, com o objetivo de verificar a relação de cada disciplina com as demais, sem perder ou negligenciar suas especificidades, possibilitando assim atividades conjuntas, que embasarão o planejamento de projetos interdisciplinares;
- h. Dificuldade em quebrar barreiras existentes nas instituições que geralmente possuem uma estrutura e organização em faculdades específicas, com diferentes áreas de conhecimentos, que trabalham isoladamente e fechadas dentro de suas áreas específicas, sem dar a mínima possibilidade de integração para a prática da interdisciplinaridade;
- i. Falta de recursos adicionais como espaços físicos adequados, materiais didáticos, profissionais mediadores com prática na interdisciplinaridade, materiais tecnológicos e falta de recursos financeiros que darão apoio a ações e projetos;
- j. Resistência de alguns alunos que estão acostumados com métodos tradicionais, tornando necessário prepará-los para a prática da interdisciplinaridade, para que eles entendam o conceito, as vantagens e benefícios das atividades e assim se sintam confortáveis em participar;
- k. Falta por parte dos coordenadores de cursos conhecimento de práticas interdisciplinares, organização para estabelecimento de ações interdisciplinares, falta motivação de professores e troca de experiências com outros coordenadores.

São muitos desafios a serem ultrapassados para que a interdisciplinaridade seja uma prática comum nas universidades e para isso há necessidade de que as instituições valorizem a prática interdisciplinar eliminando barreiras metodológicas, financeiras e organizacionais. Segundo Fazenda (1993) é preciso que a instituição trabalhe a eliminação do comodismo, capacite os docentes no uso da interdisciplinaridade para que colham os frutos do trabalho interdisciplinar.

A possibilidade de eliminar tais barreiras resulta em uma motivação que liberta as instituições da inércia. No entanto, mais difícil que transformar as estruturas institucionais é transformar as estruturas mentais. Os empecilhos à não-fragmentação do currículo em disciplinas são variados, abrangem o desconhecimento do significado de projetos, a falta de formação específica para trabalhar com os mesmos, a acomodação pessoal e coletiva, até o medo de perder o prestígio pessoal, pois a interdisciplinaridade leva ao anonimato – o trabalho individual anula-se em favor de um objetivo maior – o coletivo (FAZENDA, 1993, p. 42).

Cientes da importância da interdisciplinaridade na formação dos alunos, que não se configura como um modismo, mas sim como uma exigência do ensino contemporâneo frente as dificuldades e os desafios recorrentes listados acima, é necessário que cada instituição analise profundamente e com rigor os problemas que lhes são pertinentes e façam uma reforma institucional objetivando superar os obstáculos evidenciados nas análises.

Para Fazenda (1996), além dos desafios já explanados, a reforma institucional exige também que se desconstrua o preconceito arraigado nas instituições de que a interdisciplinaridade é apenas uma panaceia ou um conceito difícil de implementar ou muitas vezes decorre de uma resistência a quebra de tradições acadêmicas já estabelecidas.

Em geral, existe um preconceito em aderir a interdisciplinaridade. Ela quase sempre é tida como uma aventura, ou um diletantismo, e, aderir a ela parece rejeitar a especialização. Esse preconceito persiste ante a perspectiva de instaurar-se uma metodologia de trabalho interdisciplinar, com medo de que em nome do restabelecimento de uma unidade global, perca-se a unidade particular. (FAZENDA, 1996, p.54)

A autora ainda destaca que para superar desafios, há necessidade de que todos os envolvidos no processo se engajem pessoalmente nas atividades, buscando aprimorar-se constantemente tanto na teoria como na prática com o objetivo de tornar-se um multiplicador. “É necessário, portanto, que além de uma interação entre teoria e prática que se estabeleça um treino constante no trabalho interdisciplinar, pois interdisciplinaridade não se ensina, nem se aprende, apenas vive-se exerce-se”. (FAZENDA, 1996, p. 56).

De uma forma geral, para lidar com os obstáculos, podemos concluir que há necessidade de: investir na formação contínua do tema com coordenadores e professores; trabalhar uma comunicação e troca de informações mais efetivas entre todos os envolvidos compartilhando conhecimento; aderir a prática de planejamento colaborativo de ações interdisciplinares; criar uma equipe que possa apoiar e gerenciar o projeto pedagógico interdisciplinar, reformular currículos e buscar soluções para ultrapassar barreiras culturais, financeiras, materiais e metodológicas entre disciplinas e pessoas.

2.1. Potencialidades

Sabedores da importância da interdisciplinaridade, dos desafios e obstáculos que impedem sua implementação, é fundamental criar estratégias para trabalhar mais profundamente esse conceito rompendo com todas as barreiras.

É fundamental que todos os atores responsáveis por implementar a interdisciplinaridade conheçam bem a teoria desse conceito no ensino superior para trabalhar a prática. Do ponto de vista educacional a teoria é o conjunto de conceitos, princípios, fundamentos e metodologias que orientam o conhecimento de uma determinada área ou disciplina. A prática é a aplicação do conhecimento teórico em situações concretas, que envolvem problemas, desafios e soluções. Integrar ambas é essencial para uma aprendizagem significativa.

Na interdisciplinaridade é a articulação entre a teoria e a prática que podem ser desenvolvidas de diferentes formas e estão intrinsicamente conectadas. A teoria fornece a base conceitual, promovendo a compreensão dos fundamentos de diferentes disciplinas. A prática permite a aplicação desses conceitos estimulando a integração de conhecimentos.

Para que haja articulação entre teoria e prática o primeiro passo para que se tenha êxito é a capacitação permanente dos coordenadores e docentes. Nossa Instituição, possui uma valiosa política de capacitação aos docentes através de pós-graduação oferecida gratuitamente de Gestão e Docência no Ensino Superior, que nos dá um valioso suporte.

Porém para eliminarmos o primeiro grande desafio, no que diz respeito a interdisciplinaridade, que é a capacitação dos docentes, pensamos na possibilidade de se criar um programa de capacitação de docentes e coordenadores, por temas, através de minicursos onde a interdisciplinaridade poderá ser exaustivamente debatida e sistematizada, incluindo a forma como poderá ser praticada. A capacitação será fundamental para que os docentes entendam a relevância do projeto interdisciplinar na formação de seus alunos e que se sintam motivados a participar.

É importante também que os coordenadores assumam o papel de fazer a integração dos docentes de seus cursos, já que a natureza desse conceito é o trabalho conjunto entre disciplinas e que estejam preparados para buscar junto a equipe a formalização de projetos interdisciplinares. Além disso, é necessária a troca de experiências entre coordenadores de diferentes cursos para que seja possível elaborar projetos interdisciplinares em conjunto. Portanto, a participação dos coordenadores é fundamental para o êxito dos projetos, já que também são o elo entre discentes, docentes e a instituição.

O trabalho em equipe entre coordenadores e professores é uma das potencialidades que podem ser alcançadas com a metodologia interdisciplinar, visto que haverá muita troca de conhecimento, revisão de ementas e conteúdos e melhora da socialização e interação entre os participantes, o que certamente acarretará retorno para a instituição através do melhor desempenho e performance dos cursos, não só nos projetos interdisciplinares, mas de uma maneira geral em todo o trabalho realizado. Segundo Santomé (1998) o trabalho em equipe é crucial para o sucesso da implementação da interdisciplinaridade.

É preciso insistir no papel da negociação entre todas as pessoas que compõem a equipe de trabalho. Elas devem estar dispostas a proporcionar todo tipo de esclarecimentos aos demais integrantes da equipe, a debater questões metodológicas, conceituais e ideológicas. Será difícil avançar na resolução do problema ou de um tópico se antes não forem esclarecidos as informações, perspectivas, posições, etc., daqueles que estão fazendo o trabalho. (SANTOMÉ, 1998, p.65).

Para desenvolver e alinhar teoria e prática é preciso selecionar temas relevantes e significativos que agucem o interesse dos alunos, que os estimulem a pesquisa, a experimentação, a criatividade, a comunicação e a reflexão, além de promover a interação entre eles e os professores. Para isso, usar metodologias ativas de aprendizagem que colocam o estudante como protagonista do seu processo de aprendizagem é primordial.

Importante também, promover o diálogo e o debate com eles entre as diferentes perspectivas e com outras fontes de conhecimento, respeitando as diferenças e as divergências, buscando compreender as conexões, as interações e as influências mútuas entre as disciplinas. Depois, avaliar os resultados de forma contínua e formativa que permita aos professores e aos alunos acompanharem o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar, identificar as dificuldades, as potencialidades e as necessidades de melhoria, além de reconhecer os avanços e as conquistas.

Em relação as potencialidades que poderão ser alcançadas pelos alunos destacam-se a possibilidade de proporcionar uma aprendizagem de maior qualidade. O trabalho interdisciplinar e o diálogo entre disciplinas fazem com que os alunos percebam o conteúdo com outro olhar, conseguindo conectar cada assunto consolidando informações e conhecimento. Em vez de decorar conceitos, sem entender direito a importância ou o que significam, ele passa a enxergar o valor de cada um.

Como exemplo, a disciplina de ergonomia está presente na Arquitetura e Urbanismo, na Engenharia Civil e na Engenharia de Produção. Num projeto interdisciplinar sobre esse tema terá diferentes focos. Os alunos da Arquitetura terão um olhar focado na necessidade de detalhamento de todo mobiliário para garantir a saúde de seus usuários abrangendo também aspectos como os tipos de material, texturas, cores e iluminação, a fim de tornar o espaço confortável e funcional para os usuários. Já na Engenharia Civil o olhar será na importância de controlar os riscos de doenças ocupacionais, evitando afastamentos e atrasos na obra. Na Engenharia de Produção o foco será na gestão da produção considerando aspectos físicos, cognitivos, ocupacionais e organizacionais, considerando a saúde e qualidade de vida dos colaboradores.

Essa abordagem interdisciplinar desenvolverá formas diferentes de avaliar um mesmo problema, trazendo conhecimentos de diferentes pontos de vista. Diante desse estímulo, diversas habilidades cognitivas são adquiridas aumentando a capacidade de lidar com problemas complexos que demandam um olhar mais amplo.

O trabalho dos docentes na revisão de ementas, conteúdo e propostas de ações interdisciplinares, traz também a possibilidade de se trabalhar aspectos de integração entre disciplinas com os alunos, fazendo com que eles entendam a importância de cada uma e como ela se conecta com as outras, pois muitas vezes os alunos se desinteressam e criam certa resistência por uma disciplina por não conseguirem enxergar a usabilidade dela no contexto da grade curricular e como ela poderá ser utilizada profissionalmente.

Através da prática da interdisciplinaridade, observa-se que os alunos desenvolvem uma visão holística que amplia e integra conhecimentos de novas disciplinas. Isso estimula a criatividade e o pensamento crítico, fazendo com que eles procurem soluções para problemas diversos.

A interdisciplinaridade no ambiente acadêmico incentiva também fortemente a pesquisa por abordar problemas complexos a partir de diversas perspectivas. Assim, amplia as possibilidades de descobertas inovadoras. Em resumo, ao encorajar a interação entre diferentes áreas de pesquisa, a interdisciplinaridade fomenta um ambiente propício para a descoberta, inovação e contribuições significativas para o avanço do conhecimento. Sobre os benefícios alcançados com a interdisciplinaridade e o incentivo a pesquisa, Fazenda (1991), destaca:

Como incentivo à formação de pesquisadores e de pesquisa, pois o sentido das investigações interdisciplinares é reconstituir a unidade dos objetos que a fragmentação dos métodos separou, e com isso, permitir a análise de seu próprio sistema conceitual e o diálogo entre as disciplinas. (FAZENDA, 1991, p. 32).

A instituição e a equipe docente precisam estar comprometidas com a prática interdisciplinar e inovação metodológica como finalidade de superar os desafios de forma participativa e com total engajamento por parte de todos. A organização, a estruturação e o planejamento são peças fundamentais para romper com as barreiras iniciais e para o sucesso de todo o processo.

3. A INTERDISCIPLINARIDADE NA PRÁTICA

Para se ter um diagnóstico aprofundado em relação a prática da interdisciplinaridade em qualquer IES, há de se produzir pesquisa, qualitativa ou quantitativa, que responda aos objetivos do que se busca estudar ou que, no mínimo, revele um diagnóstico mais preciso. Porém, dada as circunstâncias atuais de final de ano, os docentes e toda a gestão de modo geral, estão em ritmo acelerado de afazeres e trabalhos finais, o que inviabiliza totalmente, nesse contexto, a elaboração de uma pesquisa mais aprofundada que levaria um bom tempo com entrevistas e buscas de indicadores.

Assim, procuramos analisar de uma forma mais generalizada, se o Centro Universitário Geraldo Di Biase – UGB, localizado em Volta Redonda – RJ, tem em seu referencial teórico e metodológico hipóteses de uso da interdisciplinaridade na formação dos alunos.

Logo nos deparamos com a Missão Institucional da universidade que consta no Manual do Aluno, como perfil institucional que é “Habilitar profissionais das diferentes áreas do conhecimento para intervir nos diversos segmentos sociais, tendo como referência o pensamento crítico-reflexivo, a postura ética e o compromisso com a transformação da sociedade”.

Logo na Missão percebemos a abordagem metodológica inerente à interdisciplinaridade que no ensino superior tem como função estimular o pensamento crítico, a criatividade, a autonomia e a colaboração dos estudantes, além de prepará-los para os desafios da sociedade atual, que demanda profissionais capazes de lidar com problemas complexos e dinâmicos.

Buscando o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, verificamos que a concepção pedagógica da instituição tem como propósito formar alunos que se tornem profissionais com valores éticos e humanos, sabedores de suas responsabilidades sociais. Para isso articula a função educacional às práticas de ensino, pesquisa e extensão, assumindo a elaboração e execução de práticas metodológicas e avaliativas, inovadoras e motivadoras.

A atualização permanente dos currículos, buscando além da organização multidisciplinar do conhecimento, práticas interdisciplinares e transdisciplinares que pressupõem novas formas de organização e integração dos saberes e traduzem de forma mais efetiva, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade, entendida como esforço que busca a superação do pensar fragmentado da realidade, como forma de compreender a visão pluralista nas concepções do saber e da prática, amplia o diálogo com as diferentes áreas do conhecimento. (PDI, p.59).

Do ponto de vista de conteúdos curriculares, a instituição tem como foco incentivar os docentes a utilizarem novas técnicas e metodologias que facilitem a aprendizagem através de referenciais teóricos e práticos e que permitam o pleno desenvolvimento dos alunos como futuros profissionais. Esse pressuposto está contido no Projeto Pedagógico de cada curso. Também adota matrizes curriculares com características de flexibilidade, transversalidade e interdisciplinaridade.

Convictos da necessidade de contínua atualização, com novas formas de aprendizados e novos conceitos, a instituição considera, entre outras características a utilização da Interdisciplinaridade como “processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade”.

Conferimos também que nos Anais de diversos Simpósios de Pesquisas e Práticas Pedagógicas do UGB, alguns docentes publicaram artigos voltados as práticas interdisciplinaridade. Houve também, Seminário Interdisciplinar do curso de Direito com o tema Reflexões sobre a Liberdade Econômica e Seminário Interdisciplinar das Disciplinas APTA II, III e IV dos cursos de Administração, Engenharias Elétrica, Civil e Mecânica com os temas Educação Ambiental, Educação nas Relações Étnico Raciais e Educação em Direitos Humanos.

Já os processos de ensino-aprendizagem nas disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo, do UGB, diferem significativa do ensino tradicional e por sua característica natural, é aberto a experimentações e inovações. Na sua metodologia, permite uma permeabilidade entre diversos campos de conhecimento, promovendo o encontro de disciplinas específicas, básicas e profissionalizantes, conciliando teoria e prática com atividades artísticas, teóricas e de caráter práticos, promovendo assim, soluções inovadoras que consideram aspectos técnicos, sociais, culturais e ambientais. Como exemplo, as disciplinas de projeto arquitetônico precisam ser desenvolvidas de forma interdisciplinar já que na prática profissional o projeto arquitetônico não se realiza por ele próprio, dependendo de um aprendizado de várias disciplinas para se concretizar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de total conhecimento no meio acadêmico que a prática da interdisciplinaridade é muito importante na formação dos alunos. Entendemos que o estudo tradicional, fragmentado em especialidades, não contribui para uma visão integrada, ampliada e contextualizada do conhecimento.

Verificamos nessa pesquisa que a interdisciplinaridade é uma abordagem que estimula a integração de diferentes disciplinas e perspectivas, promovendo habilidades críticas, reflexivas e analíticas nos estudantes. Em vez de se concentrar apenas em uma única área de estudo, a abordagem interdisciplinar busca combinar diferentes perspectivas, métodos, teorias e práticas de diversas disciplinas para obter uma compreensão mais ampla e completa do tema em questão, potencializando a compreensão e a resolução de problemas complexos.

Porém, constatamos que a prática da interdisciplinaridade requer superar muitos desafios que passam pela falta de formação e preparação metodológica dos docentes, falta de alinhamento curricular, falta de organização e empenho dos coordenadores de cursos, falta de incentivos da instituição em efetuar mudanças e falta de gerenciamento do ponto de vista operacional que articule essas mudanças. Superar essas dificuldades requer um compromisso institucional para promover uma cultura de colaboração interdisciplinar, flexibilidade curricular, incentivos para professores e pesquisadores engajados nesse tipo de trabalho, além de estratégias para integrar efetivamente diferentes disciplinas nos programas de estudo.

Ao implementar a interdisciplinaridade no ensino superior, as instituições podem oferecer uma educação mais dinâmica e relevante, preparando os alunos para os desafios do mundo contemporâneo e capacitando-os a enfrentar problemas de forma mais completa e eficaz. Porém, verificamos que a disposição para trabalhar interdisciplinarmente é um requisito indispensável ao professor comprometido com a necessária mudança no cotidiano acadêmico, onde as disciplinas precisam trabalhar integradas vertical e horizontalmente na matriz curricular, com a finalidade de buscar o desenvolvimento dos alunos tanto na formação da graduação como na formação de futuros pesquisadores.

A pesquisa nos mostrou também, que no Centro Universitário Geraldo Di Biase – UGB, a interdisciplinaridade está presente no Projeto Pedagógico de cada curso e de modo geral a instituição tem como fundamento no seu referencial teórico e metodológico a hipótese de uso da interdisciplinaridade na formação dos alunos. Em alguns cursos e disciplinas a abordagem interdisciplinar aparece com maior frequência, porém como na maioria das universidades o UGB ainda caminha em pequenos passos no uso da abordagem da interdisciplinaridade como uma prática regular.

Durante a pesquisa verificamos a necessidade de investigar, mais profundamente, o quanto nossos cursos e disciplinas utilizam a abordagem interdisciplinar, os desafios que são encontrados para sua implementação e as possíveis estratégias e ações que a instituição pode utilizar, para intensificar e estabelecer seu uso regularmente. Portanto, concluímos que há necessidade de continuidade dessa pesquisa com metodologias qualitativas e quantitativas que produzam um retrato abrangente e detalhado da situação dessa prática dentro da nossa universidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia. São Paulo: Loyola, 1993.
- BRASIL. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.
- BRASIL. **Didática e interdisciplinaridade**: Campinas SP: Papirus, 1999.
- BRASIL. **Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade**: visões culturais e epistemológicas e as condições de produção. Revista Interdisciplinaridade. v1, n.2. Brasil. 2004
- Equipe editorial de Conceito.de. (7 de novembro de 2011). Atualizado em 21 de fevereiro de 2020. **Interdisciplinaridade - O que é, conceito e definição**. Conceito.de. Disponível em: <<https://conceito.de/interdisciplinaridade>>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: um projeto em parceria. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- FAVARÃO, N. R. L.; ARAÚJO. C. S. A. **Importância da Interdisciplinaridade no Ensino Superior**. EDUCERE. Umuarama, v.4, n.2, p.103-115, jul./dez., 2004. Disponível em: <https://core.ac.uk/display/235578601?utm_source=pd>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade: conceitos e distinções**. 2.ed. rev. -Caxias do Sul, RS : Educs, 2008.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade**: o currículo integrado. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1998.
- SANTOS, Arthur Saldanha; SILVA, Greiciele da. **Interdisciplinaridade no ensino superior: desafios e diálogos na educação**. V. 03, nº01. Relacult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. Disponível em: <<https://periodicos.clacc.org/index.php/relacult/article/view/370/193>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO DOCENTE UNIVERSITÁRIO

Ângela Marta de Souza¹
Hosana Lima Siqueira de Souza²
Conceição Aparecida Fernandes Lima³

A pedagogia e a diversidade de alunos são temas fundamentais no contexto educacional. A pedagogia refere-se às práticas e teorias relacionadas ao ensino e à aprendizagem, enquanto a diversidade de alunos abrange as diferenças individuais entre os estudantes, incluindo características como origem étnica, cultural, socioeconômica, habilidades cognitivas, necessidades especiais, entre outras.

O papel do professor é fundamental na transmissão de conhecimento, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes dos estudantes. Eles desempenham um papel crucial no processo educacional, influenciando o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos.

A essencialidade da escola para a sociedade, ultrapassa os limites de aplicar os conteúdos curriculares, Segundo Young (2007) sem as escolas, cada geração teria que recomeçar do zero assim como as sociedades não evoluiriam ao longo dos séculos, para Nóvoa (1995), a docência é um processo construído ao longo da trajetória profissional e institucional e Veiga (2008, p.5), reforça que o:

saber pedagógico centrado no processo dialético é construído e ampliado ao longo da aula como núcleo de desenvolvimento pessoal e profissional, na perspectiva da integração e da colaboração. A visão de uma Metodologia de Ensino Superior, localizada na docência, procura atender ao processo didático e à construção de saberes profissionais.

O artigo 66 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (LDB) nº. 9394/96, considera que a indicação sobre a formação do docente do Ensino Superior, deve priorizar os profissionais diplomados em Programas de mestrado e doutorado para a atuação na docência superior (BRASIL, 2016).

O ensino superior desempenha um papel crucial na formação de profissionais e na construção do conhecimento com os objetivos de formar um cidadão crítico, criativo e autônomo. Entretanto, o cenário atual apresenta desafios que demandam uma reflexão mais profunda sobre as práticas educacionais adotadas.

De acordo com Diniz e Vieira (2015), as atividades centrais das IES tendem a envolver e a se realizar em esferas nacionais e internacional e as ligações com a comunidade e entorno local mais próximo são débeis, configurando uma territorialidade ao mesmo tempo complexa e contraditória.

O termo docência universitária/formação pedagógica é relativamente novo nas instituições de ensino superior (IES). Muitos artigos, como Ferraz (2021), Barboza (2020) e Luna (2020) estudam as IES, revelando sua trajetória nas condições histórico-objetivas que expõem as contradições e possibilidades de mudanças como a organização de seus cursos, análise legislativas, o que contribui para novos direcionamentos. Muito embora políticas nacionais tenham sido criadas para estimular o engajamento das IES no combate das desigualdades regionais, traduzido no Brasil como atenuação de assimetrias existentes durante os últimos anos, pouco tem sido realizado a respeito.

Nas últimas décadas, a educação superior passou por transformações significativas, refletindo mudanças sociais, tecnológicas e econômicas, exigindo dos docentes universitários uma adaptação constante.

A mudança de paradigma de um ensino centrado no professor para uma abordagem mais centrada no aluno implica desafios substanciais na formação pedagógica do corpo docente que precisa preparar os estudantes não apenas com conhecimento teórico, mas também com habilidades práticas e uma compreensão mais ampla do mundo ao seu redor.

Essas transformações refletem a necessidade de adaptação do ensino superior às demandas de uma sociedade em constante mudança e à rápida evolução do cenário global, nesse contexto, é necessária uma reflexão das competências profissionais necessárias para qualidade do exercício do ensino atual, bem como analisar a formação desse profissional que atua em um campo em constante expansão (LUNA, 2020; ALMEIDA, 2020).

O objetivo deste artigo foi explorar os principais desafios enfrentados pelos professores universitários nesse cenário dinâmico que é a educação e refletir sobre a importância da formação pedagógica para o professor universitário.

¹ Especialista em Nutrição Clínica e Fisioterapia.

² Mestre Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente.

³ Mestre em Educação, Comunicação e Cultura (UERJ).

Trata-se de uma reflexão, desenvolvida entre junho e dezembro de 2023. A metodologia utilizada foi uma pesquisa na base de dados *Scielo*, *Google Acadêmico e Periódicos Capes*, em trabalhos que abordassem a temática proposta. Foram selecionados 38 documentos entre artigos, dissertações de mestrado e doutorado e livros, todos na língua portuguesa, dos quais foram utilizados 11 para composição do texto. Utilizado as palavras-chave: docência, ensino superior, qualidade do ensino, pedagogia, tecnologia do ensino.

1. DIVERSIDADE DOS ALUNOS

A diversidade de alunos na docência refere-se à presença de uma variedade de estudantes com diferentes origens, habilidades, experiências, estilos de aprendizagem, necessidades e características individuais em sala de aula. Promover a diversidade na docência é fundamental para criar ambientes educacionais inclusivos e equitativos.

O aumento da diversidade nas salas de aula universitárias, seja em termos de origem étnica, socioeconômica ou de aprendizado, demanda estratégias pedagógicas inclusivas. Desenvolver competências para lidar com diferentes estilos de aprendizagem e necessidades individuais é fundamental para o sucesso do processo educativo. É recomendado o ensino personalizado, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais do aluno, considerando as diversidades culturais dos alunos incorporando materiais, exemplos e práticas que reflitam suas origens, criando um ambiente em que todos se sintam representados e valorizados.

Alunos podem vir de diferentes origens culturais, étnicas e linguísticas e os docentes devem reconhecer e respeitar essas diferenças, integrando práticas pedagógicas que valorizem e celebrem a diversidade cultural e as relacionadas a aprendizagem, visto que alguns aprendem melhor através de abordagens visuais, outras auditivas, táteis etc. Professores devem adotar estratégias pedagógicas que atendam a uma variedade de estilos de aprendizagem.

Importante manter o diálogo e a comunicação aberta e eficaz com os alunos, deixando o ambiente receptivo a suas expressões de ideias e preocupações mantendo o respeito mútuo com os colegas, bem como, desenvolver métodos de avaliação que reconheçam as diferentes formas de expressão e aprendizado evitando a exclusão e marginalização de grupos de forma a respeitar reconhecer a diversidade de gênero e orientação sexual de modo a criar ambientes seguros e inclusivos.

A integração desses princípios na prática pedagógica contribui para a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa, promovendo o sucesso de todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais.

Para promover o reconhecimento da diversidade pela docência, é fundamental que os educadores estejam abertos, se informem sobre as necessidades específicas de seus alunos e adaptem suas práticas pedagógicas. A inclusão e a equidade são pilares essenciais para o sucesso educacional de todos os alunos.

2 A TECNOLOGIA E AS MUDANÇAS PEDAGÓGICAS

O ensino e as mudanças tecnológicas estão intrinsecamente ligados na sociedade moderna. A tecnologia tem impactado significativamente a forma como aprendemos, ensinamos e interagimos no ambiente educacional, sendo afetados pelo rápido e fácil acesso à informação através da internet e tecnologias digitais que também permitem a implementação de novas metodologias de ensino como as aulas remotas, ensino híbrido, sala de aula invertida, gamificação, realidade virtual e aumentada, e uso de ferramentas digitais que facilitam a avaliação formativa e somativa e muitas outras (SILVA, 2011).

A rápida evolução tecnológica impacta diretamente a prática docente, exigindo que os professores incorporem ferramentas e recursos digitais em seu ensino. A formação pedagógica deve incluir o desenvolvimento de competências digitais, promovendo a integração efetiva da tecnologia no ambiente acadêmico que permita ao docente o desenvolvimento de habilidades que levem ao pensamento crítico, resolução de problemas, criatividade e habilidades digitais. (GARCIA, 2019)

Instituições de ensino devem investir em programas de desenvolvimento profissional que ofereçam suporte aos docentes em sua jornada de aprimoramento contínuo. Workshops, cursos online e colaboração entre pares são meios eficazes para compartilhar boas práticas e abordagens inovadoras.

No entanto, é importante ter atenção que a implementação bem-sucedida dessas mudanças depende da capacitação dos educadores, da infraestrutura disponível nas IES e da consideração dos desafios éticos e de segurança relacionados ao uso da tecnologia na educação. Existe também uma ideia difundida por alguns educadores de que as formas de educar possuem caráter transitório, como ressalta GARCIA PIRES (2019 p.):

[...] A sociedade em geral, vive um momento diferente em que as tecnologias estão cada vez mais se desenvolvendo, modificando as relações sociais, de trabalho e educacionais. Exige-se maior qualificação intelectual, para não apenas manusear essas tecnologias, mas também saber como funcionam, quais melhores estratégias para utilizá-las para fins determinados e outros. A escola entra nesse contexto como uma instituição responsável por desenvolver as potencialidades dos sujeitos para viver e conviver com as tecnologias, e exige-se cada vez mais uma melhor qualidade no desenvolvimento da totalidade dos sujeitos.

O ensino eficaz em um contexto de mudanças tecnológicas exige uma abordagem equilibrada que integre sabiamente as inovações tecnológicas que invadem os ambientes educacionais, ainda que nem todos dominem a completamente sendo necessário a interligação com as melhores práticas pedagógicas. É importante notar que a integração eficaz da tecnologia na educação requer uma abordagem equilibrada e reflexiva, já que as novas tecnologias apresentam desafios e limitações, considerando as necessidades específicas dos alunos e os objetivos pedagógicos (JUNIOR, 2023; GARCIA, 2019))

Além disso, é essencial a educação dominar o uso das ferramentas disponíveis na construção de novas formas de saberes para garantir o acesso equitativo às tecnologias educacionais para evitar disparidades no acesso à educação, além de buscar novas formas de educar, com metodologias bem planejadas e que motivem os alunos, tendo os objetivos educacionais bem estabelecidos para se alcançar a aprendizagem desejada.

1 INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR

A inovação pedagógica refere-se à introdução de novas abordagens, métodos, técnicas e tecnologias no processo de ensino e aprendizagem. Os docentes que se especializam nessa área estão focados em encontrar maneiras criativas e eficazes de envolver os alunos, promover a compreensão e melhorar a qualidade da educação. (DURHAM, 2001)

Para Cunha (2010), o processo de formação do professor universitário, da construção da profissionalidade docente se nutre de iniciativas pessoais e institucionais, em conjunto, de ações no plano individual e pessoal, acrescidas de uma esfera institucional que potencializam a pertença e a valorização destes sujeitos à profissão docente.

Com a inovação pedagógica pode-se envolver várias estratégias, incluindo o uso de tecnologias educacionais, metodologias de ensino mais ativas e participativas, avaliação formativa, personalização do aprendizado, entre outras. Os docentes nessa área estão constantemente atualizando suas práticas pedagógicas para se adaptarem às necessidades em constante evolução dos alunos e às mudanças no ambiente educacional, para tanto:

se faz necessário refletir e buscar novas formas de educar, com metodologias bem planejadas e que motivem os alunos, ter objetivos educacionais bem estabelecidos para se alcançar a aprendizagem, saber avaliar todo o processo de ensino-aprendizagem, rever questões de relação professor-aluno e outros. Continuar com posturas educacionais tradicionais, não aceitar metodologias e/ou estratégias eficientes, não abrir portas para as tecnologias na educação, revela o descompromisso dos educadores com o ensino-aprendizagem. GARCIA PIRES, (2019 p. 209)

A demanda por práticas inovadoras de ensino requer que os docentes estejam abertos a experimentar métodos diferentes e participar de processos de aprendizagem ao longo da vida, como estratégias de aprendizagem ativa, ensino baseado em projetos e avaliações formativas que são essenciais para estimular a participação e o envolvimento dos alunos.

A incorporação efetiva dessas tecnologias na docência no ensino superior exige que os educadores estejam dispostos a adaptar suas práticas, desenvolver novas habilidades e garantir que a tecnologia seja usada para melhorar a qualidade da educação e pode trazer diversos benefícios, incluindo melhorias na qualidade do ensino, aumento do engajamento dos alunos e preparação dos estudantes para os desafios do mundo digital. (SORDI, 2019; VEIGA, 2008)

A implementação bem-sucedida da inovação pedagógica no ensino superior exige apoio institucional, treinamento de professores e uma cultura que valorize a experimentação e a melhoria contínua. Essas práticas visam preparar os alunos não apenas com conhecimento, mas também com habilidades e mentalidade necessárias para enfrentar os desafios do século XXI.

Em resumo, um docente em inovação pedagógica é alguém comprometido em melhorar continuamente o processo de ensino e aprendizagem por meio da introdução de práticas educacionais inovadoras e eficazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, a formação pedagógica do docente universitário enfrenta desafios complexos, em permanente renovação, exigindo uma abordagem holística e adaptativa. A valorização do desenvolvimento profissional contínuo, a promoção de práticas inovadoras e a criação de espaços

colaborativos são fundamentais para capacitar os educadores a enfrentar os desafios contemporâneos conseguindo estimular os alunos desenvolvendo métodos de ensino-aprendizagem condizentes com os novos tempos.

Ao investir na formação pedagógica, as instituições de ensino contribuem não apenas para a qualidade do ensino superior, mas também para a formação de profissionais preparados para um mundo em constante transformação.

Superar esses desafios requer uma abordagem holística que envolva políticas institucionais, apoio à formação pedagógica, reconhecimento e incentivo para práticas de ensino inovadoras, além de um compromisso contínuo com o desenvolvimento profissional dos docentes universitários. As instituições de ensino superior devem criar um ambiente que valorize tanto a pesquisa quanto o ensino, reconhecendo a importância complementar dessas atividades para a missão educacional da instituição. É necessário aprofundar e saber lidar com as barreiras e compreender que o trabalho do docente trará mudanças substanciais na vida do aluno e da sociedade e para isso é fundamental rever e atualizar suas práticas constantemente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. M. de. (2020). Formação pedagógica e desenvolvimento profissional no ensino superior: perspectivas de docentes. **Revista Brasileira de Educação**, 25, e250008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019250008>. Acesso em: 13 dez 23.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 12. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016a. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/19339/ldb_12ed.pdf?sequence=37. Acesso em: 13 dez 23.

DURHAM, E. R., SAMPAIO, H. **O Ensino Superior em Transformação**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior (Nupes) / USP, 2001

FERRAZ, R. D.; FERREIRA, L. G.; NOVA, C.C.C. A docência universitária e suas interfaces didáticas: movimentos de aprendizagens. **Rev. Diálogo Educ.**, v. 21, n. 68, p.155-183, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/26433>. Acesso em: 13 dez 23

GARCIA PIRES, P. A., & SILVA, L. L. da. (2019). Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e trabalho docente: desafio pedagógico. **Momento - Diálogos Em Educação**, 28(3), 201–215. <https://doi.org/10.14295/momento.v28i3.7766> . Acesso em: 13 dez 23.

JÚNIOR, J.F.C et al. A inteligência artificial como ferramenta de apoio no ensino superior. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 6, p. 246-269, 2023. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/111/101>. Acesso em: 13 dez 23. Acesso em: 13 dez 23.

LUNA, F.D.S. **Instituições de ensino superior brasileiras e sua jornada para a transformação digital. 2020. Dissertação (Mestrado em Empreendedorismo) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, 2020.** <https://doi.org/10.11606/D.12.2020.tde-15102020-154313>. Acesso em: 13 dez 23.

SORDI, M. R. L. D.. (2019). Docência no ensino superior: interpelando os sentidos e desafios dos espaços institucionais de formação. **Educar Em Revista**, 35(75), 135–154. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.67031>. Acesso em: 13 dez 23.

SILVA, M. das G. M. da. Currículo, tecnologia e cultura digital: espaços e tempos de web currículo. **Revista e-curriculum**. São Paulo, v. 7, n. 1, abril. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76619165002>. Acesso em: 13 dez 23.

VEIGA, I., SILVA, E., XAVIER, O., & FERNANDES, R. (2008). Docência universitária: formação pedagógica no âmbito da pós-graduação. **Linhas Críticas**, 14(26), 61–78. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v14i26.3427>. Acesso em: 13 dez 23.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? In: **Educação e Sociedade**. Campinas. Vol 08. N 101, p. 1287-1302 set/dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/GshnGtmcY9NPBfsPR5HbfjG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 dez 23.

VIVÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: Um estudo de caso no UGB

*Mariele Miguel Moreira¹
Elisa Ferreira Silva Alcantara²*

Os alunos com deficiências têm ingressado nas Instituições de Ensino Superior (IES) com maior frequência nos últimos tempos. Considerando que a formação acadêmica é um diferencial no mercado de trabalho e nos concursos públicos. Ainda mais, hoje o acesso à faculdade também ampliou de forma significativa, tanto em faculdades particulares através de projetos como também em universidades públicas por meio de cotas reservadas para pessoas com deficiência.

Com isso, esses alunos ingressantes mergulham em um meio novo, amplo e desafiador, onde a universidade deve promover o atendimento das Necessidades Educacionais Especiais (NEE) dos discentes deficientes para garantir sua continuidade no ensino superior. Vale considerar que a inclusão é essencial nesse processo, mas ela só ocorre de fato, mediante a implantação de medidas que propiciem o acesso e permanência daqueles que estão em condição diferente com relação aos demais.

A escolha do tema surgiu a partir do interesse em estudar os aspectos da inclusão no Ensino Superior para alunos com deficiência, a partir do Projeto Diploma Cidadão, programa implantado no Centro Universitário Geraldo Di Biase em parceria com a Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência e da Prefeitura Municipal de Volta Redonda – RJ. Este projeto possibilita o acesso à universidade de forma gratuita, para o Curso de Administração, com parte dos professores bilíngues em Língua Portuguesa e Língua dos Sinais, além da presença de intérprete de libras durante as aulas.

O projeto é pioneiro no país e exigiu um treinamento da equipe pedagógica e do corpo docente da Instituição, além de adaptações estruturais para atender as necessidades especiais desses alunos, como salas térreas e acesso as áreas comuns da universidade. Outro item importante, é o oferecimento de lanche durante o intervalo para esses alunos e as aulas de reforços no período da tarde para auxiliar a fixação dos conteúdos ministrados durante as aulas.

O presente trabalho se justifica pela extrema relevância da implantação deste projeto na universidade. A iniciativa surgiu da Prefeitura da cidade, devido à demanda de profissionais com deficiência com formação superior e logo uniu-se a oportunidade oferecer ensino de qualidade com a capacitação profissional necessária para atender as necessidades do município.

Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar as vivências e os desafios dos alunos com deficiência integrantes do Projeto Diploma Cidadão no Curso de Administração, na modalidade presencial. Além de compreender, relatar e aprofundar os estudos sobre os aspectos relacionados à experiência desses discentes no Ensino Superior.

O trabalho seguirá de uma revisão bibliográfica abrangendo conceitos relevantes da temática escolhida, aspectos metodológicos, resultados e discussões obtidos no estudo de caso, e por fim, as considerações finais.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA:

CONCEITO DE INCLUSÃO:

Para entender o conceito de inclusão é necessário antes compreender quem é o sujeito que será inserido no meio acadêmico. De acordo com Lima (2010), ao falar sobre pessoas deficientes, comumente utilizava-se o termo “portadores”, inclusive foi citado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996. Contudo, o meio educacional tem substituído essa palavra pela expressão de “pessoas com deficiência”, com a argumentação que as pessoas não portam a deficiência como um objeto que carregam, e sim constituem-se como sujeitos a partir dessa condição.

¹ Graduada em Ciências Biológicas (UGB).

² Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ).

Pessoas com deficiências são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Art 1º, 2006 apud ENAP, 2017)

Segundo Morangas (2022), a inclusão da pessoa com deficiência pressupõe o reconhecimento e a valorização da diversidade, assim como a adoção de medidas que propiciem o acesso daqueles que estão em condição de desigualdade com relação aos demais. Na inclusão, é o ambiente escolar que deve ser modificado para incluir todas as pessoas, visando a equidade. Enquanto a integração corresponde à simples inserção, na sociedade, das pessoas que conseguem se adaptar a ela. Ou seja, é permitida a entrada da pessoa com deficiência no meio acadêmico, mas ela terá que adaptar suas necessidades para se manter na instituição de ensino.

A percepção de inclusão está amplamente relacionada a uma sociedade excludente. Apesar do aumento de matrículas de alunos com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES), por outro lado, há falhas, lacunas, queixas e exclusão do aprendizado para muitos alunos. A simples integração desse aluno na universidade não garante o oferecimento de infraestrutura e docentes capacitados que favoreçam o acesso e a permanência deles, muito menos condições de aprendizagem e de desenvolvimento satisfatório (LIMA, 2010).

A educação inclusiva é de suma importância, pois visa contemplar as diversidades de condições específicas de cada discente, gerando um movimento do corpo docente para criar estratégias para melhor atendê-lo (SOUZA; CUSTÓDIO; ANANIAS, 2019). Considerando que a educação é um direito de todos, atualmente o aluno com deficiência é amparado por uma legislação específica que veremos a seguir, mas antes de chegar neste estado de amparo, percorreu um longo caminho.

ASPECTOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS DA INCLUSÃO:

Considerando os aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil, as primeiras práticas de educação especial iniciaram-se baseadas em experiências da Europa e da América do Norte. Entre os anos de 1854 e 1956 foram criados diversos institutos a partir de iniciativas religiosas e de grupos que acreditavam na educação das pessoas com deficiência, a fim de proporcionar atendimento educacional especializado. Por exemplo, a abertura do Instituto Nacional dos Cegos no Rio de Janeiro em 1890 e a criação em 1926 do Instituto dos Surdos no Rio de Janeiro e do Instituto Pestalozzi de Canoas, no Rio Grande do Sul, para atendimento das pessoas com deficiência mental (PORTO; OLIVEIRA, 2010).

O Art. 205 da Constituição Federal de 1988 prevê: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Além disso, esta lei fundamental cita um princípio sobre a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, ou seja, todos os alunos, com ou sem deficiência, possuem o direito de acesso e espaço apropriado para aprendizado.

Ademais, deve-se ocorrer a proteção, a integração social, a acessibilidade, a reserva percentual dos cargos e empregos públicos, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Já no ano de 1989, ocorreu a criação da Lei nº 7.853 que dispõe como crime: “recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência”.

A Declaração de Salamanca, realizada na Espanha no ano de 1994, foi uma Conferência Mundial que abordou a urgência de melhorias do acesso à educação para pessoas com deficiência. Atribuiu alta prioridade política e financeira para o aprimoramento dos sistemas educacionais, este documento foi um precursor para implementação da educação inclusiva em várias partes do mundo.

Já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, o Art. 59. sanciona que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I. currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades [...] III. professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, Lei nº 9.394,1996)

No ano de 1996, o Ministério da Educação – MEC, organizou o primeiro Aviso Curricular nº 277, direcionado para as Instituições de Ensino Superior, explicitando um norte para o ingresso de pessoas com deficiência nas instituições e também evidenciando a necessidade do desenvolvimento de ações que possibilitem a flexibilização dos serviços educacionais e da infraestrutura, bem como a capacitação docente para atender melhor às necessidades especiais das pessoas com deficiência, possibilitando sua permanência no curso.

A acessibilidade é garantida pela Lei 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, também intitulada como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Concebe-se por acessibilidade a garantia à pessoa com deficiência conviver de forma independente em todos os setores da comunidade e exercer seus direitos de cidadania e participação social. (MAIA; ANANIAS, 2019)

acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, Leiº 13.146/2015)

A Lei 13.146/2015, em seu Art. 27, dispõe a educação como um direito da pessoa com deficiência, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo da vida, para alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. O aluno com deficiência está amplamente amparado por leis, mas esse fato não anula os desafios enfrentados no seu dia a dia, desde a falta de acessibilidade até atos de discriminação e preconceitos recebidos no cotidiano.

O ENSINO SUPERIOR E AS PRÁTICAS PARA A INCLUSÃO:

O ingresso no Ensino Superior é uma importante decisão, uma vez o aluno terá que direcionar seus estudos para área profissional que pretende atuar no mercado de trabalho ou no meio acadêmico. A permanência dos estudos e a inserção do discente em um cenário diferente da educação básica é desafiador, por isso, faz-se necessário compreender que para as pessoas com deficiência, o ensino superior pode ser ainda mais dificultoso, uma vez que precisa enfrentar barreiras físicas e lidar com pontos de vistas preconceituosos.

O preconceito ainda é um grande adversário da inclusão, infelizmente tão presente nas relações sociais, educacionais e culturais. Muitas vezes o preconceito se apresenta de forma silenciosa e, outras vezes, de forma tão explícitas que assusta, mas continua contribuindo para a exclusão das pessoas deficientes (PORTO; OLIVEIRA, 2010).

Logo, cabe a Instituição de Ensino Superior, apoiar, acolher e direcionar o discente com deficiência durante toda sua jornada na graduação. Uma vez que não basta apenas uma efetiva política de ingresso, é essencial também medidas para permanência desse aluno na universidade.

De acordo com LIMA (2010), o processo de inclusão escolar envolve desde alterações na estrutura física da instituição até a formação humanista dos docentes, abordando as situações de deficiências e as necessidades especiais das pessoas. É primordial o conhecimento das necessidades educacionais dos alunos e conhecer as falhas dos sistemas de ensinos, que precisam ser alteradas. Além do mais, é crucial a produção de metodologias de ensino advindas das necessidades dos sujeitos que chegam a IES, tanto pelo uso de diferentes linguagens como a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o Braille, quanto pela necessidade de diferentes formas de avaliação para esses alunos.

Para vencer as dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência, é necessário sempre partir do pressuposto da integração. Estudos realizados por Vigotsky demonstram a importância das interações sociais desde cedo e de um contexto educacional receptivo. O meio tem um papel fundamental no desenvolvimento da pessoa com deficiência, pois as relações sociais e as vivências favorecem o processo de aprendizagem e desenvolvimento humano (PORTO; OLIVEIRA, 2010).

Assim como o aluno com deficiência precisa enfrentar obstáculos, o docente também passa por desafios em sala de aula. De acordo com as autoras SOUZA; CUSTÓDIO e ANANIAS uma das barreiras encontradas pelo professor é admitir que os discentes são distintos e assimilam de formas diferentes, e que ensinar, utilizando esse parecer impõe o corte de antigos padrões educativos procurando o respeito à diversidade.

Um grande desafio para o professor universitário está relacionado a ausência de formação previa e específica para atuar como docente, sobretudo formação pedagógica e didática. A docência exige do profissional acadêmico uma formação continuada e dinâmica, na qual a preparação do professor universitário se faz mais importante que a graduação inicial, já que o domínio da habilidade técnica não basta diante da complexidade do ensinar. Sendo necessário aprimorar os saberes didáticos que constituem o processo educativo (SOUZA; CUSTÓDIO e ANANIAS, 2019).

Para que o processo de ensino-aprendizagem seja eficiente são necessárias adaptações curriculares e no processo de avaliação, onde será verificado o aproveitamento do aluno com deficiência. É fundamental ajustes no processo de ensino para que, de fato, a inclusão ocorra e atenda as especificidades de cada discente.

METODOLOGIA:

A metodologia deste trabalho constitui-se de um estudo de caso, com a aplicação de um questionário semiestruturado com nove perguntas objetivas, com a possibilidade de escolher mais de uma alternativa por questão. Os dados foram coletados de forma presencial, com alunos integrantes do 5º período de Administração da turma noturna participante do Projeto Diploma Cidadão. A turma escolhida tem alunos com deficiência auditiva ou física, além de dificuldades cognitivas.

Os questionários foram respondidos por 15 discentes de uma turma com total de 25, representando 60% dos alunos. Sendo que os todos alunos que participaram do estudo são deficientes auditivos e contaram com o auxílio de dois intérpretes de libras para apoio e esclarecimento de dúvidas sobre as questões. As respostas foram coletadas durante o mês de novembro de 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A primeira pergunta do questionário tratava-se sobre o sexo dos alunos participantes da pesquisa, sendo 53% dos entrevistados foram representados por mulheres e 47% por homens. Nota-se um resultado igualitário no quesito gênero dos entrevistados.

Já o segundo item verificou o tipo de deficiência do discente, com as seguintes opções: deficiência física; visual; auditiva; intelectual; mental; deficiência múltipla e opção de outra para especificar. Todos os participantes do estudo marcaram a opção deficiente auditivo. O fato de 100% dos entrevistados possuírem deficiência auditiva justifica algumas observações feitas durante a aula. Por exemplo, observou-se a presença de pelo menos um intérprete de libras durante toda a aula, além de um pequeno palco para que o professor juntamente com o intérprete ficasse em uma posição mais alta para facilitar a leitura labial e a visualização dos sinais. Outro item importante foi a utilização de uma forma de chamar a atenção desses alunos e solicitar foco para explicação através de piscadas das lâmpadas.

Quando questionados sobre o acolhimento e o atendimento da Instituição e professores, apenas uma aluna respondeu com a opção parcialmente, correspondendo a 7% do grupo entrevistado, enquanto os demais responderam que se sentem bem atendidos e acolhidos, sendo 93%. Essas respostas demonstram que tanto a universidade como o corpo docente oferecem um bom atendimento e relacionamento com esses alunos. Em pesquisa realizada por SOUZA, CUSTÓDIO e ANANIAS em 2019, mostrou que a IES possui um departamento de Atendimento Educacional Especializado, onde concentra esforços na promoção e incentivo ao aperfeiçoamento dos processos de ensino, além de atendimentos dos alunos com deficiência para promover sua adaptação.

A próxima pergunta tratava sobre o acolhimento e bom relacionamento com os outros alunos, 93% responderam que tinham um bom relacionamento, enquanto um entrevistado respondeu que não, representando apenas 7% do grupo. Ao observar as relações desses alunos durante o período da pesquisa, notou-se uma boa interação entre os alunos surdos, já que demonstravam conhecimento da língua dos sinais. Já com os demais alunos da instituição, a comunicação deve ser limitada, devido à falta de conhecimento em libras.

Ao serem indagados se conseguem se comunicar com os professores e esclarecer suas dúvidas, 87% afirmaram que sim, mas apenas com a presença do intérprete e 13% conseguem estabelecer a comunicação com o docente sozinhos. Isso demonstra que a maior parte dos alunos não conseguem estabelecer um diálogo direto com o professor e dependem de um intérprete de libras para mediar a comunicação. Em um estudo realizado por ANANIAS e ALMEIDA em 2019, relatou que a maioria dos docentes não possuem um bom conhecimento da Língua dos Sinais. Em síntese, evidenciou a necessidade do conhecimento de libras pelos professores para que haja uma verdadeira inclusão.

Já na questão que tratava sobre a qualificação dos professores para trabalhar com alunos com deficiência, 2 alunos afirmaram que os professores não são capacitados, correspondendo a 13%, entretanto 87% responderam que os professores são qualificados. Reforçando o fato, que o ideal seria que todos os docentes fossem bilíngues para agregar mais durante as aulas e proporcionar um diálogo direto com os alunos surdos, acredita-se que esse seja um item de melhoria para IES.

Referente à experiência dos discentes ao ingressar e cursar o Ensino Superior, 53% dos alunos responderam como uma experiência boa, 27% como normal e 20% como ótima. Nenhum entrevistado marcou a opção difícil, nota-se que cursar o Ensino Superior para esses discentes trata-se de algo habitual. Um resultado importante, pois constantemente alunos com deficiência possuem limitações para a continuidade dos estudos.

Na questão sobre os desafios enfrentados durante o Ensino Superior, 40% dos alunos responderam sobre a pouca acessibilidade, 34% sobre os conteúdos complexos, 13% responderam sobre a dificuldade na comunicação e por último, 13% responderam duas opções, conteúdos complexos e a dificuldade na comunicação. Ao tratar-se sobre acessibilidade, o item mais respondido, pode-se considerar tantos os aspectos estruturais como também barreiras na comunicação, outro item significativo no processo de aprendizagem desses alunos.

Já na pergunta sobre preconceito e discriminação na universidade, 60% dos alunos responderam que nunca sofreram de quaisquer situações discriminatórias e preconceituosas durante o ensino superior, enquanto 40% responderam que já passaram por algum tipo de situação. Trata-se de um número expressivo, pois ainda nos dias de hoje, com tantos conhecimentos e políticas de inclusão disponíveis, persistir atos discriminatórios, mesmo que silenciosos, no Ensino Superior é intolerável e devem ser reportados para a IES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Durante este trabalho observou-se que o ingresso de alunos com deficiência no Ensino Superior é um grande passo na promoção da educação inclusiva. Porém avanços ainda devem ocorrer, dando importância que a comunicação entre aluno surdo e professor não ocorre de forma direta na maior parte dos casos, exigindo o apoio de um intérprete. A qualificação docente para trabalhar com alunos com Necessidades Educacionais Especiais é de suma importância para garantir uma aprendizagem significativa e a criação de estratégias para promover um ensino eficiente.

Conclui-se que a Instituição de Ensino Superior juntamente com os docentes possui um papel importante no atendimento especializado para atender os alunos com deficiência. Apesar dos desafios para todos os envolvidos, o acolhimento, a acessibilidade, a qualificação docente e o combate ao preconceito e à discriminação são imprescindíveis para a efetivação da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.146, 06 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Presidência da República. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 7.853/89**. Brasília, DF: Senado Federal, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aviso Curricular nº 277**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/legislacao-de-educacao-especial>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**. Brasília, DF: Senado Federal, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

DIPLOMA CIDADÃO – Universidade gratuita para pessoas com deficiência em Volta Redonda – RJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e--rekJR3C0>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Programa de inclusão de pessoas com deficiência**: Principais Conceitos. Brasília, 2017. Disponível em: < <https://inclusao.enap.gov.br/news/principais-conceitos/>>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva**: Indagações e ações nas áreas da educação e da saúde. 1. ed. São Paulo: AVERCAMP, 2010.

MAIA, H. C.; ANANIAS, V. O. **Acessibilidade da Universidade**: Desenho Universal e a Implantação de Centros de Apoio à Inclusão. Volta Redonda: FERP, 2019.

MORANGAS, Vicente Junqueira. **Inclusão ou Integração?** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, 2022. Disponível em: < <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/semestres-da-inclusao/inclusao-ou-integracao#:~:text=Existe%20uma%20diferen%C3%A7a%20b%C3%A1sica%20entre,uma%20outra%20concep%C3%A7%C3%A3o%20da%20defici%C3%Aancia.>> Acesso em 20 de outubro de 2023.

PORTO, M. D.; OLIVEIRA, M. D. M. de; **Educação Inclusiva**: concepções e práticas nas perspectivas de professores. Brasília: APLICADA, 2010.

SOUZA, A. A. dos R.; CUSTÓDIO, F. M.; ANANIAS, V. O. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**: um desafio para os docentes universitários. Volta Redonda: FERP, 2019.

ANEXO: QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO:

1- Sexo:

Masculino Feminino Prefiro não dizer

2- Você possui deficiência:

Física Visual Auditiva Intelectual Mental Deficiência Múltipla
 Outra _____

3- Você se sente acolhido/atendido pela Instituição e pelos professores?

Sim Não Parcialmente

4- Você se sente acolhido e se relaciona bem com os outros alunos?

Sim Não Parcialmente

5- Você consegue se comunicar com os professores e tirar suas dúvidas?

Sim, sozinho Sim, apenas com intérprete Parcialmente Não

6- Os professores são qualificados para trabalhar com alunos com deficiência?

Sim Não Parcialmente

7- Qual sua experiência ao ingressar no Ensino Superior:

Ótima Boa Normal Difícil

8- Quais são os principais desafios enfrentados no ensino superior?

Dificuldade na comunicação

Conteúdos Complexos

Preconceito e Discriminação

Pouca Acessibilidade

Outro _____

9- Você já sofreu preconceito ou discriminação durante o Ensino Superior?

Sim Não

 **Editora**

ISBN: 978-65-89356-06-6

CDL



9 786589 356066